CASES

Cooperativa António Sérgio para a Economia Social

Relatório de Gestão e Contas 2017

Aprovado por unanimidade pela Assembleia Geral realizada a 26 de março de 2018

CASES

Cooperativa António Sérgio para a Economia Social

Proposta de Relatório de Gestão e Contas 2017

Missão

Promover o fortalecimento do setor da Economia Social, aprofundando a cooperação entre o Estado e as organizações que o integram, tendo em vista estimular o seu potencial ao serviço da promoção do desenvolvimento socioeconómico do País, bem como a prossecução de políticas na área do voluntariado.

Capital Social

O capital social, integralmente subscrito e realizado, é de trezentos e dois mil euros, representado por trezentos e dois títulos, de mil euros cada um, correspondente à soma das seguintes participações:

a) Uma de duzentos mil euros, representado por duzentos títulos, pertencente ao Estado Português;

b) Uma de dezassete mil euros, representado por dezassete títulos, pertencente à Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local - ANIMAR;

c) Uma de dezassete mil euros, representado por dezassete títulos, pertencente à Confederação Cooperativa Portuguesa, C.C.R.L. - CONFECOOP;

d) Uma de dezassete mil euros, representado por dezassete títulos, pertencente à Confederação Nacional das Cooperativas Agrícolas e do Crédito Agrícola de Portugal, C.C.R.L. - CONFAGRI;

e) Uma de dezassete mil euros, representado por dezassete títulos, pertencente à Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade - CNIS;

f) Uma de dezassete mil euros, representado por dezassete títulos, pertencente à União das Misericórdias Portuguesas - UMP;

g) Uma de dezassete mil euros, representado por dezassete títulos, pertencente à União das Mutualidades Portuguesas – UMP

Objetivos Estratégicos

Colocar a Economia Social na agenda política nacional, através da promoção do reconhecimento legal e institucional do setor;

Reforçar a aliança entre o setor da Economia Social e o Estado, através da revitalização de modelos de interação entre o Estado, a sociedade civil organizada e o mercado;

Desenvolver um conjunto de programas, destinados a promover a criação de oportunidades para a modernização do setor da Economia Social;

Promover e apoiar o voluntariado, o empreendedorismo social e estimular a capacidade empreendedora dos/das cidadãos/ãs e das organizações, visando o desenvolvimento sustentável.

Órgãos Sociais

Assembleia Geral:

Presidente: Francisco Silva (CONFAGRI)

Vice-presidente: Paulo Gravato (União das Misericórdias Portuguesas)

Secretário: Marco Domingues (ANIMAR)

Direção:

Presidente: Eduardo Graça

Vice-presidente: Carla Pinto

Vice-presidente: Carla Ventura

Vogal não executiva: Aldina Fernandes (CONFAGRI)

Vogal não executivo: Eleutério Alves (CNIS)

Conselho Fiscal:
Presidente: Luís Sá e Silva (União das Mutualidades Portuguesas)
Vogal/ROC: Auren Auditores & Associados, SROC, SA, representada por Victor Ladeiro
Vogal: José Jerónimo Teixeira (CONFECOOP)

Índice

I – Introdução *(8)*

II – Enquadramento das Atividades *(12)*

III – Configuração Organizacional *(19)*

IV – Atividades *(21)*

V – Ações por Departamento *(29)*

Secretaria-Geral *(29)*
- Apoio aos Órgãos Sociais
- Apoio à Execução de Projetos
- Coordenação e apoio aos Gabinetes
- Promoção da Responsabilidade Social
- Outras atividades

Gabinete de Apoio, Comunicação e Imagem *(35)*
- Secretariado da Direção
- Apoio à organização de iniciativas promovidas pela direção
- Gestão do expediente e da frota
- Apoio ao funcionamento do CNES
- Comunicação externa
- Comunicação interna
- Páginas web e redes sociais
- Inserções publicitárias na imprensa
- Multimédia e Design Gráfico
- Promoção de Publicações nas Redes Sociais
- Organização de eventos
- Outras atividades

Gabinete Financeiro, de Organização e Recursos Humanos *(42)*
- Gestão dos Recursos Humanos
- Gestão Orçamental, Financeira e Patrimonial
- Reportes apresentados e submetidos à DGO no âmbito do enquadramento da CASES como Entidade Pública Reclassificada (EPR) - regime simplificado
- Regulamento Interno
- Procedimentos Contabilísticos e Fiscais
- Recursos Humanos - Dados
- Outras atividades

Gabinete de Informática e Tecnologias de Informação *(50)*
- Sistemas de Informação
- Equipamentos Informáticos
- Outras atividades

Departamento Jurídico, Auditoria e Qualidade *(53)*
- Consulta jurídica externa
- Consulta jurídica interna
- Estudos e trabalhos jurídicos
- Procedimentos de contratação pública
- Informação de caráter jurídico às entidades da economia social
- Auditoria e Qualidade
- Outras atividades

Departamento de Relações Institucionais, Estudos e Prospetiva *(57)*
- Cooperação institucional
- CNES
- Prémio "Cooperação e Solidariedade – António Sérgio"
- Estudos e atividades de reflexão e divulgação
- Outras atividades
- Casa António Sérgio

Departamento de Credenciação e Estatística *(66)*
- Credenciação de cooperativas
- Desmaterialização de Processos de Credenciação
- Conta Satélite da Economia Social
- Base de Dados Permanente das Entidades da Economia Social (BDPEES)
- Demografia Cooperativa
- Outras atividades

Departamento de Instrumentos Financeiros *(75)*
- Operacionalização do PNM
- Estratégia de comunicação
- Ações de formação e de sensibilização
- Linha de Crédito SOCIAL INVESTE
- Fluxos de informação PNM e SOCIAL INVESTE
- Outras atividades

Departamento de Empreendedorismo e Inovação Social *(90)*
- Gestão do Programa COOPJOVEM
- Gestão do Programa de Apoio ao Voluntariado
- Desenvolvimento de programas de empreendedorismo e inovação social
- Outras atividades

Delegações Regionais *(106)*
- Delegação Norte
- Delegação Madeira

VI – Prestação de contas 2017 *(110)*
- Introdução
- Balanço
- Demonstração dos resultados por naturezas
- Demonstração dos fluxos de caixa

- Anexo às demonstrações financeiras

VII – Anexos *(131)*

- Anexo I – Mapas de Amortizações

I – Introdução

I – Introdução

O presente Relatório de Gestão e Contas, relativo ao exercício do ano de 2017, visa apresentar as principais atividades desenvolvidas pela CASES, o grau de realização dos seus programas e os recursos humanos, técnicos e financeiros utilizados para o efeito.

Salienta-se que o Relatório, em apreço, reflete a atividade da CASES naquele que consubstancia o seu sétimo ano de atividade.

Com efeito, através do Decreto-Lei n.º 282/2009, de 7 de outubro, foi autorizada a criação pelo Estado Português da Cooperativa António Sérgio para a Economia Social, Cooperativa de Interesse Público de Responsabilidade Limitada, a qual, nos termos do referido decreto-lei, sucede "(...) *ao INSCOOP em todos os seus direitos, obrigações e poderes públicos de autoridade, bem como no exercício das suas competências e na prossecução das suas atribuições de serviço público.*".

Do referido diploma, resulta, ainda, que o Estado, representado, à data, pelo Instituto de Emprego e da Formação Profissional, I. P., subscreveu a totalidade do capital social no valor mínimo inicial de €200.000,00 (duzentos mil euros).

Seguidamente, em 4 de fevereiro de 2010, foi outorgada a escritura pública de aumento do capital e de alteração dos estatutos da CASES. Da referida escritura resultou o aumento do capital social da CASES, de €200.000,00 (duzentos mil euros) para €302.000,00 (trezentos e dois mil euros), o qual foi concretizado pela entrada dos primeiros aderentes da CASES, isto é, os seguintes cooperantes: Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local – ANIMAR; Confederação Cooperativa Portuguesa, C.C.R.L. – CONFECOOP; Confederação Nacional das Cooperativas Agrícolas e do Crédito Agrícola de Portugal, C.C.R.L. – CONFAGRI; Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade – CNIS; União das Misericórdias Portuguesas – UMP e União das Mutualidades Portuguesas – UMP; assim se estabelecendo a efetiva parceria entre o Estado e as entidades representativas do setor da economia social.

No decorrer do ano de 2017, em concreto com o Decreto-Lei n.º 39/2017, de 4 de abril, foram atribuídas, pelo Estado, à CASES um conjunto de novas atribuições, das quais se

destacam a prossecução de políticas na área do voluntariado e a elaboração da Conta Satélite da Economia Social (CSES) e da Bases de Dados Permanente das Entidades da Economia Social (BDPESS).Na verdade, a elaboração da Conta Satélite da Economia Social (CSES) e da Bases de Dados Permanente das Entidades da Economia Social (BDPESS) já se encontravam contempladas no Plano de Atividades da CASES, relativo ao ano de 2017.

Na sequência de tal diploma, verificaram-se duas alterações aos Estatutos da CASES, que estão necessariamente associadas, a primeira, com o intuito de aí fazer constar as suas novas atribuições e, a segunda, com o objetivo de alterar a composição da Direção da CASES. Porquanto, a CASES, de forma a dar uma resposta eficaz e eficiente às novas atribuições e aos novos desafios, com que se depara, sentiu a necessidade de efetuar uma reorganização interna, cujo processo se iniciou, desde logo, com um ajustamento na estrutura da direção.

Sempre se diga que a direção da CASES apresentou, desde a sua constituição, uma estrutura minimalista, sendo que, apesar da nova realidade consubstanciada no alargamento das suas atribuições, a direção esteve, ainda, no período de junho de 2017 a dezembro de 2017, reduzida a dois dos seus membros.

Neste contexto, em setembro de 2017, a direção da CASES passou a ser formalmente composta por cinco (5) membros, a saber: um presidente e dois vice-presidentes, nomeados pelo membro do governo responsável pela área do trabalho e da solidariedade social, e dois vogais não executivos, eleitos em assembleia geral sob proposta dos membros efetivos, com exclusão do representante da parte pública, reforçando, assim, a sua capacidade de gestão.

Para efetivação dor reforço da Direção, foi nomeada por despacho do Senhor Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, a Dra. Carla Ventura para o cargo de vice-presidente, com efeitos a 11 de dezembro de 2017, e eleita por unanimidade em assembleia geral realizada a 11 de dezembro, a Engª. Aldina Fernandes, Secretária-geral adjunta da CONFAGRI, como vogal não executiva.

Acresce que, também por força das novas responsabilidades que lhe foram cometidas e com o claro propósito do cumprimento da sua missão, a CASES iniciou, ainda em 2017,

as diligências que se revelaram necessárias à concretização de alterações na respetiva estrutura organizacional, ao reforço dos recursos humanos e materiais afetos ao exercício das suas atividades.

O Plano de Atividades e Orçamento a que o presente Relatório respeita foi aprovado, por unanimidade, com a presença de todos os seus membros, pela assembleia geral, realizada em 19 de dezembro de 2016. O conselho fiscal, em conformidade com os Estatutos e a legislação aplicável, emitiu parecer positivo, incidindo sobre as propostas elaboradas pela direção, nos prazos legais.

O orçamento da CASES para 2017 foi elaborado tendo por base o enquadramento da CASES enquanto Entidade Pública Reclassificada (EPR). Com efeito, a autoridade estatística nacional – Instituto Nacional de Estatística, I.P. (INE) – incluiu a CASES na lista de entidades que, por referência ao ano de 2013, integram o Sector Institucional das Administrações Públicas para efeitos do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais – SEC 95.

O financiamento do orçamento da CASES, no decurso do ano de 2017, foi assegurado, tendo em vista garantir o seu regular funcionamento, conforme previsto no n.º 2 do art.º 14.º do Decreto-Lei n.º 282/2009, de 7 de outubro e nos Estatutos da CASES, através de transferências do orçamento do Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P. (IEFP) e também do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I.P. (IGFSS).

II – Enquadramento das Atividades

II – Enquadramento das Atividades

II – Enquadramento das Atividades

A missão da CASES tem vindo a desenvolver-se em torno de uma estratégia, aberta aos contributos, teóricos e práticos, de todos os seus cooperadores, assente em quatro eixos de atuação que têm vindo a ser explicitados, em continuidade, nos seus Planos de Atividades, e de que se reproduzem os títulos:

- Eixo institucional e legal;

- Eixo do reforço da aliança entre o Estado e as organizações da economia social;

- Eixo assente nos programas, medidas e ações de promoção e modernização do setor;

- Eixo da promoção e apoio ao empreendedorismo e inovação social.

No exercício de 2017 assinalam-se as atividades mais relevantes:

Atividades no plano institucional (órgãos sociais):

Realizaram-se 5 (cinco) reuniões da assembleia geral, sendo 2 (duas) ordinárias e três (3) extraordinárias. As reuniões Ordinárias realizaram-se em 27/03/2017 para aprovação do RGC2016 e em 11/12/2017 para aprovação do PAO2018, do Regulamento Interno da CASES, do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, do Código de Ética e Conduta e Eleição do vogal não executivo. As reuniões extraordinárias realizaram-se em 09/05/2017, uma reunião para aprovação de alteração dos Estatutos da CASES (novas atribuições), e outra reunião para aprovação do Regulamento do Programa de Apoio Institucional às Entidades (PAIE) e em 05/09/2017 para aprovação da alteração da composição da CASES e dos seus Estatutos. Todas as reuniões da assembleia geral cumpriram plenamente a Ordem de Trabalhos proposta, tendo todas as deliberações sido tomadas por unanimidade, das quais foram lavradas as respetivas atas.

Realizaram-se 3 (três) reuniões do conselho fiscal: em 27/03/2017, para apreciar e emitir parecer sobre a proposta de Relatório de Gestão e Contas de 2016, em 05/09/2017, para

apreciação da proposta do Plano de Atividades e Orçamento para 2018 (tendo sido adiada a emissão de parecer para próxima reunião deste órgão, pela ausência justificada de um dos seus membros) e em 06/12/2017 para apreciação e emissão de parecer sobre proposta de Plano de Atividades e Orçamento para 2018, tendo todas as deliberações sido tomadas por unanimidade, das quais foram lavradas as respetivas atas.

Realizaram-se 57 (cinquenta e sete) reuniões de direção tendo sido elaboradas as respetivas atas que evidenciam a apreciação, e aprovação, por unanimidade, de 951 propostas e documentos diversos. O vogal não executivo, Dr. Eleutério Alves, participou nas reuniões plenárias 7 (sete) até junho, e em todas as restantes, a partir dessa data por impedimento da vice-presidente, Dr. ª Carla Pinto, em licença por gravidez de risco, a partir de 20 de junho de 2017.

No plano legal:

Com incidência na atividade da CASES foram publicados, em 2017, os seguintes diplomas relevantes:

Lei n.º 66/2017, de 9 de agosto - Primeira alteração à lei que aprova o Código Cooperativo. (Lei n.º 119/2015, de 31 de agosto).

Lei n.º 75/2017, de 17 de agosto - Regime aplicável aos baldios e aos demais meios de produção comunitários (Revoga a Lei n.º 68/93, de 4 de setembro)

Lei n.º 85/2017, de 18 de agosto - Altera diploma legal, o Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, e prorroga a vigência dos benefícios fiscais relativos ao mecenato científico. (Decreto-Lei n.º 41/2016, de 1 de agosto).

O art.º 3º altera o nº 4, do art.º 135º-A, do CIMI: «Não são sujeitos passivos do adicional ao imposto municipal sobre imóveis as empresas municipais, assim como as cooperativas de habitação e construção quando exclusivamente proprietárias, usufrutuárias ou superficiárias de prédios para construção de habitação social ou a custos controlados.

Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto - Aprova o Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo (transpõe o capítulo III da Diretiva (UE) 2015/849, do Parlamento

Europeu e do Conselho, de 20 de maio de 2015, e procede à alteração de Códigos e outros diplomas legais).

O supracitado regime abrange as associações, cooperativas, fundações, sociedades civis e comerciais, bem como quaisquer outros entes coletivos personalizados, sujeitos ao direito português ou ao direito estrangeiro, que exerçam atividade ou pratiquem ato ou negócio jurídico em território nacional que determine a obtenção de um número de identificação fiscal (NIF) em Portugal

Decreto-Lei n.º 25/2017, de 3 de março - Estabelece as normas de execução do Orçamento do Estado para 2017 (Os artigos 29º e 30º preveem o regime das EPR, sendo aplicáveis à CASES).

Decreto-Lei n.º 39/2017, de 4 de abril - Altera as atribuições da Cooperativa António Sérgio para a Economia Social - Cooperativa de Interesse Público de Responsabilidade Limitada.

Decreto-Lei n.º 48/2017, de 22 de maio - Altera a composição e o modo de funcionamento do Conselho Nacional para as Políticas de Solidariedade, Voluntariado, Família, Reabilitação e Segurança Social. (A CASES integra a Comissão de Políticas de Voluntariado – alínea m) do n.º 1 do artigo 11º).

Decreto-Lei n.º 54/2017, de 2 de junho - Cria a «cooperativa na hora».

Decreto-Lei n.º 66/2017, de 12 de junho - Estabelece o regime jurídico de reconhecimento das entidades de gestão florestal.

Podem ser EGF – Entidades de Gestão Florestal, as cooperativas agrícolas cujo objeto social seja a silvicultura, gestão e exploração florestal.

Decreto-Lei n.º 84/2017, de 21 de julho - Simplifica os procedimentos de restituição de IVA às instituições particulares de solidariedade social, às Forças Armadas, às forças e serviços de segurança e aos bombeiros.

Decreto-Lei n.º 143/2017, de 29 de novembro - Integra um representante das cooperativas na Comissão Permanente do Setor Social e Solidário e prorroga o prazo de cedência de estabelecimentos sociais à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 117/2017, de 28 de agosto - Autoriza a realização da despesa relativa aos contratos de cooperação com cooperativas e associações de educação especial e instituições particulares de solidariedade social, para o ano letivo de 2017/2018.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 166/2017, de 2 de novembro - Cria o programa «Voluntariado Jovem para a Natureza e Florestas».

Portaria n.º 105/2017, de 10 de março - Terceira alteração ao Regulamento Específico do Domínio da Inclusão Social e Emprego (Portaria n.º 97-A/2015, de 30 de março).

Despacho n.º 1671/2017, de 22 de fevereiro - Relação das caixas de crédito agrícola mútuo participantes no sistema do Fundo de Garantia do Crédito Agrícola Mútuo à data de 31 de dezembro de 2016.

Despacho n.º 11206/2017, de 21 de dezembro - Designa como vice-presidente da CASES a licenciada Carla Maria Olivença Ventura por possuir competência técnica, aptidão, experiência profissional e formação adequada ao exercício da função.

Regulamento n.º 15/2017, de 5 de janeiro - Regulamento do Programa COOPJOVEM.

Regiões Autónomas

Madeira

Decreto Legislativo Regional n.º 14/2017/M, de 1 de junho - Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social (prorroga o prazo previsto no n.º 4 do artigo 2.º do Decreto Legislativo Regional n.º 9/2015/M, de 2 de dezembro, que adapta à Região Autónoma da Madeira o Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social).

Decreto Legislativo Regional n.º 21/2017/M, de 1 de agosto - Adapta à Região Autónoma da Madeira o diploma que equipara a Instituições Particulares de Solidariedade Social as Casas do Povo que prossigam os objetivos previstos no Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social. (Decreto-Lei n.º 171/98, de 25 de junho).

Decreto Legislativo Regional n.º 22/2017/M, de 1 de agosto - Procede à primeira alteração do diploma regional que estabelece os princípios orientadores e o enquadramento a que deve obedecer a cooperação entre o Instituto de Segurança Social da Madeira, IP-RAM, e as instituições particulares de solidariedade social (IPSS) e outras instituições particulares sem fins lucrativos que lhe são equiparadas e que prosseguem atividades sociais na Região Autónoma da Madeira. (Decreto Legislativo Regional n.º 11/2015/M, de 18 de dezembro).

Decreto Regulamentar Regional n.º 6/2017/M, de 28 de março - Primeira alteração ao decreto regional que regulamenta o regime de tutela e os apoios técnicos e financeiros a atribuir às instituições particulares de solidariedade social com objetivos de saúde. (Decreto Regulamentar Regional n.º 30/2005/M, de 6 de outubro).

No plano da estrutura organizacional e do pessoal:

Foi mantida, no essencial, a estrutura organizacional, criada no enquadramento do Plano de Atividades dos anos anteriores, orientada para o cumprimento das missões cometidas à CASES.

No Plano de Atividades e Orçamento para 2017 havia sido previsto um número de 29 (vinte e nove) funcionários/as, a que acresciam o presidente e a vice-presidente da direção. Em 31 de dezembro de 2017 a CASES totalizava 28 (vinte e oito) funcionários/as, a que acresciam o presidente e duas vice-presidentes da direção, uma das quais de licença.

Com respeito aos cargos de direção superior manteve-se, até 11 de dezembro de 2017, a composição prevista nos Estatutos, com correspondência no Plano de Atividades para 2016, ou seja, um presidente e uma vice-presidente da direção, com estatutos remuneratórios previstos nos respetivos despachos de nomeação, e um Vogal da direção

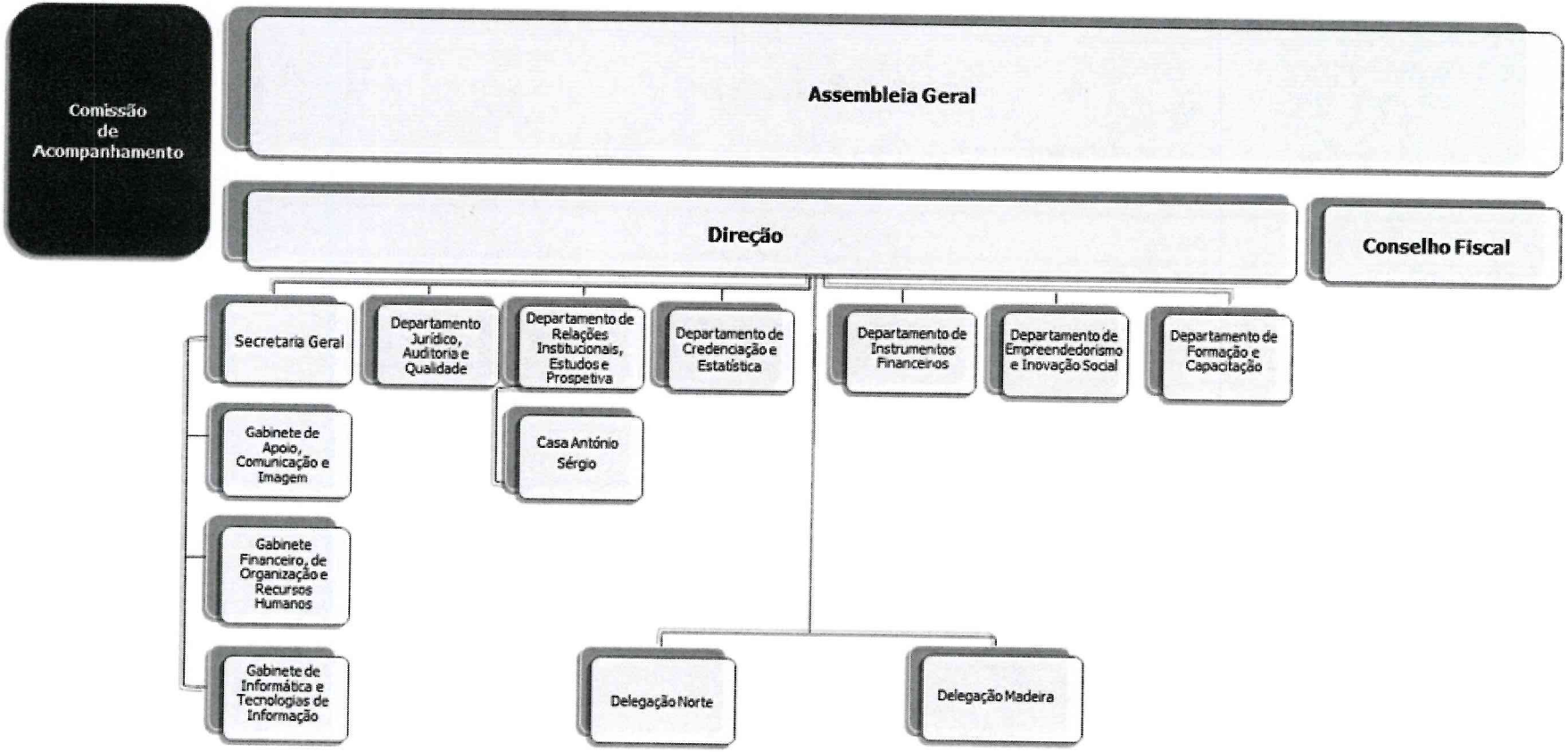
(não executivo), não remunerado, eleito pela assembleia geral, recebendo senhas de presença conforme o estabelecido no Despacho n.º 6518/2010. A partir de 11 de dezembro de 2017 a direção foi alterada, conforme anteriormente referido no presente relatório, tendo entrado em funções a Dr.ª Carla Ventura (vice-presidente) e a Eng.ª Aldina Fernandes (vogal não executiva), eleita pela parte não pública na Assembleia Geral de 11 de dezembro, tendo a direção passado a dispor de um presidente, duas vice-presidentes (uma das quais de licença) e dois vogais não executivos.

Mantiveram-se em atividade, ao longo do ano, um dirigente intermédio, com funções de chefia, técnico/a da CASES, em funções públicas, com um estatuto remuneratório equiparado à direção intermédia de 1º Grau da Administração Pública (antigo Diretor de Serviços), que transitou do ex-INSCOOP.

Manteve-se em funções, conforme alteração do organograma promovida em 2012, uma dirigente intermédia exercendo as funções de secretária-geral, assim como dois dirigentes intermédios no exercício de funções de chefia no Departamento de Instrumentos Financeiros e no Departamento de Empreendedorismo e Inovação Social.

III – Configuração Organizacional

III – Configuração Organizacional



IV – Atividades

IV – Atividades

No ano de 2017 foi desenvolvido um conjunto de atividades, previsto no Plano de Atividades respetivo, entre as quais tiveram particular acuidade e relevância, sob gestão direta da direção da CASES, as seguintes:

1 – Desenvolvimento das Atividades do Conselho Nacional para a Economia Social (CNES)

No âmbito das suas atividades, no enquadramento das atribuições e competências que lhe estão cometidas pela legislação aplicável e pelos regulamentos, a CASES apoiou os trabalhos do Conselho Nacional para a Economia Social (CNES) que reuniu, em plenário, em 22/09/2017 sob a presidência do Senhor Primeiro Ministro.

No desenvolvimento da aprovação, sob proposta da Comissão Executiva do CNES, das propostas para a criação do Grupo de Trabalho (GT) para o "I Congresso Nacional da Economia Social", a realizar em 2017, e criação do Grupo de Trabalho (GT) para o "Estatuto Fiscal do Sector da Economia Social", a CASES desenvolveu um trabalho continuado, e intenso, no apoio à concretização dos objetivos definidos pelo CNES para aqueles dois Grupos de Trabalho.

O Grupo de Trabalho (GT) para o "I Congresso Nacional da Economia Social" (também designado por "Comissão organizadora" - CO), na sequência das reuniões de 30 de novembro e 19 de dezembro de 2016, nas quais foram definidos os objetivos, grandes temas, modelo de organização e funcionamento, recursos financeiros, data (s) e local (ais) de realização do Congresso, realizou, em 2017, 17 (dezassete) reuniões plenárias, na sede da CASES, sob presidência do Eng.º Francisco Silva, Secretário-geral da CONFAGRI, eleito presidente do GT, nos dias 5 de janeiro, 1 e 24 de fevereiro, 10 de março, 7 de abril, 9 e 25 de maio, 7 e 22 de junho, 12 e 21 de julho, 5 e 26 de setembro, 13 de outubro, 3 e 7 de novembro e 13 de dezembro.

O "I Congresso Nacional da Economia Social" foi concretizado através de 4 (quatro) sessões temáticas, realizadas nos dias 17 de fevereiro, no INE/Lisboa, sob o tema: "A Caracterização da Economia Social em Portugal: "A Conta Satélite da Economia Social de 2013"; 18 de abril, na sede da AGROS/Póvoa do Varzim, sob o tema "A Economia Social

e o relacionamento com o Estado"; 2 de junho, na Biblioteca Dr. Alexandre Alves/Mangualde, sob o tema "Novos conceitos, modelos de organização e de governança", e no dia 8 de setembro, na Fundação Eugénio de Almeida/Évora, sob o tema "Economia Social: das pessoas, com as pessoas".

O Congresso culminou com uma sessão final, realizada no dia 14 de novembro de 2017, no ISCSTE, em Lisboa, na qual foi assinado pelos presidentes das 8 (oito) entidades da economia social membros do CNES, uma declaração, sob compromisso de honra, para a criação formal da Confederação da Economia Social Portuguesa, até ao final do mês de março de 2018, tendo sido ainda adotado um documento de recomendações.

O Grupo de Trabalho para a criação de um "Estatuto Fiscal das entidades da economia Social", sob a presidência de Eduardo Graça, Secretário Executivo do CNES, após a sua primeira reunião, em 6 de dezembro de 2016, realizou, em 2017, na sede da CASES, três (3) reuniões plenárias, que tiveram lugar, na sede da CASES, nos dias 20 de fevereiro, 20 de março e 10 de maio de 2017 tendo sido elaborado um relatório preliminar enviado ao Senhor Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.

2 – Programa Portugal 2020

A CASES após a elaboração dos instrumentos legais, regulamentares e de gestão dos programas COOPJOVEM e Bolsa de Voluntariado e Formação para um Voluntariado de Continuidade, no âmbito do Programa Portugal 2020 e com enquadramento no Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (PO ISE), iniciou a operacionalização do programa COOPJOVEM e deu continuidade ao desenvolvimento das diligências necessárias para assegurar um adequado enquadramento legal e regulamentar de execução da Bolsa de Voluntariado.

3 – Programas de empreendedorismo e inovação social

Durante o ano de 2017 mantiveram-se em execução o Programa ES Jovem, que procura destacar os valores do setor da economia social e a sua importância na criação de emprego e na promoção do empreendedorismo social coletivo junto dos jovens; o Projeto GeraçãoCoop, que procura divulgar o modelo empresarial cooperativo junto dos

jovens; e os programas de inovação social, dos quais se destaca a 4ª edição do Programa Impacto Social, a Plataforma de Financiamento – GEO Fundos e as Ações de Sensibilização para a Avaliação de Impacto Social dirigidas às entidades da economia social.

4 – Programa de Apoio Institucional às Entidades (PAIE)

No decurso do ano de 2017, tal como previsto na Secção I do regulamento do Programa, foi atribuído o incentivo financeiro destinado a financiar as ações integradas nos respetivos objetivos a prosseguir pelos membros da CASES. Ainda em conformidade com a Secção I do regulamento do PAIE, todos os membros da CASES apresentaram os relatórios de execução das ações financiadas pelo Programa no decorrer do ano de 2016.

No âmbito da Secção II do PAIE foi concedido em 2017, às entidades com assento no CNES, um apoio complementar ao apoio atribuído às ações aprovadas no âmbito da tipologia de operação "Reforço da Capacitação Institucional dos parceiros do CNES", do eixo prioritário 3 do PO ISE.

5 – Atividades de apoio à formação pós-graduada

A CASES desenvolveu diversas parcerias com escolas de ensino superior no sentido de promover formações na área da Economia Social. Além de apoios à divulgação das ofertas de formação, a CASES apoiou a frequência de 7 (sete) alunos/as na pós-graduação organizada pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP), 3 (três) alunos/as na pós-graduação da Faculdade de Economia, da Universidade de Coimbra e 9 (nove) alunos/as na pós-graduação do Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito de Lisboa. Em todos os casos os/as alunos/as destacaram a qualidade dos conteúdos programáticos e do corpo docente.

6 – Encontro de Cooperativas da Euroregião - Galiza e Norte de Portugal

A CASES realizou, em 2017, em parceria com a Consellería de Economía, Emprego e Industria, Xunta da Galicia e a Agrupacíon Europea de Cooperación Territorial de la Eurorregión Galicia-Norte de Portugal, o "Encontro de Cooperativas da Euroregião -

Galiza e Norte de Portugal", tendo sido celebrado um memorando de entendimento entre estas entidades.

7 – Participações mais relevantes da direção:

- Apresentação do Programa COOPJOVEM (CIM Coimbra)
- Musical Comemorativo 100 anos de MTSSS / "Nós, Trabalhadores" (Teatro da Trindade, Lisboa)
- Apresentação do Programa COOPJOVEM (CIM do Alto Minho)
- Apresentação do Programa COOPJOVEM (Entroncamento)
- Comemoração do 10.º Aniversário da Confederação Portuguesa do Voluntariado (Atmosfera M, Lisboa)
- 1.º Aniversário da ALIANÇA ODS PORTUGAL (Museu do Oriente, Lisboa)
- Reunião Comissão de Aconselhamento da iniciativa Portugal Inovação Social
- Seminário de Encerramento do Programa Cidadania Ativa (Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa)
- Participação na Pós-Graduação em "Economia Social – A Economia Solidária no Século XXI – 4.ª Edição" (2016/2017), promovida pelo ISCSP - Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa, ao abrigo de protocolo estabelecido entre a CASES e aquela instituição, tendo sido ministradas 4 aulas nos meses de fevereiro e março de 2017, a título gracioso.
- Sessão de Apresentação do Programa COOPJOVEM (Biblioteca Municipal de Oeiras)
- Cerimónia de Entrega do Prémio Cooperação e Solidariedade António Sérgio – 5.ª Edição (Museu Soares dos Reis, Porto)
- Apresentação do livro "Ministério do Trabalho - 100 anos (Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Lisboa)
- Participação, a título gracioso, na Pós-Graduação em Direito da Economia e do Investimento Social, tendo sido ministradas duas aulas, nos meses de março e abril (Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa)
- Pequeno-almoço comemorativo do Dia Internacional da Mulher – Organização da Câmara Municipal de Lisboa (Altis Grand Hotel, Lisboa)

- Audição no Grupo de Trabalho da Comissão de Trabalho e Segurança Social, no âmbito da alteração do Código Cooperativo (Assembleia da República, Lisboa)
- Colóquio O Labirinto das Políticas de Emprego (Instituto do Emprego e Formação Profissional, Lisboa)
- Conferência "O Futuro do Trabalho" no âmbito da Cerimónia de Encerramento do Ano Comemorativo do Centenário do Ministério (Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Lisboa)
- Sessão pública de Apresentação "Prestação Social para a Inclusão / Modelo de Apoio à Vida Independente" (Auditório da Citeforma, Lisboa)
- Seminário Multistakeholder - Agenda 2030 das Nações Unidas (Instituto de Defesa Nacional, Lisboa)
- Visita à Fundação ADFP - Fundação Assistência, Desenvolvimento e Formação Profissional (Miranda do Corvo)
- Seminário subordinado ao tema "Conta Satélite da Economia Social" (ISSSP - Instituto Superior de Serviço Social do Porto, Porto)
- Cerimónia da Tomada de Posse dos Novos Órgãos Eleitos / Mútua dos Pescadores (Fundação Cidade de Lisboa, Lisboa)
- IX Convenção da Rede RSO PT (Escola Superior de Gestão Hoteleira e Turismo da Universidade do Algarve, Faro)
- 3.º Laboratório do Voluntariado, em representação de S.E. o Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (Centro Cultural Casapiano, Lisboa)
- Cerimónia de apresentação da estratégia de modernização da Segurança Social – Portal Consigo (Instituto de Informática, Porto Salvo)
- Lançamento do Livro Verde sobre as Relações Laborais – 2016 (Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Lisboa)
- Seminário "A Relevância da Economia Social e Solidária para o Desenvolvimento Sustentável dos Territórios" (Universidade Lusófona, Lisboa)
- Lançamento do Programa Impacto Social (Convento de São Pedro de Alcântara, Lisboa)
- Fórum Social Odemira (Cineteatro Camacho Costa, Odemira)
- Conferência Europeia "*Social Economy, an enterprise model for the future of Europe*" (Madrid)

- Dia Nacional das Coletividades – Sessão Solene (Assembleia da República, Lisboa)
- Apresentação da obra "Economia Social e Solidária em Cabo Verde - Génese, entidades, atualidade e perspetivas" (ISCTE-IUL, Lisboa)
- Encontro de Cooperativas da Euroregião Galiza / Norte de Portugal (Instituto Politécnico de Viana do Castelo, Valença)
- Seminário de Abertura "Economia Social, intercooperação e desenvolvimento sustentável" / Feira Social IN (Biblioteca Municipal de Castelo Branco)
- Cerimónia de celebração do Dia Internacional das Cooperativas (CERCIPENICHE, Peniche)
- Lançamento de Programa Cooperativo em Grândola (FENACHE, Grândola)
- Apresentação pública do Relatório sobre Emprego e Formação Profissional, 2.º semestre 2016 (Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Lisboa)
- Sessão de Abertura da Universidade de Verão MONTEPIO / UAL (Universidade Autónoma de Lisboa)
- Seminário "Âmbito e dimensões da Economia Social: contas satélites e outras estatísticas" (Universidade Autónoma de Lisboa)
- Sessão inaugural da 5.ª Edição da AgroSemana (Espaço AGROS, Póvoa de Varzim)
- Sessão de abertura do III Fórum Economia Social (Universidade Católica Portuguesa - Centro Regional do Porto)
- Lançamento da Campanha "Partilhar a Viagem" - Cáritas Portuguesa (Padrão dos Descobrimentos, Lisboa)
- Apresentação da Revista Análise Associativa, n.º 4 (Auditório do Montepio Geral, Lisboa)
- Participação no painel de jurados do Prémio "Inovar para Melhorar", numa iniciativa da União das Mutualidades Portuguesas.
- Cerimónia de Abertura da Comemoração do Dia Nacional do Mutualismo (Auditório Alto dos Moinhos, Lisboa)
- Sessão Solene pelo 40.º Aniversário da CERCIPENICHE (Câmara Municipal de Peniche)
- Conferência "A Economia Social, a Coesão Territorial e a Valorização do Interior" (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real)
- Comemorações do 75.º aniversário da Mútua dos Pescadores (Auditório Municipal de Vila do Conde)

- Fórum Social Palmela (Biblioteca Municipal de Palmela)
- Jornadas de Intervenção Social (Universidade Lusíada, Lisboa)
- Apresentação Boas Festas do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Lisboa)
- Cerimónia de Entrega do Prémio António Dornelas (Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Lisboa)

V – Ações por Departamento

V – Ações por Departamento

Secretaria-Geral

Apoiar o funcionamento dos órgãos sociais da CASES;

Colaborar na execução de projetos sob gestão da Direção;

Coordenar e apoiar as atividades desenvolvidas pelo Gabinete de Apoio, Comunicação e Imagem (GACI), pelo Gabinete Financeiro, de Organização e Recursos Humanos (GFORH) e pelo Gabinete de Informática e Tecnologias de Informação (GITI);

Promover a Responsabilidade Social.

A Secretaria-Geral (SG) tem como missão assegurar o apoio técnico à Direção da CASES, permitindo uma mais eficaz e eficiente articulação com os restantes órgãos sociais e estruturas intermédias, através da coordenação das atividades de gestão de recursos humanos, financeiros e patrimoniais, das tecnologias de informação e da comunicação institucional.

Na atividade da SG, no decorrer do ano de 2017, destacam-se, considerando a sua pertinência no âmbito da prossecução da missão da CASES, os processos de revisão do Código de Ética e de Conduta, do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção & Infrações Conexas e do Regulamento Interno, bem como as ações internas desenvolvidas no quadro da responsabilidade social, resultantes de um trabalho coletivo por parte das diversas áreas funcionais da organização. A par destas iniciativas, salienta-se, ainda, a coordenação dos gabinetes sob a sua dependência e a execução de projetos de sensibilização e de divulgação do setor da economia social junto de crianças e jovens.

Durante o ano de 2017 a SG desenvolveu as seguintes atividades:

Apoio aos Órgãos Sociais

- Assistência técnica aos órgãos sociais, através da elaboração e acompanhamento dos necessários instrumentos de planeamento e de gestão:

- Acompanhamento da execução do "Plano de Atividades para 2017";
- Apoio na elaboração da proposta de "Relatório de Gestão de Atividades e Contas de 2016" e da proposta de "Plano de Atividades e Orçamento para 2018";
- Acompanhamento do PAIE 2017 – Programa de Apoio Institucional às Entidades;
- Colaboração com o DJAQ no processo de revisão do Regulamento Interno;
- Coordenação do processo de revisão do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção & Infrações Conexas.
- Acompanhamento dos processos e procedimentos aprovados pelos órgãos sociais;
- Compilação de elementos informativos de interesse para os membros dos órgãos sociais.

Apoio à Execução de Projetos

- Participação, em conjunto com o DJAQ e o GITI, no Projeto "Cooperativa na Hora":
  - Articulação com o Instituto de Registos e Notariado, I.P. e com a Agência para a Modernização Administrativa, I.P., no âmbito da operacionalização do projeto;
- Desenvolvimento do Projeto GeraçãoCoop:
  - Divulgação da Agenda GeraçãoCoop (destinada a crianças dos 6 aos 9 anos), através da sua distribuição junto de escolas, entidades da economia social e Rede de Bibliotecas Escolares;
  - Revisão dos conteúdos e atualização da Agenda GeraçãoCoop para o ano de 2018.
- Gestão das inscrições e das participações nas Pós-Graduação "Economia Social: Cooperativismo, Mutualismo e Solidariedade", promovida pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (FEUC);
- Acompanhamento da iniciativa Portugal Social *on the Road*, realizada em parceria com a Forum Estudante, com o apoio da Câmara Municipal de Matosinhos:
  - Participação de 50 jovens estudantes (21 Homens e 29 Mulheres) do ensino secundário/profissional, numa viagem de conhecimento e interação com várias entidades da economia social.

Coordenação e apoio aos Gabinetes

- Promoção e acompanhamento das políticas de organização e de gestão dos recursos humanos, apoiando a tomada de decisão e a respetiva concretização:
- Orientação e apoio às atividades desenvolvidas pelos Gabinetes que integram a SG, em articulação com a direção;
- Colaboração com os restantes departamentos, através da participação da SG nos processos de estudo e de diagnóstico de projetos;
- Estudo e programação da aplicação de medidas tendentes a promover a inovação e a modernização organizacional, bem como a adoção de procedimentos internos mais eficientes.
- Promoção e acompanhamento da ação formativa destinada aos/as colaboradores/as:
- Participação da CASES nas ações de formação integradas no programa formativo Form@r-2017, promovido pela Secretaria-Geral do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (SG-MTSS) – 10 ações de formação;
- Realização do diagnóstico de necessidades formativas, tendo em vista assegurar a participação dos/as colaboradores/as em ações de formação que respondam às necessidades de formação identificadas;
- Finalização da ação de formação "Comunicação Interna", com o objetivo de dotar a organização de ferramentas que auxiliem os processos de comunicação interna.
- Coordenação do *Welcome Desk*, serviço de atendimento aos/às utentes da CASES:
- Realização de 31 atendimentos presenciais e 3 atendimentos por videoconferência, de caráter informativo relativamente ao eventual enquadramento dos projetos no âmbito do setor da economia social.
- Promoção da participação da CASES em programas de estágios:
- Acompanhamento de 1 (um) estágio no âmbito da Medida Estágios-Emprego gerida pelo IEFP.
- Acompanhamento do processo de implementação das medidas de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho.

Promoção da Responsabilidade Social

- Desenvolvimento, no âmbito do Projeto BEM – "Bem Está à Mão" (Grupo de Responsabilidade Social da CASES), de ações tendentes a promover a responsabilidade social:
    - Revisão do Código de Ética e de Conduta e promoção da consulta interna junto dos/as colaboradores/as da CASES;
    - Realização da sessão Ética e Conduta na Gestão Pública - Os riscos de corrupção e a sua prevenção, dinamizada pelo Conselho de Prevenção da Corrupção;
    - Participação na campanha de recolha de roupas e calçado de apoio à ALCC - Associação Lusofonia, Cultura e Cidadania – 87 bens angariados;
    - Participação na campanha de angariação de bens alimentares para a Mercearia Social da Freguesia da Penha de França – 76 bens angariados;
    - Participação nas reuniões da Comissão Social de Freguesia da Penha de França – Eixo de Trabalho Dinâmicas Familiares;
    - Edição da Voz Off janeiro-fevereiro 2017 (newsletter interna).
- Integração de critérios que atendem a indicadores de Igualdade de Género nas medidas promovidas ou geridas pela CASES:
- Utilização de linguagem inclusiva nos documentos organizacionais;
- Segregação da informação estatística por sexo.
- Participação na Comissão de Avaliação do Prémio Igualdade é Qualidade.

Outras Atividades

- Participação na mesa redonda "Adam Smith" do Fórum de Empregabilidade, promovido pela Escola de Ciências Sociais e Humanas do ISCTE-IUL;
- Participação na mesa redonda "Economia Social e Juventude" no âmbito da 4ª Sessão do Congresso Nacional da Economia Social, promovido pelo CNES;

- Dinamização do módulo "Empreendedorismo cooperativo", no âmbito ação de Formação e *Coaching* em Empreendedorismo, promovido pela Câmara Municipal de Palmela;
- Dinamização do workshop Economia Social e Cooperativismo, no âmbito da iniciativa *Beyond Creative*, promovida pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa;
- Dinamização da sessão "Vamos falar sobre Economia Social" junto de crianças do 1.º ciclo do ensino básico, no âmbito da Semana da Formação Financeira promovida pelo Plano Nacional de Formação Financeira;
- Dinamização da sessão de apresentação da CASES e das suas atividades junto de uma delegação da Turquia;
- Dinamização da sessão de esclarecimentos sobre cooperativismo junto de agricultores/as da Costa de Caparica, promovida pelo CLDS Sai e Age – Santa Casa da Misericórdia de Almada;
- Dinamização da sessão de apresentação da CASES e das suas atividades junto de uma delegação da Turquia;
- Participação no programa televisivo Sociedade Civil dedicado ao tema "Economia Social";
- Participação na sessão de apresentação do livro "Economia Social e Solidária em Cabo Verde: Génese, entidades, atualidade e perspetivas", da autoria de Jacinto Santos;
- Participação na ação de formação "Gestão de Equipas", com a duração de 25 horas;
- Participação na ação de formação "Comunicação Interna" com a duração de 3,5 horas;
- Participação na sessão "Ética e Conduta na Gestão Pública - Os riscos de corrupção e a sua prevenção", com a duração de 3 horas;
- Ministração do módulo de formação "Introdução à Economia Social", com a duração de 7 horas, no âmbito do Programa COOPJOVEM;
- Ministração do módulo de formação "Introdução ao Cooperativismo", com a duração de 7 horas, no âmbito do Programa COOPJOVEM;

- Ministração do módulo de formação "Memória Descritiva", com a duração de 4 horas, no âmbito do Programa COOPJOVEM;
- Dinamização do stand da CASES no Festival NOS ALIVE.

Secretaria-Geral

Gabinete de Apoio, Comunicação e Imagem

Gabinete de Apoio:

Executar as tarefas de secretariado da Direção;

Assegurar e apoiar a organização de reuniões, conferências e outras iniciativas promovidas pela Direção;

Executar as tarefas de gestão do expediente e da frota;

Executar as tarefas de apoio ao funcionamento do CNES.

Gabinete de Comunicação e Imagem:

Operacionalizar a comunicação externa e interna;

Gerir a página web da CASES e respetivas redes sociais;

Divulgar estudos e publicações;

Desenvolver trabalhos de multimédia e design gráfico.

Ao Gabinete de Apoio, Comunicação e Imagem (GACI) compete organizar os serviços de apoio aos órgãos sociais, gerir e promover a comunicação e a imagem institucionais.

Na atividade deste Gabinete, no que respeita à atividade de apoio aos órgãos socias, salientam-se as tarefas de organização e preparação das 65 reuniões realizadas no decorrer do ano de 2017, bem como das várias iniciativas e eventos promovidos pela direção e pelo CNES; relativamente ao seu trabalho de comunicação, destacam-se alguns dados específicos de referência, como os cerca de 60.000 utilizadores do site com aproximadamente 200.000 visualizações (sendo que 60% se revelam novos visitantes); o crescimento de 10% de seguidores nas Redes sociais; a participação de cerca de 2.000 pessoas nos eventos organizados pela CASES; o crescimento de 24% da *mailing list*. De salientar ainda, a produção de mais de 1000 peças gráficas ao longo do ano de 2017, promovendo a visibilidade e alinhamento da imagem aos valores e identidade da CASES.

Durante o ano de 2017 o GACI desenvolveu as seguintes atividades:

A) Apoio:

Secretariado da Direção

- Preparação, apoio e acompanhamento das reuniões de direção, assembleia geral e conselho fiscal;

Quadro I – Número de reuniões dos órgãos sociais realizadas em 2017

Órgãos Sociais	*N.º de reuniões*
Assembleia Geral	5
Direção	57
Conselho Fiscal	3
Total	65

Fonte: CASES

- Elaboração de sínteses de propostas para deliberação nas reuniões de direção;
- Elaboração das atas das reuniões de direção;
- Registo e atualização dos compromissos constantes na agenda da direção;
- Gestão do processo de cedência de instalações a terceiros – foram autorizados pela direção 15 pedidos de utilização de auditório.

Apoio à organização de iniciativas promovidas pela direção

Desenvolvimento de tarefas de apoio ligadas à organização, designadamente, preparação de documentos de informação, intervenções, envio de convites e respetivos programas, pastas de participantes, gestão de inscrições, marcação de viagens e de estadias:

- Apoio administrativo e logístico às reuniões realizadas entre os membros da direção e terceiros;
- Apoio administrativo às participações da direção em eventos organizados por terceiros;
- Apoio à organização das demais iniciativas promovidas pela CASES.

Gestão do expediente e da frota

- Receção, classificação e distribuição interna do correio – registo de entrada de 4.295 documentos;
- Encaminhamento dos despachos da direção;
- Execução dos procedimentos de expedição de documentação da direção;
- Gestão das viaturas ao nível da sua utilização quer da sua respetiva manutenção.

Apoio ao funcionamento do CNES

- Apoio ao Secretário Executivo do CNES, designadamente na organização e preparação das reuniões do Plenário e dos Grupos de Trabalho, das sessões temáticas e final do Congresso Nacional da Economia Social.

B) Comunicação e Imagem:

Comunicação externa

- Promoção da informação que é transmitida pela organização para o seu público-alvo, servindo fundamentalmente para a divulgação da organização, dos seus produtos, serviços, áreas de intervenção e atuação. Teve com objetivo o fortalecimento da identidade institucional através da promoção da Visão, Missão, Estratégia e Imagem Corporativa, destinando-se a consolidar publicamente a CASES:
    - Desenvolvimento, promoção e divulgação de iniciativas, newsletters, notícias, programas, anúncios, atividades, eventos, publicações, mailings, através dos seguintes meios e ações:

Quadro II – Ações Comunicação Externa 2017

Ações	*N.º*
Newsletters	22
EFlyers	12
Posts Facebook	740
Press Releases	10
Comunicações Públicas	2
Anúncios/meios de comunicação	12

Fonte: CASES

Comunicação interna

- Promoção de ações que visaram compatibilizar os interesses e valores da CASES, promovendo o diálogo, a troca de informações, de experiências e a participação de todos os níveis organizacionais, com vista a estimular a motivação dos colaboradores, o aumento de produtividade, a minimização de conflitos e de falhas no processo de informação:
  - Formação sobre comunicação interna.
  - Newsletter interna VOZ OFF;
  - Questionário de satisfação/recolha de sugestões/reforço à participação;
  - Distribuição de Newsletters internamente.

Páginas web e redes sociais

- Através das Páginas *Web* procurou-se o aumento da visibilidade institucional, do conhecimento e da informação, sendo um importante canal de comunicação B2B (*business to business*) e B2C (*business to consumer*). As redes sociais, enquanto comunidades virtuais onde existe a procura e partilha de informação, trouxeram vantagens para a organização, nomeadamente: o baixo custo por contacto; a possibilidade de interação em tempo real; a forma gratuita de fazer research; a forma de aumentar a notoriedade da marca e identidade de programa e evento; a rapidez enquanto veículo comunicacional da Organização. Esta área visou o posicionamento da CASES no meio digital através das seguintes ações:
  - Inserção de notícias, eventos e outras iniciativas desenvolvidas pela CASES e por entidades da Economia Social;
  - Divulgação de informações com interesse para o setor;
  - Desenvolvimento de conteúdos para páginas de *Facebook*;
  - Acompanhamento permanente e monotorização das páginas das Redes Sociais;
  - Ativação e ligação da Página *Web* CASES com as Redes Sociais;
  - Estruturação e operacionalização de *microsite* (Voluntariado).

Quadro III – Dados páginas web e redes sociais 2017

Site CASES	*N.º*
Utilizadores	59.187
Visualizações de página	189.711
Artigos/notícias/conteúdos criados	141
Ficheiros Multimédia inseridos	1.403
Comunicações Públicas	2
Facebook	*N.º*
Publicações	740
Novos seguidores	757
Instagram ES Jovem	*N.º*
Publicações	604
Novos seguidores	132

Inserções publicitárias na imprensa

- Divulgação de estudos de interesse para o setor e da promoção das publicações CASES (Offline e Online):
  - Divulgação de estudos de interesse para o setor – 20;
  - Divulgação e promoção das publicações CASES (Offline e Online) - 7.

Multimédia e Design Gráfico

- As áreas de Multimédia e Design constituíram uma importante fonte de diferenciação, de agregação de valor às áreas de intervenção, atuação e de divulgação da CASES. Pretendeu-se promover a visibilidade e alinhamento do Multimédia e Design Gráfico, Editorial e Institucional aos valores e identidade da CASES:

Quadro IV - Número iniciativas Multimédia e Design em 2017

Criação de marca ou re-criação para programas e projetos	7
Propostas de identidade visual	15
Design de Espaços / Stands	6
Sinalética para eventos	12
Telas/púlpitos/outros adereços	23

Design Online	
Conceção / design websites	1
Layouts	7
Banners	8
Wallpapers	15
Destaques Site	10
Outros	
Newsletters	22
Cartazes	20
Press Releases	10
Folhetos	6
Anúncios	12
Flyers Digitais	12
Infografias	9
Edição de fotografias	226
Convites	14
Programas	14
Posts / Redes Sociais	9
Certificados de participação	14
Apresentações Pdf / PPT	14
Badges/lanyards/pastas	6
Roll-ups	5
Estacionário	1
Filmagem/edição/produção vídeos	7
Grafismo para vídeo	30
Guiões para vídeo	6
Wallpapers	6
Brochuras/Regulamentos/Planos de Atividade e outros documentos	28
Total	531

Fonte: CASES

Promoção de Publicações nas Redes Sociais

- Reforçou-se a divulgação e fortalecimento das iniciativas da CASES no meio digital, gerando um *boost* online às iniciativas promovidas pela CASES, permitindo um alargamento exponencial do número de visualizações e interações:

- Promoção de vídeo COOPJOVEM na Redes Social Facebook (Alcance: 8.051; Visualizações: 3.059);
- Promoção de vídeo ES Jovem na Redes Social Facebook (Alcance: 11.587; Visualizações: 4.123).

Organização de eventos

- A organização (pré-produção/produção/operacionalização) de eventos permitiu o contínuo reforço positivo da promoção do setor da Economia Social, consolidando publicamente, o alinhamento da CASES com a sua missão:
  - Cerimónia Pública Solene - Prémio António Sérgio 2016;
  - Congresso Nacional da Economia Social 2017 (4 - sessões temáticas + 1 - sessão final);
  - NOS Alive 017;
  - Dia Internacional das Cooperativas 2017 / Peniche (apoio).

Outras atividades

- Participação no Grupo de Trabalho da Responsabilidade Social – Projeto BEM;
- Participação no Projeto GeraçãoCoop;
- Participação na ação de formação "Fotografia e Vídeo", com a duração de 40 horas;
- Participação na ação de formação "Comunicação Interna", com a duração de 3,5 horas;
- Participação na sessão "Ética e Conduta na Gestão Pública - Os riscos de corrupção e a sua prevenção", com a duração de 3 horas;
- Participação na pós-graduação em Direito da Economia e do Investimento Social" da FDL;
- Dinamização do stand da CASES no Festival NOS ALIVE.

Secretaria-Geral

Gabinete Financeiro, de Organização e Recursos Humanos

Assegurar a gestão dos recursos humanos;

Assegurar a gestão orçamental, financeira e patrimonial;

Coordenar a aplicação do Regulamento Interno;

Realizar os procedimentos contabilísticos e dar cumprimento às obrigações fiscais.

Ao Gabinete Financeiro, de Organização e Recursos Humanos (GFORH) compete promover e assegurar uma correta gestão dos recursos financeiros, humanos e patrimoniais da CASES.

Na atividade deste Departamento destaca-se, face ao normal funcionamento de articulação com as entidades dos diversos *report's* exigidos, bem como o normal apoio interno, o aumento de atividade, dado o arranque do programa Coopjovem. Aumento significativo do número de pareceres no âmbito dos processos de contratação pública, registos contabilísticos e respetivos pagamentos, assim como a carga administrativa de obrigações contratuais com o POISE, nomeadamente, Dossiers Financeiros.

De salientar também a preparação dos quadros do GFORH, bem como dos sistemas informáticos para a transição e entrada em vigor (01 de Janeiro de 2018) do novo normativo – Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP).

Com base neste pressuposto, o GFORH desenvolveu, em 2017, as seguintes atividades:

Gestão dos Recursos Humanos

- Processamento de salários, ajudas de custo e reembolsos de despesas a funcionários/as;
- Organização e atualização dos processos relativos aos recursos humanos;
- Controlo da assiduidade dos/as trabalhadores/as, através da contabilização dos tempos de trabalho prestados e da elaboração dos relatórios de assiduidade;

- Apoio na gestão e na organização do processo de Avaliação de Desempenho (SIADAP 3);
- Elaboração de reportes periódicos referentes aos recursos humanos da CASES (SIOE - Sistema de Informação da Organização do Estado, Relatório Único);
- Promoção e acompanhamento da implementação das medidas de Saúde, Higiene e Segurança no Trabalho.

Gestão Orçamental, Financeira e Patrimonial

- Elaboração, gestão e controle orçamental;
- Elaboração de reportes de caráter periódico e obrigatório junto da Direção Geral do Orçamental (DGO), Gabinete de Estratégia e Planeamento (GEP), Tribunal de Contas (TC) e Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social (IGFSS);
- Realização das atividades inerentes à gestão financeira, através do cumprimento das obrigações legais e regulamentares;
- Reporte periódico à Direção de mapas de gestão e controlo financeiro;
- Realização dos procedimentos contabilísticos e cumprimento das obrigações fiscais;
- Execução dos procedimentos de contratação pública destinados à aquisição de bens e serviços - elaboração de pareceres no âmbito dos procedimentos de contratação pública;
- Elaboração e organização dos dossiers financeiros no âmbito do Programa COOPJOVEM;
- Processamento de bolsas no âmbito do Programa COOPJOVEM;
- Gestão de pagamentos a fornecedores e prestadores de serviços;
- Emissão de faturas-recibo de vendas e prestação de serviços;
- Gestão do património – inventário de bens e aprovisionamento, através do cumprimento das obrigações legais e regulamentares;
- Elaboração dos documentos necessários para apresentação aos órgãos sociais, em cumprimento das disposições legais;
- Execução das tarefas inerentes ao economato;

- Apoio à Secretaria-Geral nos pedidos de auditoria interna e do revisor oficial de contas.

Reportes apresentados e submetidos à DGO no âmbito do enquadramento da CASES como Entidade Pública Reclassificada (EPR) - regime simplificado:

- Reportes mensais:
    - Contas da execução orçamental;
    - Registo alterações orçamentais;
    - Mapas de Unidades Tesouraria (UT's)
- Reportes trimestrais:
    - Balancete analítico;
- Reportes anuais:
    - Previsões orçamento inicial;
    - Balancete analítico com saldos iniciais;
    - Saldo da gerência anterior;
    - Demonstrações financeiras previsionais anuais e orçamento;
    - Estimativa do balanço e demonstração de resultados;
    - Prestação de contas do exercício:
        - Balanço (Bal);
        - Demonstração de Resultados (DR);
        - Fluxos de caixa;
        - Notas ao Bal e DR:
        - Relatório e parecer do órgão de fiscalização.
    - Balancete analítico após encerramento do exercício.

Regulamento Interno

- Acompanhamento e verificação do cumprimento das regras estabelecidas no Regulamento Interno;

Procedimentos Contabilísticos e Fiscais

- Realização da cabimentação de despesas, conforme o orçamento aprovado.
- Controlo de execução de despesas, conforme o orçamento aprovado;
- Desenvolvimento das funções inerentes ao movimento das receitas e despesas e os respetivos registos contabilísticos obrigatórios;
- Realização dos processamentos administrativos;
- Cumprimento das obrigações fiscais nos prazos estipulados na lei.

Quadro V – Quadro-Resumo Atividade GFORH 2017

Faturas/ Notas de Crédito	Boletins Itinerários	Processamento de Bolsas Coopjovem	Pareceres Contratação Pública	Aprovações para Pagamento (APR's)	Notas de Pagamento (NP's)	Ficheiros de Pagamentos IGCP	Correio expedido (CTT's)	Bens Inventariados
894	256	1.502	336	1.251	657	96	1.628	41

Fonte: CASES

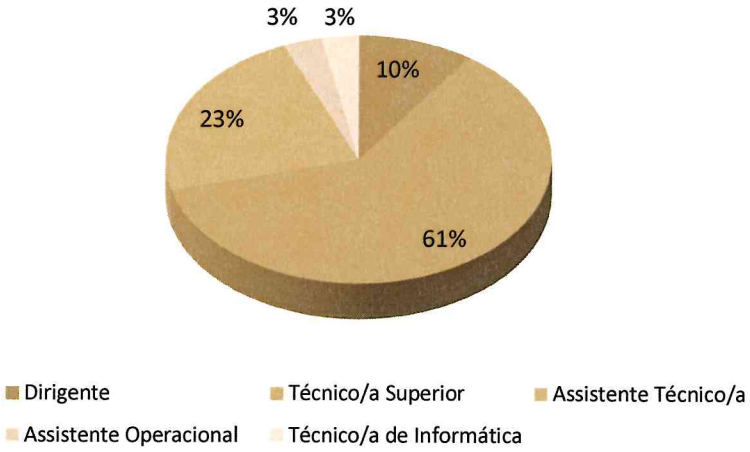
Recursos Humanos

Quadro VI – Recursos Humanos 2017 – Categoria Profissional

Grupo Profissional	*Homens*	*Mulheres*	*Total*	*%*
Dirigente	1	2	3	10%
Técnico/a Superior	8	11	19	61%
Assistente Técnico/a	3	4	7	23%
Assistente Operacional	0	1	1	3%
Técnico/a de Informática	1	0	1	3%
Total	**13**	**18**	**31**	**100%**

Fonte: CASES

Gráfico I – Recursos Humanos 2017 – Categoria Profissional (%)



Fonte: CASES

Quadro VII – Recursos Humanos 2017 – Faixa Etária

Faixa Etária	*Homens*	*Mulheres*	*Total*	*%*
20-24	*0*	*0*	*0*	*0%*
25-34	*3*	*3*	*6*	*19%*
35-44	*2*	*9*	*11*	*35%*
45-54	*0*	*3*	*3*	*10%*
55-64	*4*	*3*	*7*	*23%*
65/+	*4*	*0*	*4*	*13%*
Total	***13***	***18***	***31***	***100%***

Fonte: CASES

Quadro VIII – Recursos Humanos 2017 – Nível de Habilitações

Escolaridade	*Homens*	*Mulheres*	*Total*	*%*
Até ao 1º Ciclo do Ensino Básico	0	0	0	0%
2º e 3º Ciclos do Ensino Básico	1	2	3	10%
Ensino Secundário	3	1	4	13%
Licenciatura	7	9	16	51%
Mestrado	2	6	8	26%
Doutoramento	0	0	0	0%
Total	**13**	**18**	**31**	**100%**

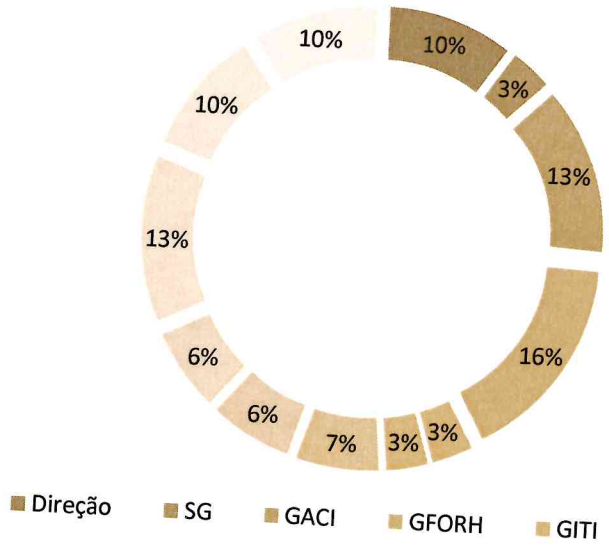
Fonte: CASES

Quadro IX – Recursos Humanos 2017 – Vínculo Contratual

Vínculo Contratual	*Nomeação*		*Contrato de Trabalho em Funções Públicas*		*Contrato Individual de Trabalho*		*Total*
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	
Dirigentes	1	2	0	0	0	0	**3**
Técnicos/as Superiores	0	0	2	0	6	11	**19**
Assistentes Técnicos/as	0	0	2	3	1	1	**7**
Técnicos/as de Informática	0	0	1	0	0	0	**1**
Assistentes Operacionais	0	0	0	1	0	0	**1**
Total	**1**	**2**	**5**	**4**	**7**	**12**	**31**

Fonte: CASES

Gráfico II – Recursos Humanos 2017 – Unidade Orgânica



Fonte: CASES

Quadro X– Recursos Humanos 2017 – Entradas e Saídas

Entradas		*Total*	*Saídas*		*Total*
Homens	Mulheres		Homens	Mulheres	
0	4	**4**	2	1	**3**

Fonte: CASES

Quadro XI – Recursos Humanos 2017 – Formação Profissional

N.º de colaboradores/as			*Total de horas de formação*	*Volume de Formação**
Homens	**Mulheres**	**Total**		
13	14	**27**	694	1048

Fonte: CASES

***Volume de Formação:** Nº de formandos X N. Horas, calculado ação a ação. (INA – Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas)

Quadro XII – Ações de Formação 2017

Ação de Formação	*Volume de Formação*
A revisão do Código dos Contratos Públicos: Impactos e Continuidade	14
Comunicação Interna	74
Contratação Pública - CCP revisto	14
Escrita Jornalística - Géneros Jornalísticos	40
Ética e Conduta na Gestão Pública - Os riscos de corrupção e a sua prevenção	54
Ficheiro e Base de Dados em Access	39
Formular e Medir a Estratégia	28
Fotografia e Vídeo	80
Gestão de Equipas	50
Gestão de Projetos	60
Gestão Orçamental dos Serviços Públicos	30
Principais novidades do CCP Revisto	14
Processador de Texto - Funcionalidades Avançadas	25
Projeto ASIA - Portaria de Gestão de Documentos do MTSSS	12
Proteção de Dados na Administração Pública	4
Proteção de Dados na AP – Construção de um Plano de Ação"	14
Tratamento Documental: Descrição Bibliográfica	25
Utilitário de Apresentação Gráfica	25
Word Avançado	25
Estatuto de trabalhador estudante	186
Universidade de Verão Montepio - Economia Social e Mutualismo	25
Pós-Graduação em Economia Social	58
Pós-Graduação em Direito da Economia e do Investimento Social	153
Total	**1.048**

Fonte: CASES

Outras atividades

- Participação no Grupo de Trabalho da Responsabilidade Social – Projeto BEM;
- Participação no Programa ES Jovem;

- Participação na ação de formação "Gestão Orçamental dos Serviços Públicos", com a duração de 30 horas;
- Participação na ação de formação "Gestão de Equipas", com a duração de 25 horas;
- Participação na ação de formação "Word Avançado", com a duração de 25 horas;
- Participação na ação de formação "Comunicação Interna", com a duração de 3,5 horas;
- Participação na sessão "Ética e Conduta na Gestão Pública - Os riscos de corrupção e a sua prevenção", com a duração de 3 horas;
- Frequência da Pós-Graduação em Economia Social do ISCSP;
- Participação na pós-graduação em Direito da Economia e do Investimento Social" da FDL;
- Ministração do módulo de formação "Educação Financeira", com a duração de 7 horas, no âmbito do Programa COOPJOVEM;
- Ministração do módulo de formação "Desenvolvimento de Competências Sociais", com a duração de 15 horas, no âmbito do Programa COOPJOVEM;
- Dinamização do stand da CASES no Festival NOS ALIVE.

Secretaria-Geral

Gabinete de Informática e Tecnologias de Comunicação

Gerir os sistemas de informação;
Gerir os equipamentos informáticos.

Ao GITI compete gerir o sistema informático e apoiar os/as utilizadores/as no uso corrente das tecnologias de comunicação e informação.

A atividade deste Gabinete de Informática, relativamente ao seu trabalho de informática, deu preponderância à criação dos novos perfis de utilizadores quando foram solicitados, continuando a trabalhar na Gestão das atividades de administração do Parque computacional de Servidores, PCs, Portáteis e outros equipamentos informáticos nas vertentes de *hardware*, software, aplicações, rede e segurança computacional, bem como disponibilizar *backups*. Configurou em *html* as *newsletters* Geral e Legislação e fez a sua distribuição pela *mailing list* da CASES. Assegurou todo o apoio que os utilizadores solicitaram, bem como emitiu pareceres solicitados. Tem vindo a atualizar o inventário do parque informático da CASES.

No decorrer de 2017 desenvolveu as seguintes atividades:

Sistemas de Informação

- Desenvolvimento de atividades de rotina a nível de *helpdesk* e administração do parque computacional de servidores, *PC's*, portáteis e outros equipamentos informáticos nas vertentes de *hardware*, *software*, aplicações, rede e segurança;
- Gestão das plataformas de virtualização Microsoft Hyper-V e VMWare ESXi sobre as quais estão em funcionamento os servidores virtuais da CASES incluindo Server01, Server02, Server03, Server05 e Server07;
- Administração do domínio Windows usado na LAN da CASES;
- Administração dos sistemas Servidores do Software Antivírus e de distribuição e instalação de atualizações de Sistemas Operativos;
- Gestão do sistema de *backup* de pastas de rede, bases de dados e sistemas aplicacionais, incluindo Gestão Documental, Assiduidade, Credenciação *Online* e

Biblioteca António Sérgio para Sistema de *Cartdriges*, em complemento ao *backup* existente para o disco interno, para garantir a manutenção de um arquivo histórico e a recuperação de situações de catástrofe;

- Execução e manutenção de *backup* integral de imagens de servidores virtuais fora das instalações, com periodicidade trimestral;
- Administração dos Sistemas Servidores da Credenciação *online* e da Biblioteca Digital António Sérgio;
- Apoio na avaliação de cenários para partilha de ficheiros com utilizadores externos, tanto no assegurar a ligação Internet e bem como da Gestão Documental;
- Acompanhamento da fase final do projeto de melhoria da cobertura da rede sem fios na Casa António Sérgio, através da instalação de antenas adicionais;
- Definição de requisitos para ampliação da cablagem de rede fixa da CAS de modo a suportar a instalação de postos computacionais adicionais;
- Avaliação de requisitos para implementação de um sistema de videoconferência para *e-learning* em salas da CASES e apoio no processo de escolha dos equipamentos;
- Apoio no âmbito da medida "Cooperativa na Hora", incluindo o acompanhamento da implementação da interface aplicacional para interligação com a plataforma de Interoperabilidade da Administração Pública e a ligação por VPN com a AMA;
- Apoio no âmbito da contratação de serviços de alojamento de VPS para suporte ao funcionamento da Plataforma de Formação do CoopJovem;
- Diversas atualizações no sítio cases.pt, notícias, *newsletters* economia social – notícias, *newsletters* – 324 artigos/notícias/conteúdos criados na Página Web;
- Atualizações ao sítio www.sou-mais.org - duas;
- Atualização da informação das *newsletters* externas no sítio da CASES e respetivas divulgações através dos endereços de correio eletrónico – 20 atualizações e envio de 29 *newsletters* a todos os endereços eletrónicos da lista;
- Execução das tarefas inerentes à administração de sistema, de modo a que as aplicações estejam disponíveis aos/às utilizadores/as;

- Apoio aos utilizadores/as internos em razão das suas necessidades, designadamente ao nível dos serviços de comunicações da Internet, dos telefones, das contas de correio eletrónico e da criação e uso de acesso VPN.

Quadro XIII – Número de instrumentos disponibilizados/parametrizados *online* 2017

Parametrização *newsletters* gerais	12
Parametrização *newsletters* legislativas	8

Fonte: CASES

Equipamentos informáticos

- Promoção da manutenção e conservação dos equipamentos informáticos, através da avaliação de necessidades, emissão de pareceres e acompanhamento da aquisição de *hardware*, *software* e serviços;
- Promoção da renovação e aumento do parque informático instalado;
- Atualização corrente do inventário da relação de bens de informática;
- Assegurar os serviços de comunicações da *Internet*, dos telefones e das contas de correio eletrónico;
- Apoio aos/às utilizadores/as no âmbito da realização de videoconferências via *Skype* e *Hangout*;

Outras atividades

- Participação na ação de formação "Proteção de Dados na AP – Construção de um Plano de Ação", com a duração de 14 horas;
- Participação na ação de formação "Comunicação Interna", com a duração de 3,5 horas;
- Participação na sessão "Ética e Conduta na Gestão Pública - Os riscos de corrupção e a sua prevenção", com a duração de 3 horas.

Departamento Jurídico, Auditoria e Qualidade

Assegurar os serviços de consulta jurídica externa;
Assegurar os serviços de consulta jurídica interna;
Realizar estudos e trabalhos jurídicos;
Prestar apoio jurídico às entidades associadas;
Desenvolvimento e implementação do sistema de auditoria interna e de gestão da qualidade.

Ao Departamento Jurídico, Auditoria e Qualidade (DJAQ) compete prestar apoio jurídico e desenvolver o sistema de controlo interno e de qualidade.

No Departamento Jurídico, Auditoria e Qualidade, destaca-se, no que tange o ano de 2017, por um lado, a atividade desenvolvida no âmbito do apoio jurídico às entidades da Economia Social, em particular, às cooperativas, e que se traduziu num elevado número de atendimentos presenciais e telefónicos, e, bem assim, de resposta via email - tudo no âmbito das solicitações apresentadas; por outro, destaca-se um elevado número de pareceres e informações, projetos de portaria, regulamento interno, atas de assembleia geral, de protocolos e de minutas de contratos no âmbito do apoio jurídico prestado à Direção da CASES e a todos os departamentos da respetiva estrutura organizacional e, bem assim, no âmbito das atribuições da CASES e das matérias relativas ao funcionamento dos seus serviços; sendo que, cumpre, ainda, realçar a matéria da contratação pública a que a CASES está sujeita em todos os seus procedimentos de aquisição de bens e de serviços e, nessa sede, o vasto trabalho desenvolvido no âmbito Programa COOPJOVEM.

Em 2017 o DJAQ desenvolveu as seguintes atividades:

Consulta jurídica externa

- Realizaram-se 5.403 atendimentos presenciais e telefónicos, emissão de ofícios, informações e pareceres, na área jurídica, no âmbito de solicitações apresentadas por entidades da economia social, em especial por cooperativas, e que versam, designadamente, sobre os princípios cooperativos, os processos de constituição, de fusão e de dissolução de cooperativas, as respetivas regras de funcionamento interno, processos de credenciação e apoios públicos.

Consulta jurídica interna

- Apoio jurídico à Direção da CASES e a todos os departamentos da respetiva estrutura organizacional, no âmbito das matérias que consubstanciam as atribuições da CASES e, bem assim, das matérias relativas ao funcionamento dos seus serviços, concretamente, com a emissão de pareceres, de informações e de ofícios, com especial enfoque, no ano em apreço, no Programa COOPJOVEM, e que se traduziram, ainda, em:

Quadro XIV – Consulta jurídica externa 2017

Ações		*Número*
E-mails		6.904
Entradas	Gestão	694
Documental		
Informações e pareceres		260
Ofícios		340

Fonte: CASES

Estudos e trabalhos jurídicos

- Análise e elaboração de projetos de portaria, regulamento, despachos, deliberações, atas, protocolos, acordos, contratos, estatutos e outros documentos, a saber:
    - Regulamento Interno da CASES, com a inerente análise jurídica;
    - Projetos de Protocolos, dos quais se destacam o Aditamento ao Protocolo celebrado entre a CASES e a Autoridade de Gestão do Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (PO ISE), o Protocolo entre a CASES e a Confederação Portuguesa do Voluntariado; o Protocolo de cooperação entre a CASES e a Santa Casa da Misericórdia do Porto; o Protocolo entre a CASES, o Instituto dos Registos e do Notariado, I. P., o Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, I.P. e a Agência para a Modernização Administrativa, I.P.;
    - Acordos nas diferentes áreas das atribuições da CASES;
    - Projetos de Estatutos Cooperativos;

- Contratos de trabalho e Aditamentos, com a subjacente análise da legislação laboral aplicável e, bem assim, o enquadramento legal de situações relativas aos recursos humanos da CASES;
- Apresentação de propostas no âmbito dos Projetos do PET: Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas e Código de Ética e de Conduta; Manual Interno de Procedimentos de Contratação Pública;
- Apoio técnico ao Grupo de trabalho de Revisão da Legislação Fiscal para o setor da Economia Social;
- *Checklists* relativas aos procedimentos de contratação pública efetuados ao abrigo do Programa COOPJOVEM;
- Projeto de Portaria da Bolsa Especializada do Voluntariado (BEV); Plataforma do Voluntariado;
- Apreciação e revisão dos modelos para a constituição de cooperativas no âmbito do Projeto «Cooperativa na Hora»;
- Análise e proposta de alteração ao projeto dos Estatutos da Confederação da Economia Social;
- Alteração dos Estatutos da CASES;
- Elaboração de Convocatórias e de Atas das Assembleias Gerais da CASES.

Procedimentos de contratação pública

- Ajuste direto geral – 60 procedimentos;
- Ajuste direto simplificado – 43 procedimentos;
- Concurso público – 1 procedimento;
- Concurso limitado por prévia qualificação – 1 procedimento.

Informação de caráter jurídico às entidades da economia social

- Elaboração de sínteses legislativas e jurisprudenciais periódicas sobre o setor da economia social, informações de teor jurídico e a sua disponibilização em forma de newsletters.

Auditoria e Qualidade:

- Execução do plano de trabalho de auditoria interna;
- Assessoria à direção, com a emissão de pareceres e propostas sobre matérias inerentes;
- Acompanhamento do Plano de Prevenção de Riscos e Corrupção e Infrações Conexas.

Outras atividades

- Participação na ação de formação "Contratação Pública - CCP revisto", com a duração de 14 horas;
- Participação na ação de formação "Processador de Texto - Funcionalidades Avançadas", com a duração de 25 horas;
- Participação na ação de formação "A revisão do Código dos Contratos Públicos: Impactos e Continuidade", com a duração de 7 horas;
- Participação na ação de formação "Principais novidades do CCP Revisto", com a duração de 14 horas;
- Participação na ação de formação "Comunicação Interna" com a duração de 3,5 horas;
- Participação na sessão "Ética e Conduta na Gestão Pública - Os riscos de corrupção e a sua prevenção", com a duração de 3 horas;
- Ministração do módulo de formação «cooperativismo», na Mútua dos Pescadores, CRL, com a duração de 3 horas;
- Ministração do módulo de formação "Cooperativismo", com a duração de 14 horas, no âmbito do Programa COOPJOVEM.

Departamento de Relações Institucionais, Estudos e Prospetiva

Cooperar com outros serviços, organismos e entidades, nacionais e internacionais, tendo em vista a realização de ações conjuntas;
Prestar apoio ao CNES;
Apoiar tecnicamente o Júri do Prémio "Cooperação e Solidariedade – António Sérgio";
Promover e divulgar estudos e atividades de reflexão;
Coordenar a Casa António Sérgio.

O Departamento de Relações Institucionais, Estudos e Prospetiva (DRIEP) tem por missão garantir o apoio técnico às atividades de cooperação institucional, realizar estudos e análises prospetivas e coordenar a Casa António Sérgio.

Na atividade deste Departamento destaca-se o apoio técnico à intensa atividade do CNES, em particular, do Grupo de Trabalho do "I Congresso Nacional da Economia Social" que decorreu ao longo de todo o ano de 2017; a cooperação institucional, representando a CASES nas atividades, e iniciativas, das organizações internacionais de que é membro, assim como no GECES em representação do governo; no apoio técnico à 5ª e 6ª edição do Prémio Cooperação e Solidariedade António Sérgio e na coordenação das atividades da Casa António Sérgio, prosseguindo o tratamento e disponibilização do espólio de António Sérgio.

No decorrer de 2017desenvolveu as seguintes atividades:

Cooperação Institucional

- Participação em organizações, grupos de trabalho e projetos nacionais e internacionais – cerca de 30 (trinta) presenças em grupos de trabalho e conferências nacionais e internacionais:
    - Preparação e participação na reunião bilateral entre cooperativas da Galiza e do norte de Portugal;
    - Acompanhamento dos trabalhos da *Social Economy Europe*;
    - Acompanhamento dos trabalhos da Aliança Cooperativa Internacional;

- Participação no grupo de peritos da Comissão Europeia em matéria de empreendedorismo social (GECES), em representação do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.
- Participação no Comité de Monitorização da Declaração do Luxemburgo em representação do Sr. Ministro do Trabalho; Solidariedade e Segurança Social.

- Promoção de contactos com países lusófonos:
  - Acompanhamento das atividades da OCPLP – Organização Cooperativista dos Povos de Língua Portuguesa.

- Gestão dos protocolos e acordos de cooperação
  - Acompanhamento da execução dos protocolos celebrados pela CASES.

CNES

- Organização, acompanhamento e secretariado das atividades do CNES:
  - 1 Reunião Plenária;
  - 4 Reuniões preparatórias do "I Congresso Nacional da Economia Social" e sessão final do mesmo;
  - Gestão e manutenção do sítio do CNES.

Prémio "Cooperação e Solidariedade – António Sérgio"

- O Prémio "Cooperação e Solidariedade António Sérgio", criado em 2012 pela CASES, constitui uma forma pública e solene de homenagear as pessoas singulares e coletivas que, em cada ano, mais se tenham distinguido em domínios relevantes para a economia social. Em 2017 decorreu a sua 6ª edição que contemplou, para além das categorias Inovação e Sustentabilidade, Estudos e Investigação, Formação Pós-graduada e Trabalhos Escolares, também o Prémio Especial Personalidade do Ano. A cada uma das quatro categorias corresponde

um prémio pecuniário no valor de 3.000,00€, sendo que o Prémio Especial Personalidade do Ano é meramente honorífico:

- Realização da Cerimónia Pública de Entrega do Prémio António Sérgio – 5ª Edição, que teve lugar no Museu Nacional Soares dos Reis, Porto, no dia 8 de fevereiro de 2017 – 190 participantes;
- Atualização do Regulamento do Prémio – 6ª Edição;
- Receção e análise de 57 candidaturas ao Prémio – 6ª Edição: 24 na categoria Inovação e Sustentabilidade; 16 na categoria Estudos e Investigação; 4 na categoria Formação Pós-Graduada; 8 na categoria Trabalhos Escolares e 5 na categoria Personalidade do Ano;
- Realização de 2 reuniões do Júri do Prémio;
- Apoio técnico ao Júri do Prémio nas várias fases do processo;
- Planeamento e organização da Cerimónia Pública de Entrega do Prémio António Sérgio – 6ª Edição, a ter lugar no ano de 2018.

Quadro XV – Candidaturas ao Prémio "Cooperação e Solidariedade – António Sérgio" 2017

Categoria	*Candidatura recebidas*	*Candidaturas admitidas*
Inovação e Sustentabilidade	24	12
Estudos e Investigação	16	10
Trabalhos Escolares	8	5
Formação Pós-Graduada	4	4
Prémio Especial Personalidade do Ano	5	4
Total	**57**	**35**

Fonte: CASES

Estudos e atividades de reflexão e divulgação

- Apoio à promoção de congressos, conferências e seminários em conjunto com as entidades parceiras no sentido da divulgação da economia social e dos seus atores;
- Participação em ações promovidas por Universidades e organizações federativas do setor, com apresentação de temas doutrinais e de incidência comunitária;

- Publicação do Livro '150 anos da primeira lei cooperativa portuguesa' e de artigo resumo sobre o mesmo;
- Participação, enquanto orador, em 2 Conferências;
- Tradução de importantes documentos internacionais sobre cooperativismo e economia social;
- Estudo da vida e obra de António Sérgio.

Outras atividades

- Participação na Assembleia Geral da *Cooperatives Europe*;
- Participação no 2º Dia Europeu da Economia Social organizado pelo Comité Económico e Social da Comissão Europeia;
- Moderação de painel na Conferência 'A Coesão Territorial e a Valorização do Interior, realizada na UTAD em Vila Real;
- Participação nas 3 reuniões do Conselho de Administração do Social *Economy Europe*;
- Participação em 2 audições do Intergrupo Economia Social do Parlamento Europeu;
- Participação na Conferência que antecedeu a Cimeira Europeia de Gotemburgo sobre o Pilar Europeu dos Direitos Sociais;
- Aula sobre economia social na pós-graduação sobre Direito da Economia Social e do Investimento social na Faculdade de Direito de Lisboa;
- Participação em Conferência sobre o Modelo de Empresa para o Futuro em Madrid, que antecedeu a reunião ministerial que aprovou a Declaração de Madrid sobre economia social na Europa;
- Receção de delegações de organizações cooperativas da China, Coreia do Sul e Turquia e de representantes da Administração Pública da Polónia;
- Ministração do módulo de formação "Cooperativismo", com a duração de 14 horas, no âmbito do Programa COOPJOVEM.

Departamento de Relações Institucionais, Estudos e Prospetiva

Casa António Sérgio

A Casa António Sérgio (CAS) tem por missão organizar e manter atualizada a biblioteca sobre temas da economia social e realizar atividades de dinamização cultural.

Durante o ano de 2017 desenvolveram-se as seguintes atividades:

Revitalização da CAS

- Desenvolvimento da atividade do Centro de Documentação e Informação António Sérgio, ao serviço da comunidade e das entidades da economia social, de estudiosos e do público em geral, através da disponibilização da biblioteca de Economia Social e dos espólios documentais existentes, além da promoção de eventos e atividades de animação sociocultural e outras consideradas necessárias no âmbito mais geral da CASES.

Obra de António Sérgio

- Continuação da disponibilização da obra digitalizada para consulta no sítio do Centro de Documentação e Informação António Sérgio http://cdiantoniosergio.cases.pt/nyron/Library/catalog/
- Identificação dos exemplares existentes na Biblioteca que pertenceu a António Sérgio:
    - Listadas 5.005 entradas.

Catalogação de obras da economia social

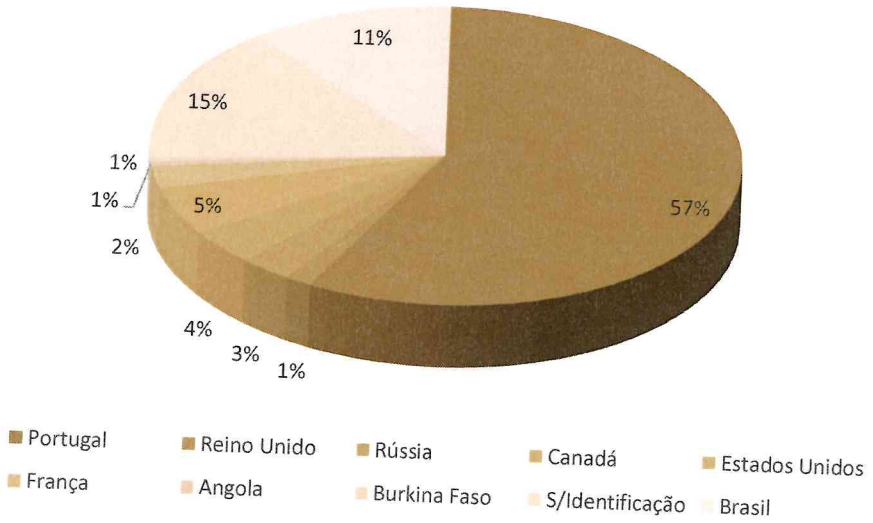
- Obras catalogadas no Sistema de Gestão de Biblioteca – 27.

Quadro XVI – Consultas ao Centro de Documentação e Informação António Sérgio - 2017

Arquivo Online	
Tipo	***N.º***
Utilizadores/as	*188*
Sessões	*221*
Visualizações	*771*
Biblioteca Online	
Utilizadores/as	*916*
Sessões	*418*
Visualizações	431

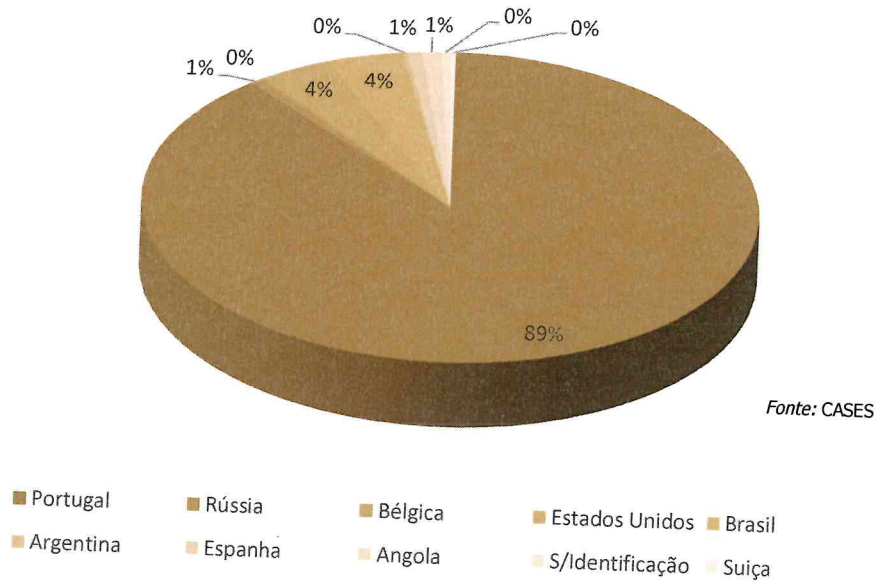
Fonte: CASES

Gráfico III – Consultas ao Arquivo Online/Países - 2017



Fonte: CASES

Gráfico IV – Consultas à Biblioteca Online/Países – 2017



Fonte: CASES

Espólio do Conselho Nacional para a Promoção do Voluntariado (CNPV)

- Levantamento do Espólio do CNPV;
- Transferência do espólio do CNPV para as instalações da sede da CASES (81 caixas), bem como para a Casa António Sérgio (8 caixas), nos termos acordados com o Instituto de Segurança Social, I.P..

Atendimento e apoio a investigadores/as e outros/as utilizadores/as

- Prestação de informações de apoio e orientação na pesquisa bibliográfica:

  Utilizadores presenciais:

  - Total de visitas – 75;
  - Contactos por correio eletrónico – 6.

Quadro XVII – Número de publicações disponibilizadas em 2017

Tipo	*N.º Exemplares*
Empréstimo	48
Distribuição Gratuita	1067
Total	**1115**

Fonte: CASES

Dinamização e divulgação da CAS

- Gestão da página de Facebook "Casa António Sérgio" com a inserção de 89 publicações;
- Apoio aos grupos de visitantes da CAS:
  - Cooperativismo - Delegação Coreia;
  - Cooperativismo - Delegação China;
  - Cooperativismo - Delegação Turquia.
- Cedência de instalações:
  - Formação Ha Moment - "S.K.I.N"- Intercâmbio de boas práticas no campo da educação de adultos.

Outras atividades

- Participação no Projeto ASIA, enquanto entidade parceira;
- Participação na ação de formação "Comunicação Interna" com a duração de 3,5 horas;
- Participação na sessão "Ética e Conduta na Gestão Pública - Os riscos de corrupção e a sua prevenção", com a duração de 3 horas;
- Participação na ação de formação "Projeto ASIA - Portaria de Gestão de Documentos do MTSSS", com a duração de 12 horas;
- Participação na Universidade de Verão Montepio – Economia Social e Mutualismo, com a duração de 25 horas;

- Participação na ação de formação "Tratamento Documental: Descrição Bibliográfica", com a duração de 25h;
- Dinamização do stand da CASES no Festival NOS ALIVE.

Departamento de Credenciação e Estatística

Promover o processo de credenciação das cooperativas;
Promover o desenvolvimento da Conta Satélite da Economia Social e sua respetiva divulgação, em parceria com o Instituto Nacional de Estatística (INE);
Gerir a Base de dados do setor cooperativo;
Conceber e divulgar estatísticas do setor da Economia Social.

Ao Departamento de Credenciação e Estatística (DCE) compete assegurar a credenciação das cooperativas e produzir e divulgar informação estatística do setor.

Na atividade deste Departamento destaca-se a credenciação de cooperativas, exclusivamente através do portal de credenciação online, tendo-se verificado um crescimento de 2,11% do número de cooperativas credenciadas face ao ano de 2016; foi assegurada a atualização da base de dados do setor cooperativo confirmando-se um saldo demográfico positivo confirmando uma tendência de recuperação, no seu conjunto, do setor cooperativo e foram desenvolvidos trabalhos preparatórios da celebração de protocolos para a elaboração da Conta Satélite da Economia Social com dados de 2016, a realizar em 2018, com divulgação em 2019, assim como da Base de Dados Permanente das Entidades da Economia Social.

Durante o ano de 2017 o DCE desenvolveu as seguintes atividades:

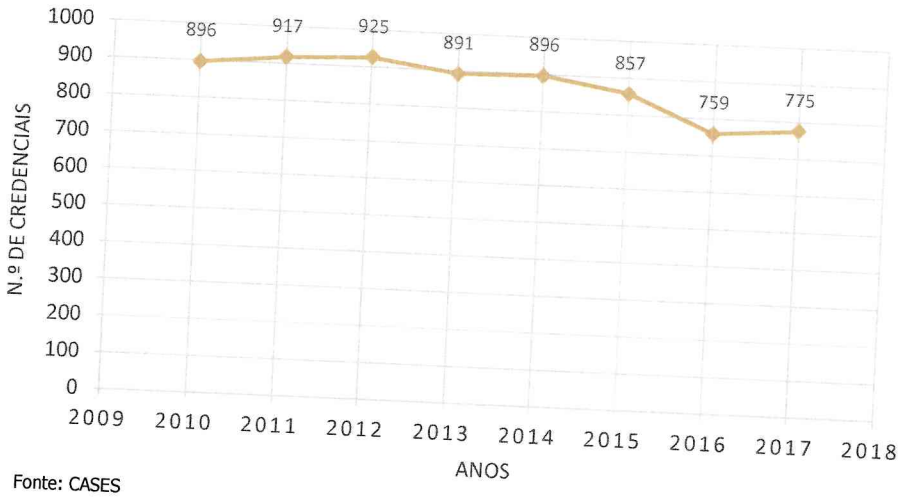
Credenciação de cooperativas

- Análise da documentação submetida pelas cooperativas através do Portal de credenciação online (em funcionamento desde o início de julho de 2015), essencialmente constituída por Certidões de Registo Comercial, Atas, Relatórios de Gestão, Balanços, Demonstrações de Resultados, Pareceres de Conselhos Fiscais, Documentos de Certificação Legal de Contas e Estatutos;
- Articulação com o DJAQ, como garante da correta análise da documentação submetida pelas cooperativas, com maior enfoque na verificação de Estatutos, tendo sido solicitadas, ao referido departamento, a análise de 222 processos;
- Relativamente ao ano anterior verifica-se que o processo de credenciação de cooperativas gerou um acréscimo significativo de chamadas telefónicas recebidas

e realizadas, passando de mais de 1.800 em 2016, para mais de 2.800 em 2017, tendo sido igualmente enviadas 4.392 comunicações por mensagem eletrónica a utilizadores registados no Portal de Credenciação;

- Durante o ano de 2017, foram registadas, no Portal de Credenciação, novas 121 cooperativas, tendo sido emitidas 775 credenciais na sequência dos pedidos realizados pelas cooperativas, após concretizada a análise dos processos, conforme determinado pelo manual de procedimentos do DCE;

Gráfico V – N.º Credenciais emitidas/ano



Fonte: CASES

- Comparativamente com o ano de 2016, verifica-se um acréscimo de credenciais emitidas, correspondente a um aumento de 2,11%, o que poderá indiciar, embora que tenuemente, a adaptação destas entidades à nova metodologia de Credenciação, iniciada a 1 de junho de 2015 e que concretizou a desmaterialização do processo de emissão daquele documento.

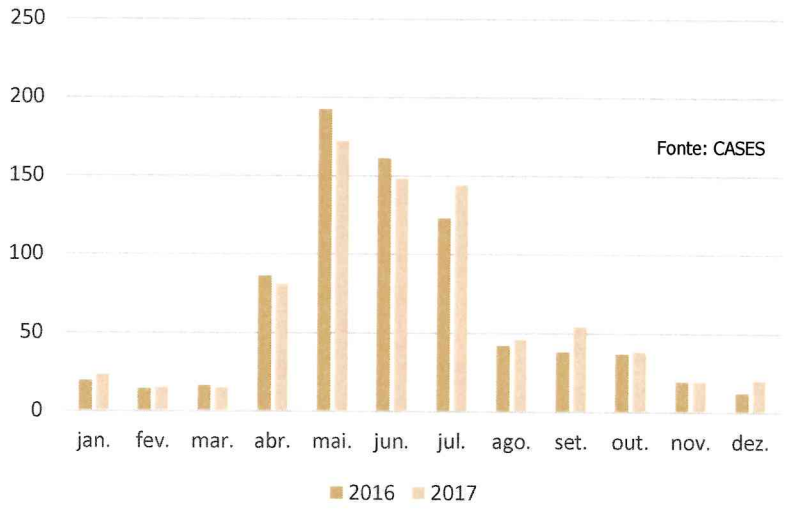
Quadro XVIII – N.º Credenciais emitidas/mês (2016-2017)

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
2016	19	14	16	86	192	161	123	42	38	37	19	12	759
2017	23	15	15	81	172	148	144	46	54	38	19	20	775

Fonte: CASES

- O mês de maio registou o maior número de Credenciais emitidas no ano de 2017 (172 credenciais), sendo que o número médio mensal foi de 65 credenciais.
- Tendo em conta que "As cooperativas estão obrigadas a remeter à CASES: (...) Cópia dos relatórios anuais de gestão e dos documentos anuais de prestação de contas, até 30 dias após a sua aprovação;" (por força da alínea b) do Art.º 116.º do Código Cooperativo), verificou-se forte sazonalidade da emissão de credenciais nos meses de abril, maio, junho e julho, refletindo a aprovação anual obrigatória do relatório de gestão e documentos de prestação de contas, bem como o parecer do Conselho Fiscal (n.º 2 do Art.º 34.º conjugado com a alínea b) do Art.º 38.º do Código Cooperativo) que, salvo exceções previstas na lei, tem de realizar-se até ao dia 31 de março de cada ano.

Gráfico VI - N.º de Credenciais emitidas/mês (2016-2017)



- Registe-se ainda o facto de o aumento do número de credenciais emitidas em 2017 ter sido superior ao ano precedente, em larga maioria, nos meses de menor atividade, à exceção do mês de julho.

Desmaterialização de Processos de Credenciação

- Dando continuidade ao processo de desmaterialização e tratamento de dados iniciada em anos anteriores, foram digitalizadas 22.487 páginas, respeitantes a 4.150 documentos de 223 cooperativas.

- No ano de 2017, foi totalmente concluída a digitalização dos processos das Cooperativas do Ramo Cooperativo Agrícola, existentes no arquivo da CASES.

Conta Satélite da Economia Social

- Com vista à promoção e desenvolvimento da Conta Satélite da Economia Social e sua respetiva divulgação, em parceria com o Instituto Nacional de Estatística (INE), a CASES desenvolveu as seguintes atividades, no ano de 2017:

    - Realização, em 17 de fevereiro de 2017, no INE, em Lisboa, da 1.ª Sessão Temática do Congresso Nacional da Economia Social, subordinada ao tema: "A Caracterização da Economia Social em Portugal: A Conta Satélite da Economia Social de 2013";
    - Edição de um livro bilingue, em português e inglês, contendo a Conta Satélite da Economia Social, com dados de 2013, previamente divulgada nos sítios eletrónicos do INE, CASES e EUROSTAT;
    - Elaboração e envio, ao INE, de uma proposta de protocolo para a realização, em 2018, da Conta Satélite da Economia Social com base em dados de 2016, cuja concretização foi consagrada nos planos de atividade da CASES e do INE para 2018.

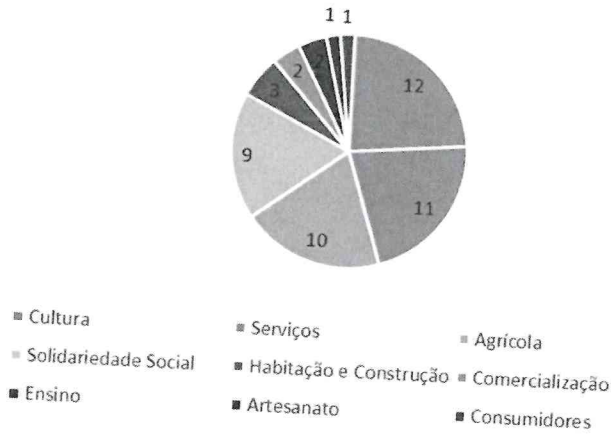
Base de Dados Permanente das Entidades da Economia Social (BDPEES)

- No âmbito dos trabalhos para a criação da Base de Dados Permanente das Entidades da Economia Social (BDPEES), prevista na Lei de Bases da Economia Social (LBES), atribuição e competência cometida à CASES pelo Decreto-lei n.º 282/2009 de 7 de outubro, alterado pelo Decreto-lei n.º 39/2017 de 4 de abril, foram efetuadas diligências de natureza técnica, em particular, com o Instituto de Informática no âmbito do protocolo oportunamente celebrado entre a CASES e aquele Instituto.

Demografia Cooperativa

- Em 2017 registou-se a constituição de 57 cooperativas, verificando-se um aumento do número de entidades criadas, por comparação com o ano de 2016 (mais 10 cooperativas), constituindo-se, em média, 5 cooperativas por mês.

Gráfico VII - N.º Cooperativas constituídas/ramo cooperativo (2017)



Fonte: CASES

- Pode referir-se que o Ramo Cooperativo com maior expressão foi o da Cultura, seguido dos Serviços, Agrícola e Solidariedade Social. Os Ramos Cooperativos com menor número de constituições foram os da Habitação e Construção, Comercialização e Ensino.

Quadro XIX – N.º Cooperativas constituídas/ramo cooperativo (2017)

Ramo Cooperativo	*N.º de Cooperativas Constituídas em 2017*
Cultura	12
Serviços	11
Agrícola	10
Solidariedade Social	9
Habitação e Construção	3
Comercialização	2
Ensino	2

Fonte: CASES

Artesanato	1
Consumidores	1
Crédito	0
Pescas	0
Produção Operária	0
Total	**51**

- Relativamente à extinção de cooperativas no ano de 2017, foram registadas 32, correspondendo a uma diminuição de 53 ocorrências, comparativamente com o ano anterior, o que poderá ser, eventualmente, explicado pela melhoria do cenário económico-social, assente num clima de retoma do crescimento económico português.

Quadro XX – N.º Cooperativas extintas/ramo (2017)

Ramo Cooperativo	*N.º de Cooperativas Extintas em 2017*
Habitação e Construção	10
Serviços	6
Agrícola	5
Artesanato	3
Consumidores	2
Cultura	2
Comercialização	1
Ensino	1
Pescas	1
Solidariedade Social	1
Crédito	0
Produção Operária	0
Total	**32**

Fonte: CASES

Gráfico VIII - N.º Cooperativas extintas/ramo (2017)

Fonte: CASES

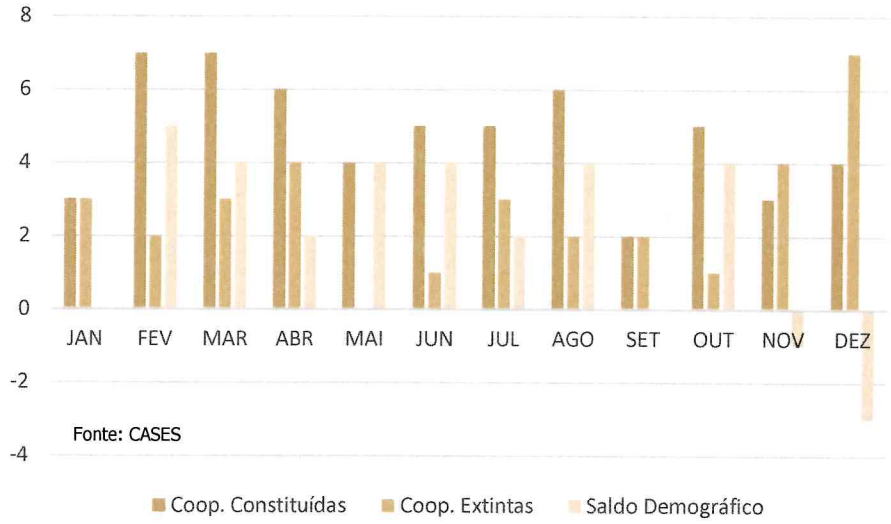
- Relativamente ao Saldo Demográfico de 2017, constata-se que apenas os meses de novembro e dezembro de 2017 apresentaram número superior de extinções relativamente ao número de cooperativas constituídas, tendo os meses de janeiro e setembro apresentado saldo nulo, com igual número de cooperativas criadas e cooperativas extintas.
- Todos os restantes meses representaram saldo demográfico positivo, não tendo sido igualmente registada qualquer constituição ou extinção de cooperativa de grau superior, isto é, Federação, União ou Confederação de Cooperativas.

Quadro XXI – Saldo Demográfico (2017)

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Coop. Constituídas	3	7	7	6	4	5	5	6	2	5	3	4	57
Coop. Extintas	3	2	3	4	0	1	3	2	2	1	4	7	32
Saldo Demográfico	0	5	4	2	4	4	2	4	0	4	-1	-3	25

Fonte: CASES

Gráfico IX - Saldo Demográfico (2017)



- Em suma, pode concluir-se que o saldo demográfico de 2017 foi positivo, tendo sido o número de cooperativas criadas superior ao número de cooperativas extintas, à razão de 25, confirmando a tendência de anos anteriores de recuperação, no seu conjunto, do setor cooperativo em Portugal.

Outras atividades

- Apoio às atividades do CNES e dos Grupos de Trabalho;
- Apoio às atividades da OCPLP;
- Apoio às atividades do Prémio Cooperação e Solidariedade António Sérgio, incluindo articulação com o Plano Nacional de Formação Financeira;
- Dinamização da sessão "Vamos falar sobre Economia Social" junto de crianças do 1.º ciclo do ensino básico, no âmbito da Semana da Formação Financeira promovida pelo Plano Nacional de Formação Financeira;
- Dinamização da sessão de apresentação da CASES e das suas atividades junto de uma delegação da Turquia;
- Participação no Grupo de Trabalho da Responsabilidade Social – Projeto BEM;
- Participação no Projeto GeraçãoCoop;

- Participação na ação de formação "Comunicação Interna", com a duração de 3,5 horas;
- Participação na ação de formação "Utilitário de Apresentação Gráfica", com a duração de 25 horas.

Departamento de Instrumentos Financeiros

Executar o Protocolo celebrado entre o IEFP e a CASES, no que respeita à operacionalização do Programa Nacional de Microcrédito (PNM);
Desenvolver uma estratégia de comunicação do PNM;
Desenvolver ações de formação e de sensibilização no âmbito do PNM;
Gerir a linha de crédito SOCIAL INVESTE – PADES/PES ;
Desenvolver uma estratégia de comunicação do SOCIAL INVESTE.

Ao Departamento de Instrumentos Financeiros (DIF) compete efetuar a gestão dos instrumentos financeiros, designadamente o Programa Nacional de Microcrédito, o Social Investe e outros instrumentos financeiros adaptados ao setor da Economia Social.

Na atividade deste Departamento destaca-se a execução do PNM que registou, em 2017, um aumento da atividade face ao ano transato, tendo sido validados 235 projetos de investimento, no valor de 4 milhões de euros, perspetivando-se a criação de 324 postos de trabalho. Do total de projetos validados, 94 correspondem a candidaturas de microentidades/ cooperativas, com um valor de investimento de 1,7 milhões de euros, com perspetiva de criação de 94 postos de trabalho. De referir, ainda, a execução da linha de crédito Social Investe, no âmbito da qual foram já emitidas 115 declarações de elegibilidade, tendo sido contratadas 38 operações de crédito, correspondentes a um valor global de garantia mútua de 2,1 milhões de euros.

Durante o ano de 2017 o DIF desenvolveu as seguintes atividades:

Operacionalização do PNM

- Execução do Acordo de Cooperação celebrado entre o IEFP e a CASES, que define os termos e os procedimentos que regulam os aspetos técnicos necessários para a execução do Programa Nacional de Microcrédito (PNM). Para efeitos de acompanhamento da execução do Acordo de Cooperação CASES/IEFP foi criada uma Comissão de Acompanhamento (CA), constituída por dois representantes de cada uma das entidades, assegurando dupla valência técnico-pedagógica e financeira:

- Realização de duas reuniões de monitorização do PNM, no âmbito do Apoio Técnico à Criação e Consolidação de Projetos, com o objetivo de estabelecer um consenso na relação e complementariedade entre o modelo específico de apoio técnico do PNM e o modelo de apoio técnico prévio à aprovação previsto na alínea a) do artigo 4.º da Portaria n.º 157/2015, de 28 de maio.
- No âmbito da referida Comissão de Acompanhamento (CA) foram também articulados a análise da execução do PNM em 2016 e da proposta de Orçamento-Programa para 2017.

- Alargamento da Rede de Entidades Certificadas para Prestar Apoio Técnico (ECPAT), entidades parceiras e protocoladas pela CASES para o efeito, no âmbito da sua experiência e envolvimento local, através da utilização dos seus técnicos de apoio local, potenciando uma cooperação mais ativa, que tem produzido resultados efetivos, visíveis não só no aumento do número global de candidaturas validadas, mas, fundamentalmente, no número de projetos apoiados por técnicos de apoio local:

  - Celebração de novas parcerias em várias regiões do país, de modo a ser possível apoiar mais promotores no desenvolvimento dos seus projetos – 5 (cinco) Protocolos de Colaboração e 1 (um) Protocolo de Cooperação e Prestação de Apoio Técnico, que abrangem as regiões Norte, Centro e Lisboa:
    - ADIVAT – Associação de Desenvolvimento Integrado do Vale do Távora
    - CATAA – Associação Centro de Apoio Tecnológico Agro-Alimentar de Castelo Branco
    - AERLIS – Associação Empresarial da Região de Lisboa
    - APQV – Associação Portuguesa da Qualidade de Vida
    - Novos Percursos, CRL
    - ADCE - Associação de Desenvolvimento do Concelho de Espinho.

- Manutenção de uma base de dados na qual é possível consultar as ECPAT e os respetivos técnicos de apoio local, disponíveis por concelho de intervenção:
  - 44 ECPAT a operar efetivamente no terreno, o que corresponde a 245 técnicos de apoio local credenciados, distribuídos por 262 concelhos a nível nacional (continental);
  - 45% das candidaturas de projetos foram apoiadas por técnicos de apoio local, registando-se um aumento de 6% face a 2016.

- No decorrer do ano de 2017 registou-se um aumento na atividade do PNM em relação ao ano anterior, no que respeita ao número de processos validados.
- No que respeita à atividade das ECPAT, existiu uma desaceleração no envio das candidaturas pelas entidades simultaneamente credenciadas pela CASES e pelo IEFP. Este registo está relacionado com a publicação da Portaria n.º 157/2015, de 28 de maio, que aumentou para 2,5 IAS o apoio concedido às EPAT no apoio ao desenvolvimento de projetos. Esta situação está a ser articulada com o IEFP no sentido de se estabelecer um novo enquadramento que equilibre a situação, que será posteriormente integrado na Adenda ao referido Acordo.
- As candidaturas de projetos apoiadas e validadas registaram um aumento de 2% em relação às validações do ano anterior:
  - Validação de 235 processos para integrar o PNM, no valor de 4.080.012€;
  - 141 processos correspondentes a promotores/as individuais para criação do próprio emprego (60%) e 94 processos correspondentes a expansão ou consolidação de microentidades (40%);
  - Valor médio de investimento por operação: 17.362€;
  - Valor médio de financiamento pedido por operação: 16.391€;
  - Postos de trabalho a criar: 308 a tempo inteiro e 16 a tempo parcial;
  - Número de segundas vias emitidas de projetos de investimento: 15 no valor de 256.113€;
  - 52% dos/as promotores/as são homens e 48% são mulheres;

- 17% dos/as promotores/as com idades compreendidas entre os 18 e os 29 anos;
- 55% dos/as promotores/as com idades compreendidas entre os 30 e os 45 anos;
- 5% detinham habilitações literárias inferiores ao 9º ano (corresponde ao valor mais baixo registado), 39% detinham habilitações literárias correspondentes ao 12º ano e 32% eram licenciados/as;
- 96% estavam desempregados, dos quais 43% há mais de um ano;
- 89% dos/as promotores/as com nacionalidade portuguesa e 4% com nacionalidade brasileira;
- as regiões Norte (34% - registou um aumento significativo face ao ano 2016) e Centro (29%) representaram a maioria das candidaturas, seguindo-se a região de Lisboa com 28%, a região do Alentejo com 6% e a região do Algarve com 3%;
- As áreas de atividade económica que reuniram mais candidaturas foram as de comércio por grosso e a retalho (24%), alojamento e restauração (22%), transportes, energia, gestão de resíduos, construção e indústrias transformadoras (14,5%), saúde humana, apoio social e outras atividades de serviços (14%).

- 105 Projetos PNM apoiados por Técnicos de Apoio Local, registando-se um aumento de 6% no n.º de projetos apoiados, valor correspondente a 84% do n.º previsto no Orçamento-Programa (OP) para 2017 (125 projetos), destacando-se a atividades das seguintes ECPAT:

  - AIRO (20); ADIVAT (19); NERSANT (9); COFAC (8); ACIB (6); AERLIS (5); EDINSTVO (5); UNINORTE (5); entre outras (28).

- 45% das validações corresponderam a projetos com intervenção de técnicos de apoio local, tendo sido previsto em OP 50%.
- Receção de 53 pedidos de liquidação do montante do apoio (1 IAS), no valor total de 22,3 mil euros, relativo à prestação de apoio técnico por ECPAT, dos quais 33

correspondiam a projetos com apoio técnico e contrato de crédito celebrado em 2017, 18 relativos a projetos de 2016 e 2 a projetos de 2015.

- O n.º de processos referentes a 2017 corresponde a cerca de 52% do previsto no OP para 2017. Em termos globais, o nº de processos pagos em 2017 corresponde a cerca de 84% do previsto no OP para 2017. Relativamente ao apoio concedido às ECPAT, importa referir que, dado o tempo médio de análise praticado pela banca, muitas das aprovações só se realizam no(s) ano(s) seguinte(s) ao do apoio prestado, o que faz com que a liquidação do apoio (1 IAS) só seja realizada também no(s) ano(s) seguinte(s).

Quadro XXII - PNM - Projetos validados – 2017

2017	Validados		Investimento		Financiamento		Nº PT a criar		Duração PT 2017		Investimento / PT	
Mês	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	Inteiro	Parcial	2017	2016
Janeiro	19	11	324.316 €	179.038 €	316.621 €	167.954 €	26	17	26	0	12.474 €	10.532 €
Fevereiro	20	11	364.802 €	203.008 €	356.802 €	201.508 €	25	16	25	0	14.592 €	12.688 €
Março	24	20	420.322 €	372.107 €	379.441 €	371.507 €	35	40	33	2	12.009 €	9.303 €
Abril	25	28	409.521 €	497.643 €	399.046 €	496.203 €	35	40	31	4	11.701 €	12.441 €
Maio	22	17	384.457 €	337.146 €	354.304 €	328.946 €	28	30	28	0	13.731 €	11.238 €
Junho	22	34	361.099 €	561.413 €	359.332 €	556.092 €	29	51	27	2	12.452 €	11.008 €
Julho	15	15	238.083 €	283.829 €	194.105 €	265.837 €	21	28	21	0	11.337 €	10.137 €
Agosto	29	18	529.092 €	253.490 €	487.905 €	249.590 €	41	23	38	3	12.905 €	11.021 €
Setembro	10	15	178.443 €	242.022 €	159.143 €	242.022 €	16	24	15	1	11.153 €	10.084 €
Outubro	16	19	274.791 €	323.915 €	259.315 €	310.552 €	27	32	26	1	10.177 €	10.122 €
Novembro	16	22	280.933 €	378.619 €	280.433 €	364.942 €	18	31	18	0	15.607 €	12.214 €
Dezembro	17	20	314.154 €	345.626 €	305.454 €	323.408 €	23	33	20	3	13.659 €	10.474 €
Total	235	230	4.080.012 €	3.977.857 €	3.851.900 €	3.878.561 €	328	365	308	16	12.593 €	10.898 €

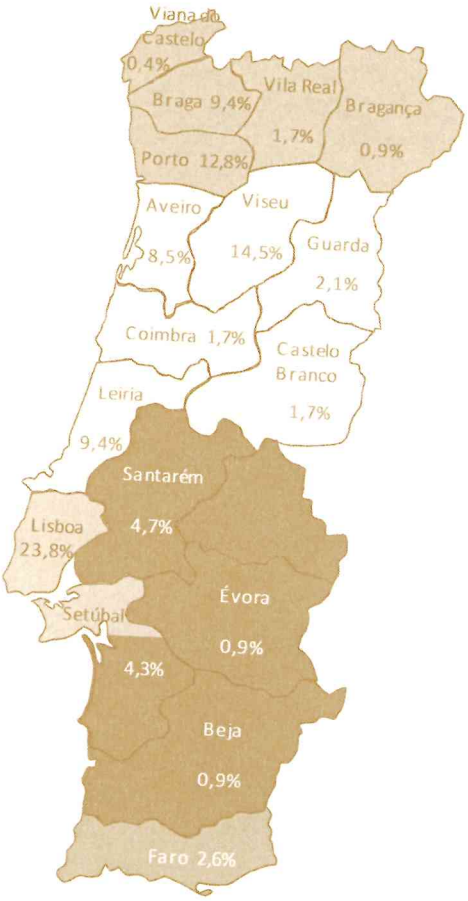
Fonte: CASES

Quadro XXIII - PNM - Projetos validados Microentidades/Cooperativas - 2017

2017	Validados		Investimento		Financiamento		Nº PT a criar		Duração PT 2017		Investimento / PT	
Mês	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	Inteiro	Parcial	2017	2016
Janeiro	10	5	180.180 €	75.170 €	180.180 €	73.670 €	15	7	15	0	12.012 €	10.739 €
Fevereiro	10	8	194.570 €	144.928 €	194.570 €	144.928 €	13	13	13	0	14.967 €	11.148 €
Março	4	8	80.000 €	144.930 €	80.000 €	144.330 €	5	18	5	0	16.000 €	8.052 €
Abril	6	12	91.270 €	239.880 €	89.270 €	239.880 €	7	12	6	1	13.039 €	19.990 €
Maio	6	6	112.195 €	119.878 €	112.195 €	118.978 €	7	11	7	0	16.028 €	10.898 €
Junho	7	11	139.425 €	193.697 €	137.425 €	193.697 €	10	13	9	1	13.943 €	14.900 €
Julho	6	7	87.764 €	139.000 €	87.764 €	137.500 €	8	14	8	0	10.971 €	9.929 €
Agosto	12	8	229.719 €	115.134 €	226.219 €	115.134 €	20	8	18	2	11.486 €	14.392 €
Setembro	5	7	88.633 €	107.312 €	87.133 €	107.312 €	8	7	8	0	11.079 €	15.330 €
Outubro	9	9	154.335 €	169.060 €	154.335 €	168.560 €	15	15	15	0	10.289 €	11.271 €
Novembro	6	11	105.559 €	192.218 €	105.059 €	190.218 €	7	15	7	0	15.080 €	12.815 €
Dezembro	13	10	243.390 €	184.413 €	242.890 €	184.413 €	16	18	15	1	15.212 €	10.245 €
Total	94	102	1.707.040 €	1.825.620 €	1.697.040 €	1.818.620 €	131	151	126	5	13.031 €	12.090 €

Fonte: CASES

Mapa 1 - PNM - Projetos validados/distrito – 2017



Fonte: CASES

Quadro XXIV – Género dos/as empreendedores/as – 2017

Género	N	%
Feminino	68	48,2%
Masculino	73	51,8%

Fonte: CASES

Gráfico X – Nacionalidade dos/as empreendedores/as – 2017

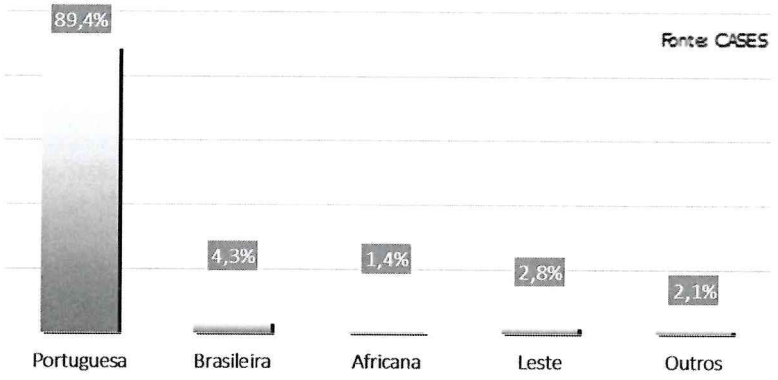
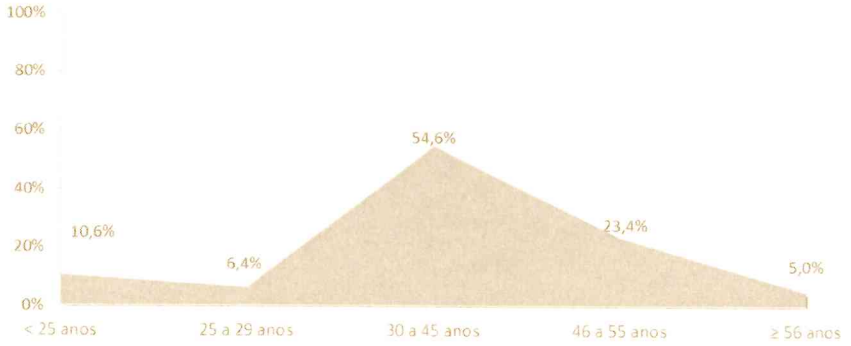
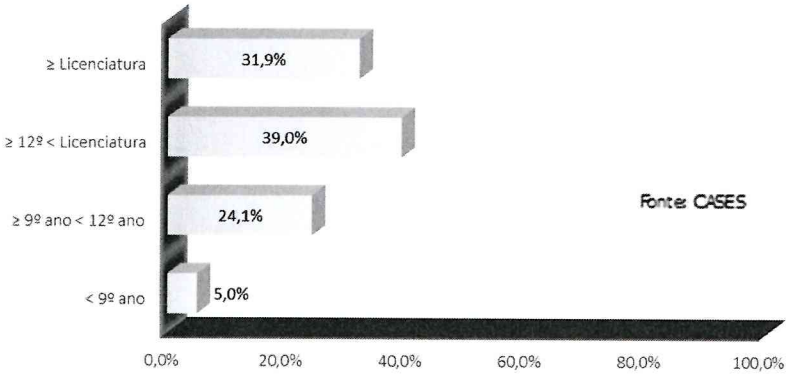


Gráfico XI – Composição Etária dos/as empreendedores/as – 2017



Fonte: CASES

Gráfico XII – Habilitações Literárias dos/as empreendedores/as – 2017



Quadro XXV – Estado profissional dos/as empreendedores/as – 2017

Estado profissional atual	N	%
Trabalhador por conta própria (TCP)	0	0,0%
Desempregado > 1 ano (D+1)	61	43,3%
Desempregado < 1 ano (D-1)	75	53,2%
Empregado a tempo parcial (ETP)	2	1,4%
Empregado a tempo inteiro (ETI)	3	2,1%
Gestor / Cooperador (G/C)	0	0,0%
Reformado (R)	0	0,0%
Inativo (I)	0	0,0%

Fonte: CASES

Quadro XXVI - PNM - Projetos validados por Atividade Económica – 2017

Projetos validados por atividade económica	N	%
(A, B) Agricultura, produção animal, pesca e indústrias extrativas	12	5,1%
(C, D, E, F, H) Transportes, energia, gestão de resíduos, construção e indústrias transformadoras	34	14,5%
(G) Comércio por grosso e a retalho	57	24,3%
(I) Alojamento e restauração	51	21,7%
(J, P, R) Educação, informação/comunicação e atividades desportivas	24	10,2%
(K, L, M, N) Atividades financeiras e de seguros, administrativas e de consultoria	24	10,2%
(Q, S) Saúde humana, apoio social e outras atividades de serviços	33	14,0%

Fonte: CASES

- No que respeita à execução global do PNM, de 2011 a 2017, foram validados 1.061 projetos pela CASES, dos quais 305 correspondem a candidaturas de microentidades. Em termos globais foram apoiadas pela Rede ECPAT 326 candidaturas. Em termos de execução, foram enquadradas e contratadas 507 operações de crédito, correspondentes a um total de investimento de 8,5 milhões de euros e a um total de financiamento de 7,9 milhões de euros. As referidas operações permitiram até à data a criação de 807 postos de trabalho. O grau de aprovação pela banca ronda os 48% e o nível de sinistralidade está na ordem dos 4,37%.

Quadro XVII - PNM – Operações Enquadradas e Contratadas – 2011-2017

Investimento	Financiamento	PA Desemprego	Capitais próprios	Garantia	PT
8.502.602,00 €	7.918.533,00 €	256.645,00 €	327.424,00 €	7.918.533,00 €	807

Fonte: CASES

Estratégia de comunicação

- Concertação, com o IEFP, de uma estratégia de informação e publicitação do PNM, que envolve as entidades certificadas para prestar apoio técnico específico ao PNM, nomeadamente as credenciadas pelo IEFP e as entidades parceiras e protocoladas pela CASES;
- Os principais mecanismos que operacionalizam a informação e comunicação do PNM passam pela Linha Verde SOU MAIS, pelo Dossier de Negócio, pelo site SOU MAIS, bem como pelos atendimentos presenciais e a participação em sessões de divulgação, formação e sensibilização no âmbito do PNM:
    - Atualização do conteúdo e da imagem do folheto informativo SOU MAIS com o objetivo de corresponder à dimensão do público-alvo elegível ao PNM.
    - Atualização do conteúdo e informação disponível no site SOU MAIS, bem como os materiais de apresentação (power point e ficha resumo);
    - 6.000 acessos, correspondentes a 38.000 visualizações.
    - Participação em 64 ações de enquadramento, apresentação e formação, referentes à sua atividade.

Ações de formação e de sensibilização

- Promoção e realização de ações de formação, de sensibilização, reuniões e workshops para o público em geral, potenciais *stakeholders* e ECPAT:

- Realização de ação de formação sobre o PNM – Atlas Cooperativa Cultural, Porto
- Participação no Projeto YEP (*Young Enterprise Program*) – ALCC, CML, ACM, UNL
- Presença no lançamento do *Impact Hub Pilot Lisbon* (Montepio)
- Presença no "*Tec Labs Day 2017*", Centro de Inovação da FCUL
- Articulação com o Instituto de Informática da Segurança Social
- Realização de ação de formação sobre o PNM – Atlas Cooperativa Cultural, Atmosfera M, Lisboa
- Articulação com o Montepio Geral sobre o PNM
- Realização de workshop "Financiamento de Projetos Empreendedores" – SCM Almada, Monte da Caparica
- Articulação com o GIP da Junta de Freguesia do Areeiro no âmbito do "Concurso AreeiroEmpreende"
- Participação no júri informal do "PEI – Projeto Promoção do Empreendedorismo Imigrante", ACM
- Articulação com a MICRE – Associação Microcrédito Portugal no âmbito do PNM
- Participação na sessão de apresentação do "Guia de Boa Governação para PME", IAPMEI
- Realização de sessões de formação no âmbito do "Projeto YEP" – ALCC, CML, ACM, UNL-FCSH
- Realização de sessão de esclarecimento sobre o PNM – Plano Financeiro e Fontes de Financiamento", *Tec Labs*, FCUL
- Participação na 2ª Feira de Emprego e Formação de Carnide
- Realização de sessão de esclarecimento sobre o PNM no seminário sobre empreendedorismo "Sê um Jovem Criativo e Empreendedor", Escola Secundária Luís Freitas Branco, Paço de Arcos
- Participação no evento "*Speed Dating Sessions*" – 6ª Semana do Empreendedorismo de Lisboa
- Realização de sessão de esclarecimento sobre o PNM no âmbito do "Concurso AreeiroEmpreende"

- Participação na Iª Feira de Emprego e Empreendedorismo do Entroncamento
- Participação na Iª Edição do Fórum de Emprego e Inovação – FEI, Amadora Inova
- Sessão sobre microcrédito no Estabelecimento Prisional da Carregueira
- Sessão sobre microcrédito no Estabelecimento Prisional do Linhó
- Realização de sessão de esclarecimento sobre o PNM – Fábrica do Empreendedor de Oeiras
- Reunião do grupo de trabalho "Promoção da empregabilidade" - Rede Social de Lisboa
- Reunião com o IEFP no âmbito do PNM
- Participação no Evento YEP! *We Do* - Encontro de Jovens Empreendedores (ALCC)
- Realização de sessão de esclarecimento sobre o PNM – MICRE, ANIMAR
- Participação no júri informal do PEI – ACM
- Participação no seminário de Empreendedorismo "Incentivos e apoios às PME's" - Citeforma.

- Aprofundamento dos mecanismos de trabalho com os técnicos de apoio local, no sentido de os capacitar para uma intervenção proactiva e eficaz na relação com os/as potenciais empreendedores/as;

Linha de Crédito SOCIAL INVESTE

- Execução da Linha de Crédito, Programa de Apoio à Economia Social, que tem como objetivo incentivar as entidades que integram a economia social a realizarem investimento para promover atividades em áreas existentes ou em novas áreas de intervenção, para a modernização dos serviços prestados às comunidades e da gestão, bem como para o reforço de tesouraria. A partir do momento da sua implementação, compete à CASES atestar a qualidade de destinatário das entidades que se pretendem candidatar ao programa, bem como operacionalizar o processo de candidatura – análise, validação e emissão da declaração de elegibilidade à linha de crédito do Programa:

- Emissão de 7 declarações de elegibilidade (duas revalidações), atestando a qualidade de destinatário à linha de crédito, tendo sido contratadas duas operações de crédito no montante de 165.000 euros;
- Desde o início da sua operacionalização, foram já emitidas 115 declarações de elegibilidade, na sua maioria a associações com estatuto de IPSS (62%) e 20 revalidações de declarações de elegibilidade.

- Articulação com a Sociedade Portuguesa de Garantia Mútua (SPGM) sobre a execução da Linha de Crédito:
  - Deram entrada 114 pedidos de análise de candidaturas nas Sociedades de Garantia Mútua (SGM), das quais foram aprovadas 46;
  - Foram enquadradas 39 operações, correspondendo a um financiamento previsto de 2,7 milhões de euros, na sua maioria (57%) relativas a operações enquadradas no Eixo 1 da referida linha de crédito (investimento no reforço da atividade em áreas existentes ou em novas áreas de intervenção e modernização dos serviços prestados às comunidades);
  - Foram contratadas 38 operações de crédito, correspondentes a um valor global de garantia mútua de 2,1 milhões de euros, cujas entidades beneficiárias abrangem globalmente 1.756 postos de trabalho;
  - O valor médio de financiamento por operação enquadrada/contratada foi de 69.900€;
  - Grau de utilização da linha: 22%;
  - Em termos de distribuição regional das entidades beneficiárias, a maioria das operações enquadradas/contratadas corresponde à região Centro (41%), seguindo-se a região Norte (28%), as regiões de Lisboa e do Alentejo (26% repartidos em percentagens iguais) e a região do Algarve com 5%;
  - A área de atividade económica que reuniu a maioria das operações enquadradas/contratadas foi a de saúde humana, apoio social e outras atividades de serviços (77%), seguindo-se a área da educação,

informação/comunicação e atividades desportivas (8%) e a área das indústrias transformadoras (8%).

- De acordo com o Protocolo da Linha de Crédito SOCIAL INVESTE, celebrado, em março de 2013, entre o IEFP, a CASES, as Instituições de Crédito, as SGM e a SPGM, e de acordo com o Protocolo celebrado entre o IEFP e a CASES, compete à CASES efetuar o pagamento da totalidade das bonificações da taxa de juro e da comissão de garantia à Entidade Gestora da Linha - SPGM, sendo esse valor posteriormente reembolsado em 50% pelo IEFP. Neste contexto, a CASES procedeu ao:
    - Controlo e análise das faturas relativas ao pagamento das bonificações da taxa de juro e da comissão de garantia, conferindo os respetivos cálculos e valores apresentados pela SPGM:
        - Entrada de 331 faturas relativas a pagamentos de bonificações;
        - Liquidação de 305 faturas, relativas a 305 bonificações da comissão de garantia, num montante total de 81.853 euros, correspondentes a 29 entidades com operações de crédito a decorrer, de períodos entre fevereiro de 2014 e agosto de 2017, encontrando-se as restantes a aguardar informação em falta/correção da parte da SPGM.
- No sentido de desenvolver a estratégia de divulgação e comunicação do Programa SOCIAL INVESTE, pretendeu-se promover e realizar sessões de esclarecimento e sensibilização junto de entidades do sector da economia social, bem como de entidades e instituições vocacionadas para apoio às populações e com capacidade de intervenção local, que possam divulgar nas respetivas regiões este instrumento financeiro e colocar as respetivas entidades em contacto com a CASES. Em 2017 foram realizadas as seguintes reuniões e sessões de enquadramento e apresentação:
    - Articulação com a SPGM no âmbito da gestão da linha SOCIAL INVESTE;
    - Participação na 2ª Feira de Emprego e Formação de Carnide;
    - Participação na Iª Feira de Emprego e Empreendedorismo do Entroncamento;
    - Participação na Iª Edição do Fórum de Emprego e Inovação – FEI, Amadora Inova;

- Articulação com o IEFP no âmbito da reestruturação de operações ao abrigo da Linha de Crédito Social Investe.

- Desenvolvimento da estratégia de comunicação do Programa Social Investe:
  - Elaboração, atualização e dinamização dos meios/materiais de comunicação e de divulgação do Programa, nomeadamente folhetos, apresentações e conteúdos/informações disponibilizadas online no site da CASES - atualização dos materiais de apresentação (*power point*).

Fluxos de informação PNM e SOCIAL INVESTE

PNM:

- Atendimento telefónico através da Linha Verde SOU MAIS, sem custos para o utilizador, ou através da linha geral da CASES;
- Disponibilização de material informativo relativo ao Programa, nomeadamente o PDF que refere as condições da linha de crédito e respetivos diplomas legais;
- Disponibilização do Dossier de Negócio SOU MAIS, que serve de base à elaboração do projeto a apresentar na instituição bancária;
- Atendimento online via correio eletrónico;
- Atendimento presencial;
- Divulgação da informação no site do PNM (www.sou-mais.org).

SOCIAL INVESTE:

- Atendimento telefónico através da linha geral da CASES;
- Na sequência deste contacto é disponibilizado material informativo relativo ao Programa, nomeadamente as condições da linha de crédito, as condições de acesso e a listagem de documentação necessária à verificação da qualidade de destinatário;
- Atendimento online via correio eletrónico;
- Atendimento presencial;
- Divulgação da informação na página do Programa, constante no site da CASES.

Assim, foram registados a nível de fluxo de informação, no âmbito dos dois Programas:

- Atendimento telefónico: 7.640 chamadas;
- Correio eletrónico: 7.231 e-mails;
- Reuniões/ atendimentos presenciais: 91.

Outras atividades

- Participação no Grupo de Trabalho B.E.M. – Responsabilidade social da CASES;
- Participação no Grupo de Trabalho ES Jovem;
- Participação no Grupo de Trabalho GeraçãoCoop;
- Colaboração com o DEIS na análise dos Dossiers de Negócio COOPJOVEM;
- Colaboração com o DEIS na análise das candidaturas do "Programa Empreende Já", IPDJ;
- Participação nos eventos GEOfundos Lisboa e Porto;
- Participação no curso "Proteção de Dados na Administração Pública", com a duração de 4 horas;
- Participação na ação de formação "Ficheiro e Base de Dados Access - Continuação", com a duração de 39 horas;
- Participação na ação de formação "Comunicação Interna", com a duração de 3,5 horas;
- Frequência da Pós-Graduação em Economia Social do ISCSP;
- Ministração do módulo de formação "Introdução à Economia Social", com a duração de 7 horas, no âmbito do Programa COOPJOVEM;
- Ministração do módulo de formação "Dossier de Negócio – 1ª Fase", com a duração de 15 horas, no âmbito do Programa COOPJOVEM;
- Ministração do módulo de formação Dossier de Negócio – 2ª Fase", com a duração de 34 horas, no âmbito do Programa COOPJOVEM;
- Dinamização do stand da CASES no Festival NOS ALIVE.

Departamento de Empreendedorismo e Inovação Social

Gerir a medida COOPJOVEM;
Gerir o Programa de Apoio ao Voluntariado (PAV);
Implementar e desenvolver programas de empreendedorismo e inovação social.
Divulgar e disponibilizar informações e instrumentos de apoio ao empreendedorismo e inovação social.

Ao Departamento de Empreendedorismo e Inovação Social (DEIS) compete promover o empreendedorismo e inovação social através da conceção, execução e desenvolvimento de atividades, projetos ou iniciativas que privilegiem o aparecimento de novas respostas sociais ou implementação de serviços inovadores.

Na atividade deste Departamento destaca-se o Programa COOPJOVEM no âmbito do qual foram feitas 159 sessões de divulgação em 16 distritos de Portugal Continental. Foram recebidas, e analisadas, candidaturas por parte de 668 candidatos, 356 dos quais vieram a integrar o Programa, tendo sido assegurada a organização, estruturação e ministração da Formação e da Mentoria prevista a todos os promotores e criada a Plataforma COOPJOVEM. De salientar que m 2017 foram atribuídas à CASES as competências na área do Voluntariado, tendo essas atribuições sido internamente alocadas ao DEIS. Nesse âmbito, para além de todos os procedimentos inerentes à migração dos processos do Conselho Nacional para o Voluntariado, foi feito o levantamento e contacto com os *stakeholders* da área e preparadas as bases para a criação de um sistema de informação integrado e para a conceção do Programa de Apoio ao voluntariado.

Durante o ano de 2017 o DEIS desenvolveu as seguintes atividades:

Gestão do Programa COOPJOVEM

Programa de apoio ao empreendedorismo cooperativo, destinado a apoiar os jovens na criação de cooperativas, como forma de desenvolvimento de uma cultura solidária e de cooperação, facilitando a criação do próprio emprego e a definição do seu trajeto de vida.

- Execução da 2ª edição do COOPJOVEM:

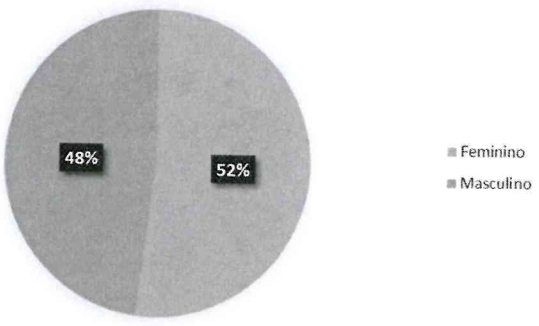
- Sessões de divulgação do Programa COOPJOVEM de Janeiro a Abril (Fase B e C):
  - 159 sessões de sensibilização;
  - 5.096 participantes;
  - 659 pedidos de esclarecimento via e-mail e por telefone;
  - 343 técnicos/as e animadores/as de entidades com intervenção local envolvidos;
  - Sessões realizadas em 16 distritos de Portugal Continental, contabilizando um total de mais de 12.000 km percorridos.
- Restruturações do formulário de candidatura de Janeiro a Abril.

- Candidaturas ao Programa COOPJOVEM:
  - FASE A - 1.ª Fase de Candidaturas:
    - Verificação dos requisitos de elegibilidade de 201 candidatos/as e respetivos projetos;
    - Envio de notificação, via e-mail, da aprovação ou indeferimento de atribuição de bolsa;
    - 144 candidatos/as elegíveis (51 projetos);
    - 115 bolseiros/as (com contrato assinado, participação na formação e receção de bolsa).
  - FASE B - 2.ª Fase de Candidaturas:
    - Verificação dos requisitos de elegibilidade de 243 candidatos e respetivos projetos;
    - Envio de notificação, via e-mail, da aprovação ou indeferimento de atribuição de bolsa;
    - 199 candidatos/as elegíveis (67 projetos);
    - 144 bolseiros/as (com contrato assinado, participação na formação e receção de bolsa).
  - FASE C - 3.ª Fase de Candidaturas:
    - Verificação dos requisitos de elegibilidade de 224 candidatos e respetivos projetos;

- Envio de notificação, via e-mail, da aprovação ou indeferimento de atribuição de bolsa;
- 187 candidatos/as elegíveis (68 projetos);
- 97 bolseiros/as (com contrato assinado, participação na formação e receção de bolsa).

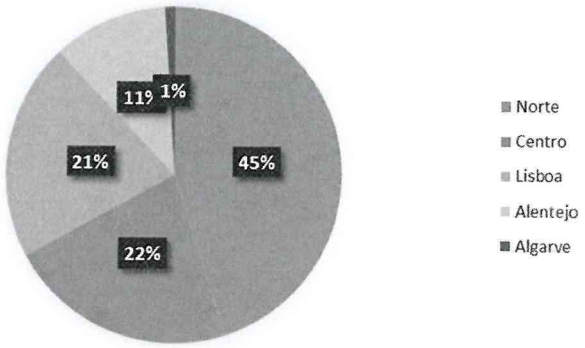
- Preparação e envio de Contratos de Concessão de Apoio Financeiro relativos às 3 Fases de Candidatura;
- Preparação dos Formulários de Participante das 3 Fases de Candidatura;
- Caracterização dos/as candidatos/as:
  - 668 candidaturas, correspondentes a 186 projetos;
  - Média de 3 elementos por projeto;
  - A maioria dos projetos está localizada na região Norte (45%) e Centro (22%), seguindo-se as regiões de Lisboa (21%), Alentejo (11%) e Algarve (1%);
  - 52% dos/as candidatos/as eram do sexo feminino e 48% do sexo masculino;
  - A média de idades registada foi de 26 anos, num espetro de idades entre os 18 e os 59 anos;
  - A maioria detinha habilitações literárias correspondentes a Licenciatura (35,5%), 12.º ano de escolaridade (28%) e Mestrado (17%).

Gráfico XIII – Programa COOPJOVEM: distribuição candidaturas/sexo (2016/2017)



Fonte: CASES

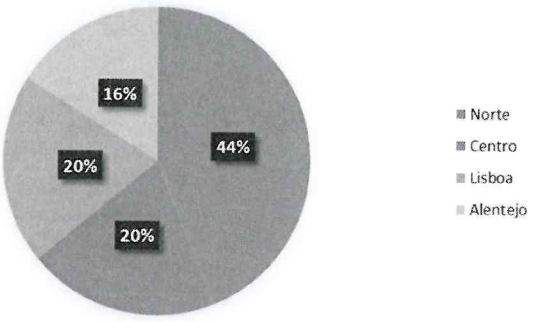
Gráfico XIV – Programa COOPJOVEM: distribuição candidaturas/região (2016/2017)



Fonte: CASES

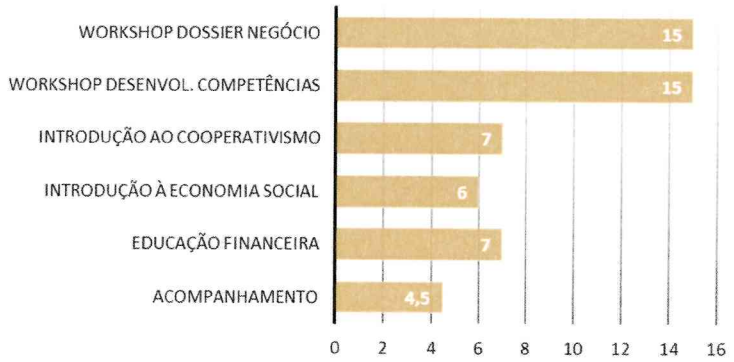
- Preparação da Formação do Programa COOPJOVEM:
  - Conceção de 2 Referenciais de Formação para o Programa;
  - Definição e distribuição das turmas para a 1ª e 2ª Fase de execução do Programa (50 turmas);
  - Identificação dos locais de formação e aluguer das respetivas salas;
  - Elaboração dos cronogramas de formação para a 1ª e 2ª Fase de execução do Programa;
  - Elaboração e estruturação de 50 Dossiers Técnico-Pedagógicos (para 2 cursos de formação dirigidos a 25 turmas);
  - Definição dos membros do júri do Concurso Limitado por Prévia Qualificação para contratação de formadores/as e mentores/as;
  - Apoio técnico aos procedimentos de contratação dos ajustes diretos complementares no processo de contratação;
  - Alocação dos/as formadores/as internos/as aos módulos de formação correspondentes;
  - Alocação dos/as formadores/as externos/as aos módulos de formação correspondentes mediante a contratualização efetuada por cada Lote;
  - Alteração e reprogramação dos cronogramas de formação (articulação entre formadores/as, formandos/as e salas de formação);
  - Inserção de dados relativos aos questionários de avaliação dos módulos, da ação de formação e do desempenho dos/as formadores/as da Fase A1 e A2 (correspondentes a 11 Dossiers Técnico Pedagógicos).

Gráfico XV – Programa COOPJOVEM: distribuição turmas em formação/região (2017)



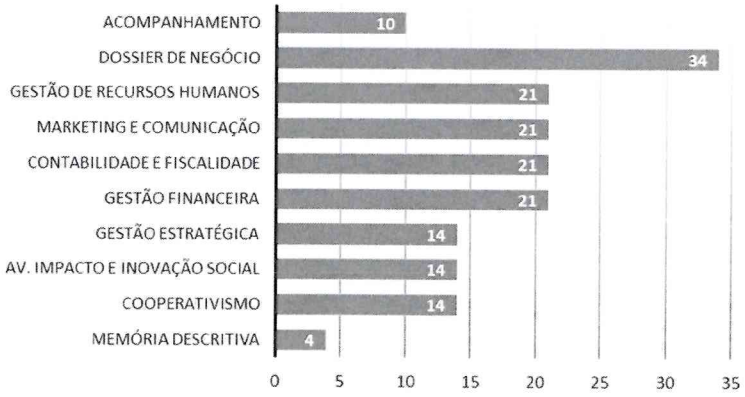
Fonte: CASES

Gráfico XVI – Programa COOPJOVEM: distribuição módulos formativos/horas – 1ª Fase (2017)



Fonte: CASES

Gráfico XVII – Programa COOPJOVEM: distribuição módulos formativos/horas – 2ª Fase (2017)

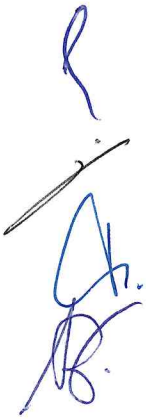


Fonte: CASES

- Elaboração de Mapas de Pagamento:
  - Preenchimento do registo de assiduidade dos/as bolseiros/as nos ficheiros Excel correspondentes a cada turma das 3 fases de candidatura (50 turmas);
  - Preparação dos mapas de pagamento relativos aos/às bolseiros/as das 3 fases de candidatura;
  - Envio da comunicação de faltas aos/às bolseiros/as;
  - Envio dos recibos aos bolseiros via correio eletrónico.

- 1ª Avaliação de Mérito dos Projetos COOPJOVEM
  - FASE A:
    - Verificação dos elementos de avaliação submetidos pelos/as promotores/as e pedidos de regularização;
    - Distribuição dos projetos pela equipa técnica;
    - Análise dos projetos pela equipa técnica;
    - 1 reunião realizada pelos/as avaliadores/as internos/as para aferição das classificações finais;
    - Verificação dos requisitos de 39 projetos que submeteram a avaliação de mérito no final da 1ª Fase de execução do Programa (parecer técnico e cabimentação financeira);
    - Notificação de aprovação e indeferimento de atribuição de bolsa, via correio eletrónico, a 112 candidatos/as à 2ª Fase de execução do Programa.
  - FASE B:
    - Verificação dos elementos de avaliação submetidos pelos/as promotores/as e pedidos de regularização;
    - Distribuição dos projetos pela equipa técnica;
    - Análise dos projetos pela equipa técnica;
    - 2 reuniões realizadas pelos/as avaliadores/as internos/as para aferição das classificações finais;

- Verificação dos requisitos de 44 projetos que submeteram a avaliação de mérito no final da 1ª Fase de execução do Programa (parecer técnico e cabimentação financeira);
- Notificação de aprovação e indeferimento de atribuição de bolsa, via correio eletrónico, a 125 candidatos/as à 2ª Fase de execução do Programa.



- FASE C:
  - Verificação dos elementos de avaliação submetidos pelos/as promotores/as e pedidos de regularização;
  - Distribuição dos projetos pela equipa técnica;
  - Análise dos projetos pela equipa técnica;
  - 1 reunião realizada pelos avaliadores/as internos/as para aferição das classificações finais;
  - Verificação dos requisitos de 37 projetos que submeteram a avaliação de mérito no final da 1.ª Fase de execução do programa (parecer técnico e cabimentação financeira);
  - Notificação de aprovação e indeferimento de atribuição de bolsa, via correio eletrónico, a 101 candidatos/as à 2ª Fase de execução do Programa.

- Atribuição de Mentoria:
  - Distribuição de mentores/as pelos 120 projetos;
  - Notificação de atribuição de mentores/as aos projetos e aos/às mentores/as;
  - Gestão e acompanhamento do processo de mentoria (receção de relatórios, alteração de mentores/as, verificação das horas de mentoria, entre outras).

- 2ª Avaliação de Mérito dos Projetos COOPJOVEM
  - FASE A:

- Verificação dos elementos de avaliação submetidos pelos/as promotores/as e pedidos de regularização;
- 2 reuniões de avaliadores/as internos/as para estabelecer os critérios de avaliação;
- Distribuição dos projetos pela equipa técnica;
- Análise dos projetos pela equipa técnica (análise dos critérios de avaliação: "Coerência do projeto no domínio dos valores e princípios cooperativos" e "Integração das dimensões da política de igualdade de oportunidades e igualdade de género" e verificação da adequabilidade do Plano de Investimento/Financiamento do projeto às condições da Linha Microinvest);
- Encaminhamento dos projetos para avaliação da entidade externa contratada para o efeito (Logframe);
- Cabimentação financeira dos 33 projetos validados para a 3ª Fase de execução do Programa.

- Acompanhamento dos projetos e dos promotores:
  - Acompanhamento em contexto de formação da componente administrativa e processual do Programa junto dos/as promotores/as;
  - Acompanhamento de 356 processos individuais (promotores/as elegíveis à bolsa COOPJOVEM que frequentaram as sessões de formação);
  - Atualização do ficheiro em Excel que contempla um total de 754 promotores/as;
  - Atualização do ficheiro em Excel que contempla um número total de 190 projetos;
  - Acompanhamento/controlo das desistências e integração dos/as promotores/as das 3 fases de candidatura;
  - Elaboração de *check-lists* de verificação dos documentos obrigatórios por cada uma das 3 fases de candidaturas;
  - Verificação e controlo dos documentos relativos aos processos individuais (contratos, declarações NEET, fichas de verificação, formulário de participante);
  - Arquivo e digitalização de informações, formulários de participante e contratos para atualização dos processos individuais;

- Verificação e controlo das despesas faturadas relativas à formação, mentoria e acompanhamento.

- Fluxo de informação:
  - Atendimentos telefónicos: 2.945;
  - Correio eletrónico: 3.466;
  - Atendimentos presenciais: 25;
  - Atendimentos por videoconferência: 2;
  - Reuniões da Comissão de Acompanhamento do COOPJOVEM: 1;
  - Reuniões com o POISE: 2;
  - Envio de elementos relativos à execução do Programa COOPJOVEM e PNM para a Garantia Jovem: 3.

- Receção de Atas de Fundadores e Estatutos relativos aos projetos para parecer jurídico do DJAQ, no âmbito da 2ª Fase de execução do Programa, e envio, via correio eletrónico, do respetivo parecer ao/as promotores/as.
- Emissão de Declarações de Participação e de Declarações de Término do Programa.

- Criação e gestão da Plataforma COOPJOVEM:
  - 6 reuniões com a entidade SOBA para definição e operacionalização da Plataforma, designadamente design, estruturação e teste às funcionalidades;
  - Levantamento dos dados/informação dos/as promotores/as e dos/as formadores/as, a fim de possibilitar o acesso dos mesmos por turma/módulo;
  - Levantamento e integração dos conteúdos e apresentações dos módulos lecionados por turma.

Gestão do Programa de Apoio ao Voluntariado

Programa que visa promover o voluntariado enquanto elemento de valorização pessoal e profissional dos cidadãos, relevando o seu peso social e económico no setor da economia social, nomeadamente em projetos sociais.

De referir que, no âmbito da publicação do Decreto-Lei n.º 39/2017, de 30 de agosto, a CASES viu reforçada as suas atribuições, designadamente na área do voluntariado, sucedendo ao Conselho Nacional para a Promoção do Voluntariado (CNPV).

- Programa de Apoio ao Voluntariado (PAV)
    - Elaboração da Proposta de diploma legal regulamentadora do Programa de Voluntariado;
    - Apresentação e discussão da Proposta;
    - Elaboração da 1.ª versão do Regulamento da PAV.
- Bolsa Especializada de Voluntariado (BEV):
    - Identificação e Análise das plataformas existentes;
    - Verificação das elegibilidades definidas para o financiamento no âmbito do Programa Operacional Inclusão Social e Emprego - PO ISE;
    - Apresentação à Associação Portuguesa de Seguradores de proposta de tipologia de seguro no âmbito do Voluntariado para efeitos de obtenção de parecer e definição do valor do prémio comercial e das respetivas condições;
    - Realização de reuniões de trabalho com diferentes entidades no âmbito da definição do valor do prémio comercial para seguros no âmbito do voluntariado (2 reuniões);
    - Efetivação de contactos com algumas entidades gestoras de plataformas ou interfaces relacionados com a área do voluntariado, para que possam vir a ser estabelecidas parcerias e a potenciar a conexão entre os diferentes sistemas/ mecanismos. Foram assim estabelecidos contactos com a Gulbenkian, a McKinsey e Fundação Manuel Violante e com a Entreajuda, entidades que gerem plataformas ou projetos de plataforma na área do voluntariado, embora com diferentes amplitudes e áreas de intervenção;
    - Articulação com o Instituto de Informática para análise da conexão e sincronização dos diferentes sistemas que atuam na área do voluntariado, nomeadamente da viabilidade de aproveitamento de uma plataforma tecnológica da, cujo pedido está a ser ponderado;
    - Avaliação sobre a possibilidade de aproveitamento da referida plataforma, através da adjudicação do referido serviço à empresa Pessoas e Processos (3 reuniões);
- Levantamento de informação diversa para operacionalização da BEV:

- Elementos a apresentar em sede de candidatura (*check-list*);
- Elementos a apresentar pelas Organizações Promotoras de Voluntariado - procedimentos de candidatura e obrigações legais;
- Definição dos Indicadores físicos e financeiros de execução;

- Operacionalização dos procedimentos necessários à criação, manutenção e gestão da plataforma informática:
  - Preparação da Proposta de Caderno de Encargos;
  - Preparação do Convite e justificação do procedimento (DJAQ – Departamento Jurídico, Auditoria e Qualidade).
- Formação e sensibilização para um voluntariado de continuidade:
  - Elaboração de versão atualizada do Manual de Procedimentos da CASES, bem como a revisão de todos os instrumentos necessários à sua operacionalização, sendo que o referido documento integra os seguintes elementos:
    - Organismo Intermédio;
    - Política de Comunicação;
    - Sistema de Informação;
    - Análise e Seleção das Operações;
    - Análise dos pedidos de alteração á decisão de aprovação;
    - Verificação no Local;
    - Estratégia Antifraude e Gestão do Risco;
    - Monitorização e Supervisão da AG;
    - Revisão do Manual.
- Aplicação das recomendações enviadas pelo PO ISE no âmbito do exercício de avaliação do risco do PO ISE 2017 e do questionário de auscultação aos OISS:
  - Elaboração do Plano de Ação para efeitos de operacionalização das recomendações a 5 de setembro de 2017;
  - Definição e calendarização de formação interna em matéria de Ética e Prevenção de Riscos de Fraude, a estruturar em duas sessões: a) Sessão formativa relativa à Ética e Prevenção de Riscos, a ministrar pelo Conselho de Prevenção da Corrupção; b) Sessão formativa relativa ao Código de Ética e de Conduta da CASES, a ministrar por formador/a interno/a;

- Realização da Sessão formativa relativa à Ética e Prevenção de Riscos, a ministrar pelo Dr. António Maia enquanto representante do Conselho de Prevenção da Corrupção;
- Formalização do procedimento de assinatura anual dos colaboradores em atividade afetos ao exercício das funções delegadas pela AG do PO ISE da Declaração de Conflito de Interesses;
- Revisão do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção & Infrações Conexas da CASES, atendendo aos elementos propostos na ferramenta de avaliação de risco disponibilizada pela Comissão Europeia, através do documento "*Guidance for Member States and Programme Authorities on fraud risk assessment and effective and proportionate anti-fraud measures*" (EGESIF_14-0021-00 final, de 16/06/2014).
- Definição e aplicação de medidas preventivas associadas individualmente a cada um dos riscos identificados à área do voluntariado para as ações a desenvolver a partir de 2018;
- Definição de um mecanismo de denúncia de suspeitas de fraude com a criação / adequação de um instrumento de divulgação interna, no âmbito dos diferentes instrumentos de gestão da CASES.

- Outras atividades na área do Voluntariado – Decreto-Lei n.º 39/2017, 30 agosto
  - Processo de extinção do Conselho Nacional para a Promoção do Voluntariado (CNPV)
    - Transferência do espólio do CNPV para as instalações da sede da CASES, bem como para a Casa António Sérgio, nos termos acordados com o Instituto de Segurança Social, IP. a 17 de agosto de 2017;
    - Estabelecimento de um Acordo de Colaboração na área do Voluntariado com a Dr.ª Maria Elisa Borges no âmbito da prestação de apoio de aconselhamento e colaboração;
    - Reuniões de Trabalho coma Dra. Maria Elisa Borges (3 reuniões presenciais).
  - Desenvolvimento de ações adequadas ao conhecimento e caraterização do universo dos/as voluntários/as e das organizações promotoras de atividades de voluntariado:

- Levantamento dos Bancos Locais de Voluntariado (BLV) e atualização de contactos (143 BVL ativos);
- Desenvolvimento de contactos com diferentes *stakeholders* privilegiados na área do voluntariado, designadamente a Confederação Portuguesa do Voluntariado (CPV), a Entreajuda e a Fundação Eugénio de Almeida e outras personalidades de revelo na área do voluntariado, como o Dr. Acácio Catarino e o Dr. Rui Marques;
- Assinatura do protocolo com a Confederação Portuguesa de Voluntariado (CPV);
- Receção dos Relatórios de Execução dos Programas de Voluntariado de BLV (1 Relatório);
- Atendimentos / Reuniões presenciais com representantes de BVL (3 atendimentos).

⊙ Emissão Cartão de Identificação do Voluntariado:

- Não se encontram ainda definidas as condições formais para a emissão do Cartão de Identificação do Voluntariado. Contudo foi prevista em sede de estruturação da BEV a integração do referido procedimento.

⊙ Dinamização de ações de formação ou outros programas que contribuem para uma melhor qualidade e eficácia do trabalho voluntário:

- Disponibilização de informações relativas a ações de formação desenvolvidas por Organizações Promotoras de Voluntariado – OPV (2 informações).

⊙ Concessão de apoio técnico às organizações promotoras de atividades de voluntariado mediante a disponibilização de informação com interesse para o exercício do voluntariado:

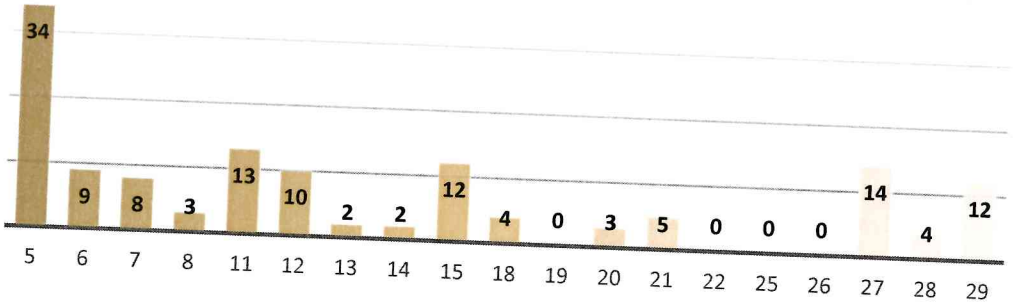
- Prestação de informações (117 atendimentos telefónicos);
- Disponibilização de Dossiers de Formadores a OPV's (3 dossiers).

⊙ Promoção e divulgação do voluntariado como forma de participação social e de solidariedade entre os cidadãos, através dos meios adequados, incluindo os meios de comunicação social:

- Criação de nova imagem gráfica e lema institucional para a área do voluntariado (GACI – Gabinete de Apoio, Comunicação e Imagem;
- Preparação dos conteúdos e da estrutura dos elementos que irão constar da página do Voluntariado no sítio da CASES;
- Lançamento do Micro SITE do Voluntariado da CASES a 5 dezembro de 2017 – no âmbito da Comemoração do Dia Internacional do Voluntariado;
- Disponibilização de notícias, informações e outras comunicações através do micro SITE do Voluntariado:
  - 2 eventos;
  - 10 notícias;
  - 135 visualizações.

Gráfico XVIII – Visualizações do Microsite do Voluntariado (dezembro 2017)

Fonte: CASES



Desenvolvimento de programas de empreendedorismo e inovação social

- Execução do Programa de Avaliação de Impacto Social 2017:
  - Participação nas reuniões de trabalho do Programa;
  - Participação em 2 Webinares do Programa;
  - Coorganização da Conferência Internacional do Impacto Social.
- Participação na iniciativa GEOFundos:
  - Participação nas reuniões de trabalho da iniciativa;

- Reconhecimento e identificação de iniciativas empreendedoras e inovadoras (no âmbito da análise das oportunidades de financiamento).

- Participação nas atividades do ES JOVEM:
  - Organização da participação da CASES no Festival NOS Alive 2017;
  - Revisão do Regulamento das Bolsas Es Jovem/NOS Alive 2017;
  - Lançamento do período de candidaturas às Bolsas Es Jovem/NOS Alive 2017.

Outras atividades:

- Participação no Grupo de Trabalho da Responsabilidade Social – Projeto BEM;
- Participação no Programa ES Jovem;
- Divulgação e disponibilização de informações e instrumentos de apoio (25 atendimentos);
- Participação no Projeto-piloto de implementação do Mecanismo de Reconhecimento das Aprendizagens Decorrentes do Voluntariado (1 reunião);
- Participação no Grupo de Acompanhamento de Avaliação de Impacto dos Contratos Locais de Desenvolvimento Social (2 análises – Proposta de Reformulação das questões de avaliação de Impacto dos CLDS e do Relatório Inicial da Avaliação de Impacto);
- Participação no Grupo de Trabalho de Direitos Humanos – RSO – PT (participação em 2 reuniões e na preparação de algumas das ações previstas no Plano de Ação de 2017, designadamente na divulgação de 2 eventos);
- Representação institucional no Prémio de Voluntariado Universitário Santander Universidades 2017 (5 Dezembro);
- Ministração do módulo de formação "Introdução à Economia Social", com a duração de 7 horas, no âmbito do Programa COOPJOVEM;
- Ministração do módulo de formação "Introdução ao Cooperativismo", com a duração de 7 horas, no âmbito do Programa COOPJOVEM;
- Ministração do módulo de formação "Memória Descritiva", com a duração de 4 horas, no âmbito do Programa COOPJOVEM;
- Ministração do módulo de formação "Dossier de Negócio – 1ª Fase", com a duração de 15 horas, no âmbito do Programa COOPJOVEM;
- Ministração do módulo de formação Dossier de Negócio – 2ª Fase", com a duração de 34 horas, no âmbito do Programa COOPJOVEM;

- Participação na ação de formação "Comunicação Interna", com a duração de 3,5 horas;
- Participação na sessão "Ética e Conduta na Gestão Pública - Os riscos de corrupção e a sua prevenção", com a duração de 3 horas;
- Participação na ação de formação "Formular e Medir a Estratégia – *e-Learning*", com a duração de 28 horas;
- Apoio à elaboração e publicação em www.cases.pt do registo das Universidades Sénior associadas da RUTIS;
- Montagem e dinamização do stand da CASES na 3ª Edição da Feira de Educação, Emprego e Empreendedorismo – FrEEE do Município de Tomar;
- Representação da CASES na Semana do Empreendedorismo, promovida pela Câmara Municipal de Vila Nova de Poiares;
- Dinamização de um módulo formativo sobre Economia Social, no Curso de Cooperativismo e Seguros da Mútua dos Pescadores, CRL;
- Dinamização do stand da CASES no Festival NOS ALIVE.

Delegações Regionais

Apoiar regionalmente os programas e outras iniciativas sob a gestão da CASES;
Prestar informações no âmbito da economia social, empreendedorismo e inovação social.

Às delegações regionais compete assegurar o apoio técnico-administrativo aos programas e projetos desenvolvidos pela CASES e outras atividades que devam ser prosseguidas no âmbito regional e local, sob a coordenação dos serviços centrais.

Na atividade das delegações regionais destacam-se as ações de apoio ao Programa COOPJOVEM, ao nível da sua divulgação e execução, bem como as iniciativas de representação institucional desenvolvidas.

Durante o ano de 2017 as Delegações desenvolveram as seguintes atividades:

1. Delegação Norte

Apoio a programas e iniciativas

- Desenvolvimento das atividades enquadradas no âmbito dos programas sob a gestão da CASES, em articulação com os serviços centrais:
    - Promoção, divulgação, e apresentação do Programa COOPJOVEM:
        - Atendimento presencial, telefónico e por correio eletrónico a eventuais interessados (instituições e jovens) - média mensal de 20 atendimentos;
        - Reuniões presenciais com jovens para abordagem do Programa, motivação e organização de equipas (para apresentação de candidaturas), e respetivo acompanhamento – média mensal de 10 atendimentos;
        - Apoio e acompanhamento à coordenação do Programa nas sessões de apresentação da iniciativa na região Norte – 36 sessões de apresentação;

- Ministração dos módulos de formação: Introdução ao Cooperativismo; Cooperativismo (1 e 2); Introdução à Economia Social; Workshop Dossier de Negócio; Acompanhamento Coopjovem; Dossier Cooperativo/Memória Descritiva;
- Realização de reuniões de trabalho com o DEIS.

⊙ Divulgação institucional do Programa ES JOVEM:

- Divulgação do programa em ações de representação institucional da CASES, junto dos mais jovens e de várias organizações.

⊙ Divulgação institucional do Projeto GeraçãoCoop:

- Esclarecimentos sobre o modelo cooperativo via telefone, correio eletrónico e presencialmente – média mensal de 10 contactos (presenciais, telefónicos e correio eletrónico);
- Reencaminhamento das questões técnico-jurídicas sobre cooperativas para o DJAQ, designadamente constituição e alteração de estatutos, para emissão de pareceres ou outras informações.

⊙ Apoio ao PNM:

- Apoio técnico na elaboração do Dossier de Negócios, a candidaturas ao PNM, em articulação com o DIF - média mensal de 15 contactos (presenciais, telefónicos e correio eletrónico).

⊙ Divulgação do Social Investe:

- Divulgação do Programa junto das entidades da economia social, em particular as IPSS e as cooperativas do ramo da solidariedade – média mensal de 5 contactos (presenciais, telefónicos e correio eletrónico).

⊙ Apoio à Cerimónia de Entrega do Prémio António Sérgio;

⊙ Coorganização da Sessão Temática 3 do Congresso Nacional da economia Social: "Novos conceitos, modelos de organização e de governança".

Serviço de atendimento

- Realização de atendimentos sobre a constituição e o funcionamento de entidades da economia social:

- Atendimentos telefónicos – média mensal de 200 telefonemas recebidos;
- Atendimentos presenciais – média mensal de realização de 30 atendimentos;
- Comunicações eletrónicas – média mensal de 150 e-mails recebidos.

Representação institucional e participação em eventos temáticos

- No decurso do ano de 2017 foram asseguradas trinta e oito (38) ações de representação e participação em eventos.

2. Delegação Madeira

- Colaboração com a atualização de informação das entidades de economia social no Portal Terceiro Setor da Região Autónoma da Madeira: http://www.portalterceirosector.org/, criado pela Secretaria Regional da Inclusão e dos Assuntos Sociais, pretende ser uma ferramenta para as Entidades de Economia Social da Região, destinado a promover a sua visibilidade mostrando os produtos ou serviços, bem como oportunidades de voluntariado ou informação das atividades das mesmas.
- Colaboração na Organização da 2ª Feira de Economia Social e Solidária da Região Autónoma da Madeira, que decorreu de 31 de março a 2 de abril de 2017, no Centro de Congressos do Casino da Madeira:
    - Colaboração de 65 instituições: 26 Associações; 24 casas do povo; 5 Centros Sociais e Paroquiais; 4 Santas Casas da Misericórdia; 1 Cooperativa; 1 Fundação; Cáritas; Cruz Vermelha Portuguesa; AMI; Quinta Pedagógica.
- Promoção do Voluntariado, através de ações das organizações da economia social.
- Dinamização da página de Facebook da CASES-RAM:
    - Divulgação de atividades/ programas que possam vir a ser desenvolvidos na Região;
    - Divulgação projetos desenvolvidos na área de economia social, pelas entidades do setor;
    - Divulgação da Newsletter da CASES;
    - Divulgação de notícias nacionais e regionais sobre economia social.

VI – Prestação de contas 2017

VI – Prestação de contas 2017

Demonstrações Financeiras - *31 de dezembro de 2017*

Introdução

1. O orçamento da Cooperativa António Sérgio para a Economia Social – Cooperativa de Interesse Público de Responsabilidade Limitada (CIPRL), doravante designada por "CASES", referente ao exercício de 2017, foi elaborado, e executado, enquanto "Entidade Pública Reclassificada" (EPR) no regime simplificado em decorrência da sua reclassificação operada pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), comunicada à CASES em finais de agosto de 2013. No âmbito da execução orçamental de 2017, foi dado cumprimento aos procedimentos legais e regulamentares exigíveis.

2. Atenta a natureza cooperativa da CASES, foi salvaguardada uma conta bancária, sediada na CA – Crédito Agrícola, na qual se encontra depositado o valor exato dos títulos subscritos, constitutivos do capital social da CASES (302.000,00 Euros), após autorização expressa da Ex.ª Senhora Secretária de Estado do Tesouro.

3. A CASES, no final do exercício de 2017, tinha a sua situação regularizada perante a Administração Fiscal e a Segurança Social.

Balanço

Valores expressos em euros

POCP	Rubricas	Notas	Períodos 2017			2016
	Ativo		**Ativo Bruto**	**Amortização**	**Ativo Liquido**	**Ativo Liquido**
	Imobilizado					
	Imobilizações incorpóreas:					
433	Propriedade industrial e outros direitos	6.2.7	23.920	13.729	10.191	6.936
			23.920	**13.729**	**10.191**	**6.936**
	Imobilizações corpóreas					
423	Equipamento e material básico	6.2.7	5.449	4.621	828	2.644
425	Ferramentas e Aparelhos	6.2.7	2.196	768	1.427	1.866
426	Equipamento administrativo	6.2.7	207.988	177.141	30.847	31.598
429	Outras imobilizações corpóreas	6.2.7	238.500	-	238.500	238.500
			454.133	**182.530**	**271.602**	**274.608**
	Dívidas de terceiros – Médio e longo prazo					
	Dívidas de terceiros - Curto prazo					
24123	Estado e outros entes públicos	6.2.40	2.081	-	2.081	2.519
262+266+267+268+221	Outros devedores	6.2.31	213.168	201.021	12.147	27.334
			215.249	**201.021**	**14.228**	**29.853**
	Depósitos Bancários e Caixa					
12+13+14	Depósitos Bancários	6.2.41	4.799.872	-	4.799.872	3.433.556
11	Caixa	6.2.41	301	-	301	230
			4.800.173	**-**	**4.800.173**	**3.433.786**
	Acréscimos e Diferimentos					
271	Acréscimos e Proveitos	6.2.42	284	-	284	2.473
272	Custos Diferidos	6.2.42	27.781	-	27.781	18.365
			28.065	**-**	**28.065**	**20.838**
	Total do ativo		**5.521.542**	**397.282**	**5.124.259**	**3.766.021**
	Capital próprio e passivo					
	Capital próprio				**2017**	**2016**
51	Capital realizado	6.2.32			302.000	302.000
	Reservas					
571	Reservas legais				108.712	108.712
574	Reservas Para Educação e Formação Cooperativa				390.692	390.692
577	Reservas decorrentes das transferências de activos				1.064.790	1.064.790
59	**Resultados transitados**	6.2.32			1.359.491	1.351.969
					3.225.685	**3.218.162**
88	Resultado líquido do periodo	6.2.43			(154.286)	105.369
	Total do capital próprio				**3.071.399**	**3.323.531**
	Passivo					
	Provisões					
	Dívidas a terceiros - Curto prazo					
24	Estado e outros entes públicos	6.2.40			43.707	32.182
262+2611	Outros credores				4.550	419
	Acréscimos e diferimentos					
273	Acréscimos de custos	6.2.42			344.529	189.253
274	Proveitos diferidos	6.2.42			1.660.074	220.635
	Total do passivo				**2.052.860**	**442.490**
	Total do capital próprio e do passivo				**5.124.259**	**3.766.021**

Demonstração dos resultados por naturezas

Valores expressos em euros

POCP	Custos e Proveitos	Notas	Períodos 2017	2016
	Custos e perdas			
62	Fornecimentos e serviços externos	6.2.44	531 357	436 694
	Custos com o pessoal:			
641+642	Remunerações	6.2.45	742 654	705 692
	Encargos sociais:			
645+648	Outros	6.2.45	160 380	173 476
662+663	Amortizações do imobiliário corpóreo e incorpóreo	6.2.7	22 564	10 654
65	Outros custos e perdas operacionais	6.2.46	1 324 177	222 303
		(A)	**2 781 132**	**1 548 819**
68	Juros e custos similares:	6.2.37	126 194	32 718
		(C)	**2 907 326**	**1 581 537**
69	Custos e perdas extraordinárias	6.2.38	2 582	5 789
		(E)	**2 909 908**	**1 587 325**
86	Imposto sobre o rendimento do período	6.2.47	2 802	-
		(G)	**2 912 710**	**1 587 325**
	Proveitos e ganhos			
71	Vendas		-	89
72	Prestações de serviços		-	629
741	Transferências do IEFP	6.2.48	1 360 940	1 409 402
742	Transferências QREN	6.2.48	-	6 467
743+744+745+748	Outras Transferências	6.2.48	1 391 290	258 188
76	Outros proveitos operacionais	6.2.48	58	7 300
		(B)	**2 752 288**	**1 682 075**
	Outros juros e proveitos similares:			
78	Outros	6.2.37	6 136	9 599
		(D)	**2 758 424**	**1 691 674**
79	Proveitos e ganhos extraordinários	6.2.38	-	1 020
		(F)	**2 758 424**	**1 692 694**
	Resultados operacionais: (B)-(A)		**(28 845)**	**133 256**
	Resultados financeiros: (D-B)-(C-A)		**(120 058)**	**(23 119)**
	Resultados correntes: (D)-(C)		**(148 901)**	**110 137**
	Resultados antes de impostos: (F)-(E)		**(151 484)**	**105 369**
	Resultado líquido do exercício: (F)-(G)		**(154 286)**	**105 369**

Demonstração dos fluxos de caixa

Valores expressos em euros

	Períodos	
	2017	**2016**
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Recebimentos de clientes	-	108
Pagamentos a fornecedores	(690.868)	(438.388)
Pagamentos ao pessoal	(518.804)	(476.359)
Caixa gerada pelas operações	**(1.209.672)**	**(914.638)**
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	80	(1.930)
Outros recebimentos/pagamentos	2.603.842	910.799
Fluxos de caixa das atividades operacionais	**1.394.248**	**(5.769)**
Fluxos de caixa das atividadades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	(16.370)	(18.262)
Ativos intangíveis	(17.735)	-
Recebimentos respeitantes a:		
Juros e rendimentos similares	6.244	10.075
Fluxos de caixa das atividades de investimento	**(27.861)**	**(8.187)**
Variação de caixa e seus equivalentes	**1.366.387**	**(13.956)**
Efeitos das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período	3.433.786	3.447.742
Caixa e seus equivalentes no fim do período	**4.800.173**	**3.433.786**
Detalhe da Caixa e equivalentes de caixa		
Caixa	301	230
Depósitos bancários	4.799.872	3.433.556
	4.800.173	**3.433.786**

Em relação ao fluxo "Outros recebimentos/pagamentos" deve-se ao facto da CASES ter recebido uma verba superior do Estado no decorrer do ano de 2017, esta variação ocorre pelo facto de se ter iniciado o Programa CoopJovem.

Anexo às demonstrações financeiras

6.1 Caracterização da entidade

6.1.1 Identificação

A CASES - Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (CIPRL), foi formalmente criada a 4 de fevereiro de 2010, através de escritura pública, registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, com o número fiscal 509266614.

6.1.2 Legislação

A CASES foi criada no enquadramento do DL-282/2009 de 7 de outubro.

No cumprimento do estabelecido no Decreto-Lei n.º 232/97, de 3 de setembro, que aprovou o Plano Oficial de Contabilidade Pública, doravante denominado de POCP, apresentam-se os documentos de prestações de contas.

A prestação de contas, não obstante a boa-fé que deve sustentar a sua elaboração, é um conjunto de documentos que procuram na experiência vivida, demonstrar a execução financeira e orçamental de um ciclo temporal, normalmente coincidente com o ano civil. Neste pressuposto é aqui analisada a situação financeira, referente ao período de 1 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017.

6.1.3 Estrutura organizacional efetiva

A estrutura organizacional manteve-se, no essencial, assim como o correspondente corpo de pessoal, estando a política de remunerações em linha com as orientações decorrentes da legislação aplicável, conforme descrito na página 8 do presente relatório.

6.1.4 Descrição sumária das atividades

O seu objeto social é o fortalecimento do setor da economia social, aprofundando a cooperação entre o Estado e as organizações que o integram, tendo em vista estimular o seu potencial ao serviço do desenvolvimento socioeconómico do País.

6.1.5 Recursos Humanos

A Direção da CASES é composta por:

- Eduardo Manuel Fernandes Graça – Presidente da direção: auferiu 62.728,47 Euros (rendimento anual bruto), valor de remuneração equiparado ao cargo de direção superior de 1º grau da Administração Pública.
- Carla Maria Ferreira Pinto – Vice-Presidente: auferiu 26.340,12 Euros, valor referente a 6 meses de remuneração equiparado ao cargo de direção superior de 2º grau da Administração Pública.
- Carla Maria Olivença Ventura – Vice-Presidente: auferiu 2.775,85 Euros, valor referente a 1 mês de remuneração equiparado ao cargo de direção superior de 2º grau da Administração Pública.
- Eleutério Manuel Alves – Vogal não executivo, não remunerado.
- Aldina Baptista Fernandes – Vogal não executiva, não remunerado.

O número de trabalhadores à data de 31 de dezembro de 2017 era de 31, registando um acréscimo de 1 pessoa face a estrutura do ano anterior, resultante da integração de uma coordenadora para o Departamento Jurídico.

6.1.6 Organização Contabilística

O software informático utilizado na CASES é o ERP Primavera.

6.1.7 Outra informação considerada relevante

Após encerramento do exercício, não ocorreram eventos materialmente relevantes que afetem a situação patrimonial e o equilíbrio financeiro da CASES e que, consequentemente, devam ser objeto de referência.

6.2 Notas ao balanço e à demonstração de resultados

6.2.1 Indicação e justificação das disposições do POCP que, em casos excecionais devidamente fundamentados e sem prejuízo do legalmente estabelecido, tenham sido derrogadas e dos respetivos efeitos no balanço e demonstração de resultados, tendo em vista a necessidade de estes darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

Não aplicável.

6.2.2 Indicação e comentário das contas de balanço e da demonstração de resultado cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

Não aplicável.

6.2.3 Critérios valorimétricos

No que concerne às imobilizações, o ativo imobilizado, incluindo os investimentos adicionais ou complementares, é valorizado ao custo de aquisição ou ao custo de produção. Quando os respetivos elementos tiverem uma vida útil limitada, ficam sujeitos a uma amortização sistemática durante esse período.

Quando se trate de ativos do imobilizado, obtidos a título gratuito, será considerado o valor resultante de avaliação ou o valor patrimonial definido legalmente ou, caso não exista disposição aplicável, o valor resultante da avaliação segundo critérios técnicos que se adequem à sua natureza.

Em situações em que não seja possível efetuar a avaliação por critérios técnicos específicos, é atribuído ao imobilizado o valor zero, até que seja objeto de uma grande reparação, assumindo então o montante desta.

De referir que o imobilizado não é suscetível de reavaliação, salvo se existirem normas que o autorizem e que definam os respetivos critérios de valorização.

As dívidas de e a terceiros são expressas pelo seu valor nominal.

O método para o cálculo das Amortizações do exercício é o das quotas constantes, utilizando as taxas fiscais do Decreto Regulamentar n.º 25/2009.

As Provisões respeitam apenas a situações a que estejam associados riscos e aquelas que não correspondem a simples estimativas de passivos certos. A constituição de provisões nunca é efetuada por montantes superiores às necessidades que visam colmatar.

6.2.4 Cotações utilizadas para conversão em moeda portuguesa das operações registadas em contas incluídas no balanço e na demonstração de resultados originariamente expressas em moeda estrangeira.

Não aplicável.

6.2.5 Situações em que o resultado líquido foi afetado: Por valorimetrias diferentes das previstas nos critérios de valorimetria, por amortizações do ativo imobilizado superiores às adequadas ou por provisões extraordinárias respeitantes ao ativo

Não aplicável.

6.2.6 Comentário às contas 431 «Despesas de instalação» e 432 «Despesas de investigação e de desenvolvimento».

A CASES não incorreu em dispêndios desta natureza.

6.2.7 Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado constante do balanço e nas respetivas amortizações e provisões, de acordo com os quadros seguintes:

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, os movimentos ocorridos em imobilizado corpóreo e incorpóreo, bem como nas respetivas amortizações, foram os seguintes:

Valores expressos em euros

POCP **Ano: 2017**

Imobilizado	Saldo Inicial	Aumentos	Amortizações	Saldo Final
Imobilizações Incorpóreas:				
Propriedade industrial e outros direitos	6.936	6.443	3.187	10.191
	6.936	**6.443**	**3.187**	**10.191**
Imobilizações Corpóreas:				
Equipamento e material básico	2.644	-	1.816	828
Ferramentas e Aparelhos	1.866	-	439	1.427
Equipamento Administrativo	31.598	16.371	17.122	30.847
Outras imobilizações corpóreas	238.500	-	-	238.500
Total	**274.608**	**16.371**	**19.377**	**271.602**

Valores expressos em euros

POCP **Ano: 2017**

Imobilizado	Saldo Inicial	Reforço	Anulação / Reversão	Saldo Final
Imobilizações Incorpóreas:				
Propriedade industrial e outros direitos	10.542	3.187	-	13.729
	10.542	**3.187**	**-**	**13.729**
Imobilizações Corpóreas:				
Equipamento e material básico	2.805	1.816	-	4.621
Ferramentas e Aparelhos	329	439	-	768
Equipamento Administrativo	160.019	17.122	-	177.141
Total	**163.153**	**19.377**	**-**	**182.530**

As "outras imobilizações corpóreas" (#429) dizem respeito, integralmente, ao espólio da Casa António Sérgio (monografias, publicações e obras de arte).

6.2.8 Cada uma das rubricas dos mapas atrás referidos deverá ser desagregada de modo que sejam evidenciadas as seguintes informações:

Vide Anexo I

6.2.9 Indicação dos custos incorridos no exercício e respeitantes a empréstimos obtidos para financiar imobilizações, durante a construção, que tenham sido capitalizados nesse período.

Não aplicável.

6.2.10 Indicação dos diplomas legais nos termos dos quais se baseou a reavaliação dos bens do imobilizado

Não aplicável.

6.2.11 Elaboração de um quadro discriminativo das reavaliações

Não aplicável.

6.2.12 Indicar o valor global relativamente às imobilizações corpóreas e em curso, por cada uma das contas de imobilizações em poder de terceiros, incluindo bens de domínio público cedidos por contrato por concessão, imobilizações implantadas em propriedade alheia, imobilizações reversíveis bem como a discriminação dos custos financeiros nelas capitalizados, respeitantes ao exercício e acumulados

Não aplicável.

6.2.13 Bens em regime de locação financeira – valores contabilísticos

Não aplicável.

6.2.14 Relação dos bens do imobilizado que não foi possível valorizar, com indicação das razões dessa impossibilidade.

Não aplicável.

6.2.15 Identificação dos bens de domínio público que não são objeto de amortização e indicação das respetivas razões

Não aplicável.

6.2.16 Designação e sede das entidades participadas, com indicação da parcela detida, bem como dos capitais próprios ou equivalente e do resultado do último exercício em cada uma dessas entidades, com menção desse exercício.

Não aplicável.

6.2.17 Relativamente aos elementos incluídos nas contas «Títulos negociáveis» e «Outras aplicações de tesouraria», indicação, quando aplicável, da natureza, entidades, quantidades e valores de balanço.

Não aplicável.

6.2.18 Discriminação da conta «Outras aplicações financeiras», com indicação, quando aplicável, da natureza, entidades, quantidades, valores nominais e valores de balanço.

Não aplicável.

6.2.19 Indicação global, por categorias de bens, das diferenças, materialmente relevantes, entre os custos de elementos do ativo circulante, calculados de acordo com os critérios valorimétricos adaptados, e as quantias correspondentes aos respetivos preços de mercado.

Não aplicável.

6.2.20 Fundamentação das circunstâncias especiais que justificaram a atribuição a elementos do ativo circulante de um valor inferior ao mais baixo do custo ou do mercado.

Não aplicável.

6.2.21 Indicação e justificação das provisões extraordinárias respeitantes a elementos do ativo circulante relativamente aos quais, face a uma análise comercial razoável, se prevejam descidas estáveis provenientes de flutuações de valor.

Não aplicável.

6.2.22 Valores globais das existências que se encontram fora da entidade (consignadas, em trânsito, à guarda de terceiros).

Não aplicável.

6.2.23 Valor global das dívidas de cobrança duvidosa incluídas em cada uma das rubricas de dívidas de terceiros constantes do balanço.

A CASES tem um montante relativo a dívidas de cobrança duvidosa de 201.021 Euros, mantendo-se inalterado desde o exercício de 2013, totalmente provisionado.

6.2.24 Valor global das dívidas ativas e passivas respeitantes ao pessoal da entidade.

Não aplicável.

6.2.25 Quantidade e valor nominal de obrigações e de outros títulos emitidos pela entidade, com indicação dos direitos que conferem.

Não aplicável.

6.2.26 Discriminação das dívidas incluídas na conta «Estado e outros entes públicos» em situação de mora.

À data do encerramento do exercício não se encontravam quaisquer dívidas em situação de mora incluídas na conta de Estado e Outros Entes Públicos.

6.2.27 Valor das dívidas a terceiros (ou parte de cada uma delas) a mais de cinco anos. Esta indicação deve ser repartida de acordo com as rubricas constantes do balanço.

Não aplicável.

6.2.28 Valor das dívidas a terceiros cobertas por garantias reais prestadas pela entidade, com indicação da natureza e da forma destas, bem como da sua repartição em conformidade com as rubricas do balanço.

Não aplicável.

6.2.29 Descrição das responsabilidades da entidade por garantias prestadas, desdobrando-as de acordo com a natureza destas e mencionando expressamente as garantias reais, bem como os avales prestados.

Não aplicável.

6.2.30 Indicação da diferença, quando levada ao ativo, entre as importâncias das dívidas a pagar e as correspondentes quantias arrecadadas.

Não aplicável.

6.2.31 Desdobramento das contas de provisões acumuladas e explicitação dos movimentos ocorridos no exercício.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os movimentos ocorridos em provisões, foram os seguintes:

POCP *Valores expressos em euros*

2017

Imobilizado	Saldo Inicial	Aumentos	Transferências / Abates	Saldo Final
Provisões para cobranças dúvidosas	201.021	-	-	201.021
Total	**201.021**	**-**	**-**	**201.021**

POCP *Valores expressos em euros*

2016

Imobilizado	Saldo Inicial	Aumentos	Transferências / Abates	Saldo Final
Provisões para cobranças dúvidosas	201.021	-	-	201.021
Total	**201.021**	**-**	**-**	**201.021**

6.2.32 Explicitação e justificação dos movimentos ocorridos no exercício de cada uma das contas da classe 5 — «Fundo patrimonial», constantes do balanço.

O capital da CASES encontra-se representado, conforme quadro abaixo:

POCP *Valores expressos em euros*

2017

Cooperadores	%	Capital
Participação do Estado	66,22	200.000
ANIMAR	5,63	17.000
CONFECOOP	5,63	17.000
CONFAGRI	5,63	17.000
CNIS	5,63	17.000
União das Misericórdias Portuguesas	5,63	17.000
União das Mutualidades Portuguesas	5,63	17.000
Total do Capital	**100**	**302.000**

Em consonância com o estabelecido no POCP, a conta "59 – Resultados Transitados" compreende os resultados líquidos provenientes dos exercícios transatos.

Excecionalmente, esta conta também poderá registar regularizações não frequentes e de grande significado que devam afetar, positiva ou negativamente, o património e não o resultado líquido do exercício.

De acordo com o descrito, a conta #59 comportou as seguintes movimentações durante o ano de 2017:

POCP

Valores expressos em euros

	2017
Saldo Inicial	
Resultados Transitados 2016	1.351.969
Devolução do saldo de Gerência	105.369
	(97.846)
Saldo Final	**1.359.491**

Nota: a devolução dos saldos de gerência de 2016 foi efetuada para o IGFSS, IP., a 26-04-2017.

6.2.33 Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas.

Não aplicável.

6.2.34 Demonstração da variação da produção.

Não aplicável.

6.2.35 Repartição do valor líquido das vendas e das prestações de serviços, registado na conta 71 — «Vendas e prestações de serviços», por atividades e por mercados (interno e externo), na medida em que tais atividades e mercados sejam consideravelmente diferentes.

Não aplicável.

6.2.36 Desdobramento da conta 75 — «Trabalhos para a própria entidade», por rubricas da conta de imobilizado.

Não aplicável.

6.2.37 Demonstração dos resultados financeiros.

Os resultados financeiros foram os seguintes:

POCP		*Valores expressos em euros*	
	Custos e perdas	**Períodos**	
		2017	**2016**
68	Outros Custos e Perdas e Financeiras	126.194	32.718
	Total	**126.194**	**32.718**
	Proveitos e Ganhos		
781	Juros Obtidos	6.136	9.599
	Total	**6.136**	**9.599**
	Resultados Financeiros	**(120.058)**	**(23.119)**

Na conta "Outros custos e perdas financeiras" (#688), o montante de 126.194 Euros, em 2017 e o montante de 32.718 Euros dizem respeito a juros e custos financeiros debitados pela SPGM (Protocolo da Linha de Crédito SOCIAL INVESTE, celebrado, em março de 2013, entre o IEFP, a CASES, as Instituições de Crédito, as Sociedade de Garantia Mútuo e a SPGM).

Os montantes na conta "Juros Obtidos" (#781) dizem respeito a Juros de depósitos a prazo.

6.2.38 Demonstração dos resultados extraordinários.

Os resultados extraordinários detalham-se de seguida:

POCP		*Valores expressos em euros*	
	Custos e perdas	**Períodos**	
		2017	**2016**
695	Multas e penalidades	78	278
697	Correcções Relativas a Exerc. Anteriores	2.504	4.498
698	Outros Custos e Perdas Extraórdinarios	-	1.013
	Total	**2.582**	**5.789**
	Proveitos e Ganhos		
799	Outras diferenças	-	1.020
	Total	**-**	**1.020**
	Resultados Extraordinários	**(2.582)**	**(4.769)**

6.2.39 Outras informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados.

Ver as restantes notas anexas ao balanço e demonstração de resultados nas alíneas seguintes.

6.2.40 Estado e outros entes públicos

A 31 de dezembro de 2017, o saldo da rúbrica "Estado e outros entes públicos" (#24), desagrega-se da seguinte forma:

Valores expressos em euros

Estado e outros entes públicos	2017 Ativo	2017 Passivo
Imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas		
IRC	-	2.802
IRC - retenção na fonte	2.081	-
IRS Dependentes	-	17.578
IRS Sobretaxa	-	-
IRS Independentes	-	1.464
Contribuições para a Caixa Geral de Aposentações	-	4.476
Contribuições para a Segurança Social	-	17.387
IVA a Pagar	-	-
Total	**2.081**	**43.707**

6.2.41 Caixa e Depósitos Bancários

Os saldos bancários, em 31 de dezembro de 2017, ascendiam a 4.800.173 Euros. Em 31 de dezembro de 2016 eram 3.433.786 Euros.

6.2.42 Acréscimos e Diferimentos

- O saldo da rúbrica "acréscimos de proveitos" (#271), no montante de cerca de 284 Euros, diz respeito aos juros da aplicação a prazo.
- O saldo da rúbrica "Custos diferidos" (#272), no montante de 27.781 Euros, diz respeito a quotas pagas em 2017, referentes ao ano de 2018, bem como propinas do ISCSP e licenças de software.
- O saldo da rúbrica "acréscimos de custos" (#273), no montante de cerca de 344.529 Euros dizem respeito à especialização do mês de férias e subsídio de férias a pagar em 2018, referente a 2017, bem como custos de 2017 relativos a faturas ainda não registadas na contabilidade.

- O saldo da rúbrica "proveitos diferidos" (#274), do montante de 1.660.074 Euros, dizem respeito a apoios financeiros prestados pelo Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social (IGFSS), referente ao fundo social europeu ao abrigo do programa Coopjovem, em 536.486 Euros, valor este recebido e que não foi gasto, transitará para 2018, bem como 1.123.588 Euros que correspondem à diferença entre os montantes recebidos relacionados com as verbas atribuídas pelo IGFSS e o IEFP, que não foram gastos em 2017 e serão devolvidos em 2018, sendo o valor principal (cerca de 960.000 €) referentes à CPN relativa ao Programa Coopjovem, incluem-se neste montante inicial os referentes ao PAIE – II Secção de 2017, dado as entidades não apresentaram despesas para reembolso.
- Da devolução do PAIE-II de 2016 no montante de 220.635 €, a mesma aconteceu aquando a devolução dos Saldos de Gerência (cf. Nota 8.2.32)

6.2.43 Património e Resultado líquido do exercício

- A situação patrimonial não registou variações significativas em relação ao exercício anterior (3.071.399 Euros, em 2017 e 3.323.531 Euros, em 2016).
- O resultado líquido do exercício foi negativo de 154.286. Euros, o que representa uma variação negativa em relação ao ano anterior, que teve um resultado de 105.369 Euros, conforme detalhado na Nota 6.2.42

6.2.44 Fornecimentos e serviços externos

A conta "Fornecimentos e serviços externos" (#62), desagrega-se da seguinte forma:

POCP

Valores expressos em euros

Fornecimentos e serviços externos	Períodos 2017	2016
Trabalhos especializados	76.374	181.771
Publicidade e propaganda	50.638	47.537
Conservação e Reparação	6.208	2.234
Ferramentas e utensílios	712	1.785
Material de escritório	12.189	8.272
Eletricidade	1.247	2.417
Combustíveis	5.778	4.077
Deslocações e estadas	51.976	35.743
Artigos para oferta	2.968	1.997
Transporte de pessoal	-	90
Transporte de mercadorias	482	-
Rendas e aluguer	63.256	50.305
Comunicação	16.682	18.316
Seguros	2.884	1.097
Contencioso e notariado	1.224	1.125
Despesas de representação	3.142	1.479
Limpeza, higiene e conforto	5.340	6.667
Água	1.885	2.142
Honorários	222.792	54.615
Vigilância e Segurança	726	811
Outros serviços	4.854	14.212
Total	**531.357**	**436.694**

A rubrica "Trabalhos especializados" engloba maioritariamente serviços prestados por consultores técnicos, fiscais e de tecnologias de informação. A variação negativa face a 2016, deve-se na sua grande maioria aos custos com a divulgação do Coopjovem, bem como custos com consultoria técnica, no âmbito do Programa Microcrédito.

A rubrica "Honorários" engloba quer os gastos decorrentes da prestação de serviços de advocacia, consultoria técnica para a conta satélite e de formação (englobada no Programa CoopJovem) em regime de outsourcing, para as quais existiu a necessidade de contratação externa.

As rubricas "Deslocações e estadas" e "Publicidade e propaganda", dizem maioritariamente respeito a custos incorridos com o programa CoopJovem.

Relativamente à rubrica "Rendas e alugueres", estes custos dizem respeito ao aluguer das viaturas utilizadas na deslocação dos colaboradores da CASES e ao aluguer de salas de formação no âmbito do Programa CoopJovem.

No âmbito do "I Congresso Nacional da Economia Social" que teve lugar em 2017, repartido por 4 (quatro) sessões temáticas, os custos incorridos com o mesmo e que se encontram nas diversas contas de FSE's, desagregam-se conforme quadro abaixo:

Valores expressos em euros

POCP	Período
Fornecimentos e serviços externos - Congresso da Economia Social	**2017**
Trabalhos especializados	1.624
Publicidade e propaganda	14.843
Deslocações e estadas	19.175
Artigos para oferta	1.206
Rendas e aluguer	7.402
Despesas de representação	129
Outros serviços	640
Total	**45.018**

6.2.45 Custos com pessoal

A rúbrica de custos com pessoal registou, em 2017, um aumento de cerca de 23.865 Euros em relação ao ano anterior, devido, ao aumento do número de trabalhadores (integração de uma coordenadora para o Departamento Jurídico), entre os dois exercícios, bem como ao incremento de horas de formação relativamente ao projeto Coopjovem, como se pode demonstrar no quadro em baixo:

Valores expressos em euros

POCP	Períodos	
Custos com o pessoal	**2017**	**2016**
Remunerações	742.653	705.692
Encargos sociais	160.380	173.476
Total	**903.033**	**879.168**

6.2.46 Outros custos e perdas operacionais

A conta "Outros custos e perdas operacionais" (#65), desagrega-se da seguinte forma:

POCP	*Valores expressos em euros* Períodos	
Outros Custos e Perdas Operacionais	**2017**	**2016**
Prémio António Sérgio	9.000	12.000
Centro Português de Fundações *	19.563	6.106
Apoio Confagri *	87.673	27.299
Apoio Confederação PT das Coletividades Cult. Recreio *	17.629	6.417
Apoio União das Mutualidades Portuguesas *	84.415	22.569
Apoio CNIS *	29.442	30.174
Apoio ANIMAR *	59.649	16.444
Apoio União Misericórdias Portuguesas *	10.070	43.844
Apoio CONFECOOP*	12.462	16.512
Quota OCPLP	10.000	10.000
Outras Quotas	10.313	12.955
Apoio CEEPS	5.000	3.000
Bolsas CoopJovem	948.710	-
Outros apoios	20.250	14.984
Total	**1.324.177**	**222.303**

* Montantes conjuntos do PAIE I e II no ano 2017

A variação significativa existente na rubrica "Outros Custos e Perdas Operacionais" nos anos 2016 e 2017 deve-se sobretudo ao gasto nas bolsas com os estagiários Coopjovem, bem como à maior execução do PAIE-II.

6.2.47 Imposto sobre o rendimento

A CASES foi reconhecida como entidade de utilidade pública (art.13.º do D.L282/2009, de 7 de outubro), pelo que se encontra isenta em sede de IRC. Tendo, no entanto sido solicitada a informação junto da Autoridade Tributária a confirmação de isenção por via de pedido de informação vinculativa.

O Montante inscrito na Demonstração de resultados no valor de 2.802 Euros, diz respeito às Tributações Autónomas aplicadas sobre as deslocações em viatura própria e ajudas de custo.

6.2.48 Outras transferências

A rubrica #741 "transferências do IEFP" diz respeito aos montantes transferidos por parte do IEFP conforme inscritos em Orçamento de Estado para satisfazer a atividade corrente desenvolvida pela CASES. Estas transferências ocorreram numa periodicidade mensal.

As contas das rúbricas "Outros transferências" (#743, #744 e #748), o montante de cerca de 1.391.290 Euros dizem respeito a transferências realizadas pelo IGFSS (407.367 Euros) para apoio à atividade corrente da CASES e do Programa PAIE - II, bem como o recebimento do valor das bolsas Coopjovem (983.923 Euros).

O Coordenador Financeiro

(Paulo Barreiros)

O Contabilista Certificado

(João Banza)

A Direção

(Eduardo Graça, Presidente)

(Carla Pinto, Vice-Presidente)

(Carla Ventura, Vice-Presidente)

(Eleutério Alves, Vogal)

(Aldina Fernandes, Vogal)

VII – ANEXOS

Firma:	Cooperativa António Sérgio Para a Economia Social
PERÍODO DE TRIBUTAÇÃO	Exercício de 2017 De 01/01/17 a 31/12/2017

MAPA DE AMORTIZAÇÕES E REINTEGRAÇÕES

ELEMENTOS DO ACTIVO NÃO REAVALIADOS

IMOBILIZADO CORPÓREO

Número de identificação fiscal:	509266614
Actividade Principal:	

IRC
Imposto sobre o Rendimento

32.1

CASES
Cooperativa António Sérgio para a Economia Social

Código				Descrição do activo imobilizado	Data			Activo Imobiliz.	Nº	Reintegrações e Amortizações					Taxa	Taxas	Mais-valias		Reintegrações e Amortizações	
					Aq.	inicio utiliza		valor de aquisição	anos	Exercicios	Do Exercicio		Valores	Amortização	Acumulada	perdidas	não tributadas			
						Mes	Ano	ou contabilístico	utilidade	Anteriores	Taxa	Valor	Acumulados	mensal	Diferença		acumuladas	Ano	Montante	não aceites
2	4	4	0	Prog. Gestão Patrimon.Inventário-Quidgest	2010	1	2010	18 000,00		18 000,00	33,33%	0,00	18 000,00							
2	4	4	0	Software Primavera	2010	5	2010	31 522,51		31 522,51	33,33%	0,00	31 522,51							
2	2	4	0	Scanner	2010		2010	100,25		100,25	100,00%	0,00	100,25							
2	2	4	0	7 Computadores	2010	1	2010	3 399,00		3 399,00	33,33%	0,00	3 399,00							
2	4	0	5	Máquina de Café	2010	1	2010	124,17		124,17	100,00%	0,00	124,17							
2	4	4	0	Office PRO 2007 Win32 Port/Cd.	2010	1	2010	495,00		495,00	33,33%	0,00	495,00							
2	2	4	0	2 Memórias 1GB DDR333	2010	1	2010	77,00		77,00	100,00%	0,00	77,00							
2	2	4	0	3 Portátil Toshiba Tecra A10-1H5	2010	5	2010	2 115,00		2 115,00	33,00%	0,00	2 115,00							
2	4	4	0	Software de Gestão Backups	2010	11	2010	453,00		453,00	33,33%	0,00	453,00							
2	4	4	0	Software	2010	3	2010	1 962,50		1 962,50	33,33%	0,00	1 962,50							
2	2	4	0	Memórias	2011	12	2011	317,34		317,34	100,00	0,00	317,34							
2	4	4	0	Software de Gestão Backups	2011	3	2011	926,12		926,12	100,00	0,00	926,12							
2	2	4	0	Impressora HP Color Laser Jet	2011	3	2011	319,00		319,00	100,00	0,00	319,00							
2	2	4	0	Servidor+Memória	2011	10	2011	1 514,13		1 514,13	33,33%	0,00	1 514,13							
2	2	4	0	Computador-portátil Sony Vaio VPC	2011	10	2011	516,48		516,48	100,00%	0,00	516,48							
2	3	1	5	Video Projetor+Leitor Gravador DVD	2011	11	2011	621,03		621,03	100,00%	0,00	621,03							
2	4	3	0	Diverso Mobiliário(Gab.Presidente+Gab. Vice)	2011	1	2011	2 920,00		2 920,00	25,00%	0,00	2 920,00							
2	2	6	5	Máquina Fotográfica	2011	1	2011	1 414,00		1 414,00	25,00%	0,00	1 414,00							
2	4	0	5	Máquina de Café	2011	2	2011	40,57		40,57	100,00%	0,00	40,57							
2	2	4	0	Impressora HP Laser Jet P4515X	2012	1	2012	1 596,54		1 596,54	33,33%	0,00	1 596,54							
2	2	4	0	Computador Tsunami+Monitor 19	2012	1	2012	1 013,52		1 013,52	33,33%	0,00	1 013,52							
2	2	4	0	Servidor Supermicro	2012	1	2012	1 645,13		1 645,13	33,33%	0,00	1 645,13							
2	4	3	0	Diverso Material	2012		2012	145,38		145,38	100,00%	0,00	145,38							
2	2	4	0	Computador	2013	2	2013	1 944,63		1 944,63	33,33%	0,00	1 944,63							
2	2	4	0	Computador	2013	4	2013	981,54		981,54	33,33%	0,00	981,54							
2	2	4	0	Computador	2013	7	2013	20 481,96		20 481,96	33,33%	0,00	20 481,96							
2	2	4	0	265Computadores HP Elite	2013	8	2013	3 827,76		3 827,76	33,33%	0,00	3 827,76							
2	4	4	0	25 Microsoft Officce Pro 2013	2013	7	2013	11 961,75		11 961,75	33,33%	0,00	11 961,75							
2	4	4	0	Sistema de gestão integrada	2013	9	2013	39 360,00		39 360,00	33,33%	0,00	39 360,00							
2	2	4	0	2 Computadores	2013	10	2013	1 488,30		1 488,30	33,33%	0,00	1 488,30							
2	4	4	0	Software Nyron-Gestão Biblioteca	2015	6	2015	3 321,00		1 752,62	33,33%	1 106,89	2 859,51	92,24						
2	2	4	0	Computador	2015	7	2015	794,58		397,26	33,33%	264,84	662,10	22,07						
2	4	4	0	Software Nyron-Gestão Biblioteca-Inst	2015	7	2015	1 702,32		851,06	33,33%	567,34	1 418,41	47,28						
2	4	4	0	Software Nyron-Gestão Biblioteca-Inst	2015	8	2015	425,58		200,95	33,33%	141,85	342,79	11,82						
2	2	4	0	Portatil Toshiba	2015	8	2015	645,75		304,92	33,33%	215,28	520,20	17,94						
2	2	4	0	Disk Cartridge HP RDX 1TB	2015	11	2015	2 558,40		994,85	33,33%	852,73	1 847,59	71,06						
2	2	4	0	Placa controladora Digitus	2015	11	2015	67,65		26,32	33,33%	22,56	48,87	1,88						
2	2	4	0	Hp Storage RDX 1TB	2015	11	2015	607,62		236,29	33,33%	202,56	438,85	16,88						
2	2	4	0	Cisco AP/Dual Band	2015	12	2015	853,62		308,23	33,33%	284,52	592,75	23,71						
2	4	3	0	Equipamento Administrativo-Mobiliário	2015	3	2016	16 097,38		3 018,25	25,00%	4 024,32	7 042,56	335,36						
2	2	0	0	Relógio de Reconhecimento Facial	2016	4	2016	2 195,55		329,31	20,00%	439,08	768,42	36,59						
2	4	3	0	Secretária Cartesius XY	2016	9	2016	150,37		150,37	100,00%	0,00	150,37							
2	4	3	0	Secretária Cartesius XY	2016	9	2016	150,37		150,37	100,00%	0,00	150,37							
2	4	3	0	Bloco Rodado 3 Gavetas	2016	9	2016	125,28		125,28	100,00%	0,00	125,28							
2	4	3	0	Bloco Rodado 3 Gavetas	2016	9	2016	125,28		125,28	100,00%	0,00	125,28							
2	2	4	0	Computador HP Elite Desk 800 G2	2016	9	2016	1 275,51		141,71	33,33%	425,13	566,84	35,43						
2	2	4	0	Computador HP Elite Desk 800 G2	2016	9	2016	1 275,51		141,71	33,33%	425,12	566,83	35,43						
2	2	4	0	Computador HP Elite Desk 800 G2	2016	9	2016	1 275,51		141,71	33,33%	425,12	566,83	35,43						
2	2	4	0	Monitor 21.5"ASUS TFT LED VS228NE FullHD	2016	9	2016	121,77		121,77	100,00%	0,00	121,77							
2	2	4	0	Monitor 21.5"ASUS TFT LED VS228NE FullHD	2016	9	2016	121,77		121,77	100,00%	0,00	121,77							
2	2	4	0	Monitor 21.5"ASUS TFT LED VS228NE FullHD	2016	9	2016	121,77		121,77	100,00%	0,00	121,77							
2	2	4	0	Portátil Toshiba Satellite Pro A50-C-16D	2016	9	2016	1 860,99		206,76	33,33%	620,28	827,03	51,69						

Firma:	Cooperativa António Sérgio Para a Economia Social
	Exercício de 2017
PERÍODO DE TRIBUTAÇÃO	De 01/01/17 a 31/12/2017

MAPA DE AMORTIZAÇÕES E REINTEGRAÇÕES

ELEMENTOS DO ACTIVO NÃO REAVALIADOS

IMOBILIZADO CORPÓREO

Número de identificação fiscal:	509266614
Actividade Principal:	

IRC
Imposto sobre o Rendimento

32.1

Código				Descrição do activo imobilizado	Data			Activo Imobiliz.	Nº	Reintegrações e Amortizações				Amortização mensal	Taxa Acumulada Diferença	Taxas perdidas	Mais-valias não tributadas		Reintegrações e Amortizações	
					Aq.	inicio utiliza Mes	Ano	valor de aquisição ou contabilístico	anos utilidade	Exercicios Anteriores	Do Exercicio Taxa	Valor	Valores Acumulados				acumuladas	Ano	Montante	não aceites
2	2	4	0	Computador Visualforma	2016	12	2016	2 118,06		58,83	33,33%	705,96	764,79	58,83						
2	2	4	0	Computador Visualforma	2016	12	2016	2 118,06		58,83	33,33%	705,96	764,79	58,83						
2	2	4	0	Impressora BROTHER MULTIFUNÇÕEs	2016	12	2016	419,84		11,66	33,33%	139,92	151,58	11,66						
2	2	4	0	Portátil Toshiba Satellite Pro A50-C-16D	2016	12	2016	984,55		27,35	33,33%	328,20	355,55	27,35						
2	2	0	0	Câmara FUJIFILM XT2	2016	12	2016	3 722,00		77,54	25,00%	930,48	1 008,02	77,54						
2	2	4	0	Portátil Toshiba 12.1" Portege Z20T	2016	12	2016	1 105,77		30,71	33,33%	368,52	399,24	30,71						
2	4	3	0	TERMOVENTILADOR CASA ANTONIO SERGIO	2016	12	2016	409,00		409,00	100,00%	0,00	409,00	34,08						
2	4	3	0	TERMOVENTILADOR CASA ANTONIO SERGIO	2016	12	2016	409,00		409,00	100,00%	0,00	409,00	34,08						
2	4	3	0	TERMOVENTILADOR CASA ANTONIO SERGIO	2016	12	2016	409,00		409,00	100,00%	0,00	409,00	34,08						
2	4	3	0	TERMOVENTILADOR CASA ANTONIO SERGIO	2016	12	2016	409,00		409,00	100,00%	0,00	409,00	34,08						
2	2	4	0	2 Discos Ext. Elements 2TB	2017	2	2017	209,96		0,00	100,00%	209,96	209,96							
2	2	4	0	Disco Ext. 2.5' Toshiba 3TB	2017	2	2017	158,67		0,00	100,00%	158,67	158,67							
2	2	4	0	Portátil Toshiba Satellite Pro A50	2017	2	2017	1 916,34		0,00	33,33%	585,53	585,53	53,23						
2	3	1	5	Video Projetor Epson Profissional EB-S27	2017	7	2017	477,24		0,00	14,28%	34,07	34,07	5,68						
2	3	1	5	Video Projetor Philips Portátil PicoPix PPX 4835	2017	7	2017	393,60		0,00	14,28%	28,08	28,08	4,68						
2	3	1	5	Video Projetor LG Portátil PH 150G LED 130 Lumen	2017	7	2017	393,60		0,00	14,28%	28,08	28,08	4,68						
2	2	4	0	Portátil Toshiba Satellite Pro A50	2017	10	2017	943,41		0,00	33,33%	78,61	78,61	26,20						
2	2	4	0	Portátil Toshiba Satellite Pro A50	2017	10	2017	943,41		0,00	33,33%	78,61	78,61	26,20						
2	2	4	0	Portátil HP 13.3 Probook G4 4Gb	2017	12	2017	1 830,24		0,00	33,33%	50,83	50,83	50,83						
2	2	4	0	Portátil HP 13.3 Probook G4 8Gb	2017	12	2017	1 006,14		0,00	33,33%	27,95	27,95	27,95						
2	2	4	0	Portátil HP SFF 8Gb	2017	12	2017	944,64		0,00	33,33%	26,24	26,24	26,24						
2	2	4	0	Monitor HP LCD v2013a	2017	12	2017	130,26		0,00	100,00%	130,26	130,26							
				Secretária Cartesius	2017	12	2017	267,65		0,00	100,00%	267,65	267,65							
				Bloco Rodado 3 Gavetas	2017	12	2017	182,04		0,00	100,00%	182,04	182,04							
				Cadeira XT 41	2017	12	2017	286,34		0,00	100,00%	286,34	286,34							
				Destruidora Fellowes 90S	2017	12	2017	356,16		0,00	100,00%	356,16	356,16							
				Destruidora Fellowes 90S	2017	12	2017	356,16		0,00	100,00%	356,16	356,16							
				Destruidora Fellowes 90S	2017	12	2017	356,16		0,00	100,00%	356,16	356,16							
2	2	0	0	Lente Fujinon XF50-140MM	2017	12	2017	1 519,05		0,00	25,00%	31,65	31,65							
2	2	0	0	Feiytech Gimbal + Dual Grip Alpha 2000	2017	12	2017	809,10		0,00	25,00%	16,86	16,86							
2	2	4	0	SWIT LCD MONITOR S-1053 F	2017	12	2017	695,00		0,00	100,00%	695,00	695,00							
				Western Digital 1 TB SATA 64 Mb	2017	8	2017	109,90		0,00	100,00%	109,90	109,90							
				Máquina Fotográfica SIGMA	2017	12	2017	440,00		0,00	100,00%	440,00	440,00							
				2 iPhone Apple Space Grey	2017	12	2017	1 645,74		0,00	100,00%	1 645,74	1 645,74							
				TOTAL				215 632,27		163 153,06		17 731,46	182 530,32	1 461,75	0,00					

(Artigos 94º, nº 2, do CIRC e 57º, nº3 do CIRS)

Firma:	**Cooperativa António Sérgio Para a Economia Social**
PERÍODO DE TRIBUTAÇÃO De 01/01/17 a 31/12/2017	Exercício de 2017

MAPA DE AMORTIZAÇÕES E REINTEGRAÇÕES

ELEMENTOS DO ACTIVO NÃO REAVALIADOS

IMOBILIZADO INCORPÓREO

Número de identificação fiscal:	509266614
Actividade Principal:	
Códig.CAE:	

IRC
Imposto sobre o Rendimento

32.1

Código				Descrição do activo imobilizado	Data			Activo Imobiliz. valor de aquisição ou contabilístico	Nº anos utilidade	Reintegrações e Amortizações				Taxa Acumulada	Taxas perdidas acumulada	Mais-valias não tributadas		Reintegrações e Amortizações não aceites
					Aq.	inicio utiliza				Exercicios Anteriores	Do Exercicio		Valores Acumulados			Ano	Montante	
						Mes	Ano				Taxa	Valor						
2	4	4	0	Site	2010	11	2010	8 000,00		8 000,00	33,33%	0,00	8 000,00					
2	4	4	0	Licenças Microsoft	2010	10	2010	2 343,95		2 343,95	33,33%	0,00	2 343,95					
				Licença PRIMAVERA	2016	12	2016	5 411,73		150,31	33,33%	1 803,73	1 954,03	150,31				
				Licença SOFTWARE ADOBE	2016	12	2016	1 722,00		47,83	33,33%	573,94	621,77	47,83				
2	4	4	0	4 Licenças Microsoft	2017	12	2017	1 904,04		0,00	33,33%	52,88	52,88	52,88				
2	4	4	0	Licença Microsoft	2017	7	2017	4 538,70		0,00	33,33%	756,37	756,37	126,06				
				TOTAL				23 920,42		10 542,09		3 186,93	13 729,01					

CASES

Cooperativa António Sérgio para a Economia Social